

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JUSSARA PARADA AMED

“Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”

SÃO PAULO

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”

Jussara Parada Amed

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba

São Paulo

2010

Folha de Aprovação

Jussara Parada Amed

“Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Doutor.
Área de concentração: História
Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Fernando, Júlia e Laura.

Antonieta e Carlos

Agradecimentos:

Início com muitas dívidas afetivas à Antonieta e Carlos Parada, que sempre inspiraram o conhecimento em minha vida. Aos queridos amigos de tantas caminhadas e conversas instigantes, Danit, Luiz Felipe Pondé. Sempre atentos aos meus humores e solidários no carinho, Ana Patitucci, Pitxo Falconi.

Fico grata pelas sugestões valiosas e acompanhamento de minha pesquisa, à Samira Osman, Camilo Vasconcellos, Mariana Villaça, Marcos Napolitano (Xico). Aos amigos do dia-a-dia, Cláudio Aguiar e Ival Assis, sempre com palavras de incentivo e estímulo.

Cynthia e Sergio Parada; Marta e Júnior, agradeço o carinho e acolhimento ao longo destes anos.

Os professores, José Geraldo Vince de Moraes e Paula Ester Janovitch, quando de minha qualificação. Nicolau Sevcenko, em transmitir com tanto entusiasmo o que conhece.

Elias Thomé Saliba, pela generosidade, paciência, conhecimento e humor.

Fernando, sempre ao meu lado, afetivo e querido. Júlia, que curiosa, cresceu ouvindo minhas leituras e Laura, que tenho tantas promessas pendentes, soube compreender minhas ausências.

O Departamento de História da FFLCH e a Universidade de São Paulo. O CNPq e a Capes.

Resumo:

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi autora de romances, contos e crônicas, tendo obtido uma inserção privilegiada no meio intelectual brasileiro, especialmente nas primeiras décadas do século XX, o que pode ser avaliado tanto pelas constantes reedições de suas obras bem como pela adoção de títulos que vieram a figurar como livros de leitura para o ensino básico.

Receptiva aos pensamentos positivistas e científicos de sua época, Júlia acreditou que a República moveria o Brasil para o progresso. No entanto, em um curto espaço de tempo, suas obras de linguagem naturalista, indicavam a falência precoce de suas expectativas políticas. Mesmo assim, Júlia continuou suas investidas junto ao seu principal público leitor: as mulheres e as crianças.

Nesse trabalho, pretendemos lançar luz aos aspectos remetidos à recepção que a obra de Júlia Lopes teve quando de sua publicação. Nesse sentido, levamos em consideração o exame da abordagem constituída pela autora e das suas expectativas nutridas expressamente em relação às mulheres e as crianças.

Palavras-chave: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934); sociabilidade intelectual; mulheres escritoras; obras infantis; recepção; literatura brasileira.

Abstract:

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) was the author of novels, short stories and essays, and obtained an insert inside the Brazilian intellectual environment, especially in the early decades of the twentieth century, which can be measured both by the constant reissues of his works as well as the adoption of titles that came to figure as textbooks for basic education.

Receptive to the positivist and the scientific thoughts of his days, Júlia believed that the Republic would move Brazil to progress. However, in a short time, his works of natural language, pointing to the early failure of their political expectations. Even then, Júlia has continued its attacks with your main readership: women and children.

In this work, we intend to shed light on aspects referred to the reception that the work of Júlia Lopes had when it was published. Accordingly, we consider the examination of the approach made by the author and their expectations nurtured explicitly in relation to women and children.

Keywords: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934); Intellectual sociability; women writers; books for children; reception; Brazilian literature

Sumário:

Introdução.....	9
1- Um país a ser transformado: as fontes de Júlia Lopes de Almeida.....	31
2- Um novo ambiente para as mulheres: descobrir-se escritora no Brasil.....	71
3- A atualização da obra: personagens e lugares em Júlia Lopes de Almeida....	108
4- Novos perfis para crianças e mulheres nas obras de Júlia.....	167
5- Considerações finais.....	206
6- Bibliografia.....	215

Introdução

“Era capaz de passar a vida lendo, mas uma dona de casa não pode perder tanto tempo. E até fico nervosa quando vejo livros por abrir. Seria tão agradável gastar a existência lendo!... Quem entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa?”¹

Com o propósito de sondar-los e saber o que eles pensavam acerca do jornalismo, conhecer as obras que influenciaram suas escritas, quais livros mais gostaram de escrever, Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio, entrevistou Júlia Lopes de Almeida (1862 – 1934) para *O momento literário*.

Nos primeiros anos do século XX, a escritora morava no bairro de Santa Tereza na cidade do Rio de Janeiro. A essa altura, casada com o poeta Francisco Filinto de Almeida, tinha quatro filhos e era autora de doze obras publicadas. Transparecendo ser um momento descontraído e acolhedor, João do Rio também procurou saber da romancista, quando começou a escrever, como escrevia e conciliava sua vida de escritora com as tarefas de casa.

Primeiramente Júlia revelou que, quando jovem, escrevia sentindo um grande prazer, mas fazia-o às escondidas: trancava-se em seu quarto, abria a escrivaninha e criava o seu mundo à parte. Quando descoberta por sua irmã caçula e denunciada para seu pai, Júlia temeu por seu futuro, ao ver a folha nas mãos deste,

“A folha branca crescia nas suas mãos, tomava proporções gigantescas, as proporções de um grande muro onde na minha vida acabara a alegria...”²

¹ Júlia Lopes de Almeida em entrevista com João do Rio. *O Momento literário*, p.31

² João do Rio. *O Momento literário*, p. 28.

Passado o constrangimento, com apoio do próprio pai, o Dr. Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915), Júlia passou a escrever para jornais, depois revistas e, por fim, criou livros. Gostava de escrever. No entanto por que teve tanto receio de ser descoberta? Na casa paterna, existia o incentivo à leitura; salões eram realizados com a presença de poetas, escritores, músicos; era, portanto, um meio receptivo ao conhecimento. Mesmo assim, a escritora justificava que não era comum às mulheres escrever. Ler, recitar poesia e tocar piano significava mostrar seus dotes para a sociedade; valorizava-se também demonstrar delicadeza e sensibilidade pelo conhecimento.

Mas para a entrevistada, em sua juventude, escrever era um muro a ser transposto. Mantendo ao longo de sua vida, afinidade pela escrita, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi uma escritora reconhecida pelos seus romances e contos na virada do século XIX para o século XX, tendo a oportunidade de colaborar para diferentes jornais e revistas, publicando-os nas cidades do Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo.

De saúde frágil, a romancista não frequentou escola regularmente apesar de seu pai ser proprietário e professor do Colégio Humanitas, estabelecimento voltado para meninas, nas proximidades de sua casa. Nessas condições, Júlia aprendeu a ler em casa com sua irmã mais velha, Adelina, teve professores particulares de francês e inglês, aprendeu música com sua mãe e recebeu orientações literárias de seu pai.

Era comum para certas famílias com alguma renda, ter os filhos educados em casa pelos irmãos mais velhos, pais ou tutores. De origem portuguesa, o pai, Valentim José da Silveira Lopes, era casado com Antônia Adelina Pereira e, antes de viverem no Brasil, ambos haviam passado por experiências educacionais em seu país de origem, o que conferiu, ao casal, maior facilidade para alfabetizar e orientar os estudos de seus filhos.

Enquanto parte da família Silveira residia no Rio Janeiro, na metade do século XIX – D. Antônia, seu filho mais velho e Adelina – Valentim Silveira Lopes realizou estudos em medicina na Alemanha. Em seu regresso, após o nascimento de Júlia, Valentim, de convicções liberais e republicanas, trocou a capital, pela cidade de Campinas, para onde se transferiu com a família, quando tinha sete anos de idade em 1869.

Acolhida pela sociedade campineira e, desde que partilhando das mesmas idéias políticas, a família Silveira Lopes oferecia sua residência para a realização de salões artísticos e literários, inclusive colaborando com artigos nos jornais da cidade.

Doze anos mais velha que Júlia, Adelina Silveira Lopes quando, se casou, passou a residir no Rio de Janeiro, criando assim um difuso circuito de sociabilidade junto ao meio intelectual. Também escritora, conhecia o diretor da revista literária *A Semana*, Valentin Magalhães. Este apresentou a Júlia, em 1885, aquele que seria seu futuro marido, Filinto de Almeida.

Em 1886, a família Silveira Lopes fez sua primeira viagem a Portugal. Ainda solteira, mas enamorada de Filinto, Júlia partiu com sua família para a Europa lá publicando, às suas expensas, seu primeiro livro de contos: *Traços e Iluminuras*. Enquanto viabilizava a publicação de seu livro de contos, colaborava em diversos jornais e almanaques tanto no Brasil como em Portugal. De grande intensidade na escrita, Júlia preparava seu primeiro romance, uma obra que continha muito de sua própria biografia e convicções ideológicas: *Memórias de Marta*.

Encerrado o ano de 1887, Filinto e Júlia casaram-se em Portugal e, em 1888, retornaram ao Brasil. Fixando moradia no Rio de Janeiro e assinando com o sobrenome de casada, Júlia Lopes de Almeida publicou seu romance em folhetim e posteriormente em livro no ano de 1889 pela Casa Durski Editora, localizada em Sorocaba.

Memórias de Marta foi um romance que revelava características do realismo naturalista. Já apontava para a importância que atribuía à educação escolar como meio de transformação individual e social. Nossa autora entendia que a miséria social era degradante para o ser humano e, pelo trabalho e educação, se combateria a degeneração moral da sociedade recuperando assim alguma dignidade.

Em nota manuscrita referente ao romance, a própria autora relacionava cenas e personagens com a realidade vivida por ela:

*“A adjunta Marta não será por ventura a mesma pobre D. Marta que ajudou minha irmã Adelina a ensinar-me as primeiras letras? Creio bem que sim. As cenas brutas do livro, o pequeno alcoólico foram pressentidas através do muro que dividia o meu colégio de um movimentado cortiço de São Cristóvão. Aquele ambiente inspirou minha sensibilidade de menina [...]”*³

Grande parte de sua obra se alimentava de sua própria experiência passada ou foi inspirada pelo momento que vivia. É o caso de *Memórias de Marta*, dos romances *Família Medeiros* (1892, data de publicação em jornal) ou *A Falência* (1901). Escritos em períodos distintos – da Abolição e do Encilhamento respectivamente - abordavam tais questões. Júlia ajustava seu trabalho como escritora ao seu cotidiano nos cuidados da casa e educação dos filhos, marcando com essas características a lembrança de seus amigos mais próximos.

Quando solteira e orientada por seu pai na literatura portuguesa, Júlia apreciava a leitura de Camilo Castelo Branco, Júlio Diniz, Alexandre Herculano, Eça de Queiros, sendo este último escritor um marco para a autora, inclusive pela estrutura das narrativas e estilo dos romances e contos. Júlia desbravava o seu presente observando diferentes planos de sua sociedade. Ainda ligada à produção literária portuguesa, a

³ Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*, p.14.

escritora utilizou em suas primeiras obras a linguagem lusitana, tendo posteriormente se desprendido dela.

Quanto à recepção de Júlia com os leitores de sua época, assim se expressou a crítica literária Lúcia Miguel Pereira, conhecida síntese da literatura da *belle-époque* brasileira:

[...] “figura entre as mulheres escritoras de sua época, não só pela extensão da obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu, com os críticos e com o público”.⁴

Quando poucas mulheres tinham a oportunidade de escrever e falar ao público o que pensavam, enfrentavam dificuldades de penetrar numa área literária majoritariamente ocupada por homens e relativamente permeada por difusa misoginia, Júlia publicou o seu primeiro artigo na *Gazeta de Campinas*, com 19 anos, marcando assim o início de sua carreira como escritora.

Mesmo sendo restrito o público de leitores em sua época, foi autora de numerosos romances: *Memórias de Marta*, 1889; *A família Medeiros*, 1919; *A viúva Simões*, 1897; *A falência*, 1901; *A intrusa*, 1908; *Cruel amor*, 1911; *Correio da roça*, 1913; *A casa verde*, 1932; *A Silveirinha*, 1914. Escreveu contos: *Contos infantis*, 1886; *Traços e iluminuras*, 1887, *Ânsia eterna*, 1903; *Histórias da nossa terra*, 1907; *Era uma vez*, 1917; *A isca* – quatro novelas – 1922. Júlia ainda deixou crônicas publicadas como: *Livro das noivas*, 1896; *Livro das donas e donzelas*, 1905; *Eles e elas*, 1910, livro sobre jardinagem: *Jardim florido*, 1922; peças de teatro, realizando ainda, traduções de contos e conferências.⁵

Ainda de acordo com Lúcia Miguel Pereira,

⁴ Lúcia Miguel Pereira. *História da literatura brasileira. Prosa de Ficção, 1870-1920*, p.270.

⁵ Afrânio Coutinho. *Enciclopédia da literatura brasileira*; e Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*. Atualização dos textos, introdução, cronologia e notas de Rosane Saint-Denis Salomoni.

[...] “*todos os livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos, sendo que se consumiu em três meses a primeira tiragem de Família Medeiros de 1892*”.⁶

O inglês Laurence Hallewell, noutra síntese histórica sobre o livro brasileiro e seu processo editorial, realçou a produção de Júlia Lopes de Almeida, enfatizando a intensidade de reedições de alguns de seus títulos:

“*Seus Contos infantis (1886) e Viúva Simões (1897) foram ambos publicados em Lisboa. A Garnier publicou Ânsia eterna, em 1903; a Intrusa (1908), Eles e elas (1910) e Correio da roça (1913) saíram pela Alves, que continuou a reeditar suas obras anteriores até a terceira edição de Amor cruel, em 1928, apesar de Leite Ribeiro ter publicado a Isca, de 1922. Na década de trinta, ela foi editada pela Cia. Editora Nacional e A Casa verde em 1932*”.⁷

Ainda, segundo o mesmo autor, em comparação com outros escritores que se distinguiram pela oferta mais volumosa de obras, a escritora também se destacava como a única entre Coelho Neto e Afrânio Peixoto a “*conseguir algum êxito continuado*”.⁸

Já a historiadora Maria de Lourdes Eleutério, em obra recente, *Vidas de Romance*, passou em revista a produção de mulheres escritoras no final do século XIX até a década de 30 do século XX. Além de pontuar a extensão das obras de Júlia Lopes, Eleutério reforçou o fato de ser incomum escritoras possuírem obras reeditadas tantas vezes. Destacamos a ênfase que a historiadora deu para a literatura infantil produzida por Júlia Lopes:

“*Contos infantis, escrito em conjunto com sua irmã Adelina, foi publicado em 1886 e chegou a ter três edições sucessivas, cada qual com 5.000 exemplares,*

⁶ Lúcia Miguel Pereira. *Op. Cit.*, p. 270.

⁷ Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p. 221.

⁸ Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p. 235.

*perfazendo ao longo dos anos 17 edições, foram aprovadas pela Instrução Pública da capital da República e em vários estados”.*⁹

Apesar da dificuldade e da ausência de fontes, uma de nossas hipóteses é a de que vários fatores convergiram para a aceitação e penetração das obras da escritora Júlia Lopes. Além de ser mulher, utilizava-se de recursos lingüísticos simples e diretos ao abordar temas comuns e cotidianos em seus romances, bem como apresentava uma grande variedade de temas para diferentes faixas etárias. A autora escrevia desde contos infantis para crianças em fase escolar, como romances intrincados, com dilemas amorosos e ruínas familiares, passando por discussões da política e rumos republicanos. Para as noivas, dava aconselhamentos sobre a maternidade, cuidados com a economia doméstica, produzindo desde livros que forneciam rudimentos para organização de uma horta ou jardim a temas mais complexos como o aproveitamento das terras, utilização de técnicas modernas para melhor rendimento do solo neste caso, sempre para um público feminino adulto.

Como apontamos brevemente, a escritora foi bastante lida em sua época, mesmo com o reduzido número de alfabetizados. Possivelmente um dos recursos que a escritora tinha ao seu alcance era a constatação da reedição de seus livros, dado fundamental para Júlia ponderar acerca dos temas que mais atraíam o seu leitor. Segundo ela própria, havia necessidade de preencher vazios editoriais. Suspeitamos também que, o fato de a escritora ser casada com Filinto de Almeida – sócio-proprietário do jornal *A Semana* e membro da Academia Brasileira de Letras – e ter amizade próxima com o editor Francisco Alves e Afrânio Peixoto, então diretor do *Jornal do Comércio*, e ainda conviver com intelectuais reconhecidos, inseridos nos mesmos meios, permitiram que ela tivesse maior sensibilidade ao difuso universo do leitor e do livro. Júlia amealhou,

⁹ Maria de Lourdes Eleutério. *Vidas de romances. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos, 1890-1930*, p.74.

em seu convívio, pessoas que lidavam continuamente com o mercado editorial, propiciando a ela uma reflexão mais acurada das dimensões e dilemas desse meio e mercado.

Outro aspecto de destaque para a análise das obras de Júlia Lopes relaciona-se à produção feminina na escrita. Constatou-se, na ampla literatura especializada, uma farta e significativa produção contemporânea voltada para obras de gênero que dissertam acerca da importância da presença deste segmento literário do início do século.

Maria de Lourdes Eleutério, embora já citada, procurou resgatar a produção literária de mulheres entre os séculos XIX e XX, concentrando-se na literatura de gênero. A historiadora tentou demonstrar a crescente produção feminina, mas indicou, em contrapartida, as dificuldades desse segmento em conseguir publicar seus primeiros poemas, romances, contos em jornais ou até mesmo receber um convite para realizar conferências. Daí as escritoras criarem pequenos artifícios, como encontros com editores de livros ou jornais em salões ou ainda distribuição de presentes com sua obra no formato de um livro, com dedicatória.¹⁰ Tal prática indicava que, mesmo com a expansão de algumas cidades, as mulheres tinham dificuldade de acesso aos locais públicos de sociabilidade intelectual. Assim era necessário por vezes recorrer a suas teias de amizades, prestígio de parentes, provavelmente com a intenção de maior aproximação e apresentação a este circuito hermético.

J. Needell, ao analisar a relevância da sociabilidade privada nos salões do Rio de Janeiro, menciona que Júlia Lopes, já casada com Filinto de Almeida, organizava salões em sua residência no morro de Santa Teresa. Em seu salão, contava-se com a presença

¹⁰ Maria de Lourdes Eleutério. *Op. Cit.*, p.78.

frequente dos pintores Antonio Parreiras e Amoedo, dos poetas, editores e escritores como: Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Coelho Neto entre outros.¹¹

Norma Telles, também preocupada com o resgate das trajetórias de escritoras no mesmo período, investigou o esforço que as escritoras fizeram para romper com os estereótipos e silêncios impostos às mulheres. Pela sua perspectiva,

*“a construção de gênero é ao mesmo tempo o resultado de um processo de representação e de auto representação. Trata-se, então, não só de descobrir o passado, mas de encontrar uma nova forma de se relacionar com ele”.*¹²

Leonora de Lucca¹³, em seu artigo *Feminismo e Iluminismo em Júlia Lopes de Almeida*, realizou um levantamento bibliográfico na área literária. Entendemos que sua pesquisa colaborou principalmente para uma maior compreensão biográfica de Júlia. A escritora Júlia entendia que a modernidade compulsoriamente atingia a estrutura familiar, atingindo em especial as mulheres, reordenando suas dinâmicas familiares, redefinindo seus espaços e papéis para a sociedade brasileira como um todo.

Esta tese procura analisar como Júlia refletia sobre sua época em seus romances, crônicas e contos. Num período, em que ainda poucos liam no Brasil, e a educação feminina não estimulava a leitura, grande parte daqueles que escreviam eram homens. Com a nova dinâmica econômica, as populações urbanas cresciam e novas ofertas de trabalho eram atraentes para brasileiros e estrangeiros. Quanto às mulheres, estas também se sentiam atraídas e compelidas pelo novo mercado de trabalho. Percebendo as mudanças no comportamento cultural, mesmo com dificuldades, algumas mulheres buscavam inserir-se no campo das letras.

¹¹ Jeffrey D. Needell. *Belle Époque Tropical*, p.159.

¹² Norma Telles. *Fragments de um mosaico, Estudos feministas, agosto/dezembro. 2005.*

¹³ Leonora de Lucca. *In; Ciência & Trópico. Vol.25.n 2 jul/dez, 1997.*

Entendemos que a recuperação das obras de Júlia nos permitiu um maior entendimento da inserção da escritora em sua época, aproximando-nos mais de suas idéias e práticas literárias, permitindo uma percepção das novas dinâmicas sociais, que apontavam para novos arranjos e confrontos dos pensamentos na sociedade e cultura de então.

A romancista espelhava em suas obras o crescimento urbano e, com ele, uma maior dinâmica de interlocução das mulheres com os comerciantes, artistas, operários, engenheiros, médicos, jornalistas, educadores e pedagogos; os entretenimentos vinham dos bailes, teatros, jantares e recepções. Enfim, a complexidade urbana impunha outra sociabilidade às mulheres, despertando nelas uma disposição para novas tarefas e vínculos. De acordo com nossa escritora, o saber científico traria às famílias e às mulheres (em particular), uma envergadura mais ajustada às condições da vida moderna com vistas a uma sociedade mais saudável e comprometida com o conhecimento, distanciando-se do legado passado de superstições e ignorância.

Com o objetivo de constituir uma sociedade mais saudável a partir de avanços científicos, nossa autora acreditava ainda que as reformas urbanas, principalmente aquelas ligadas à infra-estrutura da cidade, fossem necessárias para instaurar a salubridade e impedir os avanços das epidemias que assolavam o país desde o século XIX. A insalubridade não comprometia apenas o desenvolvimento econômico do país, mas também a saúde pública e o desenvolvimento intelectual de sua população. Para tanto, os agentes públicos, como engenheiros de obras, professores, pedagogos, intelectuais e, fundamentalmente, os médicos, tornar-se-iam os principais interlocutores entre Estado e a população.

Sugerimos também que, no conjunto das obras de nossa autora, esta objetivou alcançar fundamentalmente dois públicos: as mulheres e as crianças. Graças à

expectativa positiva criada pela República, Júlia Lopes, sensibilizada por seus ideais formativos, vislumbrou, nas mulheres e nas crianças, os segmentos ideais para a constituição da Nação. A partir das escolas, as crianças se tornariam cidadãos, com a oferta de novos conteúdos de formação moral, ética e patriótica; em contrapartida, as mulheres, casadas ou solteiras, abririam espaço para novos interlocutores com a finalidade de instruir-se e engendrariam novos preceitos morais com a maior presença dos representantes do pensamento científico.

Jurandir Freire, ao analisar as transformações do comportamento familiar no início do século XX, nos adverte quanto à marcante presença dos médicos como novos interlocutores sociais, exercendo funções para além da medicina, mas regeriam através da higiene novos preceitos morais.

*“A sociabilidade deveria encontrar um meio termo entre a estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplicidade com os interesses da cidade e do Estado. A higiene procurou encontrar este equilíbrio, construindo mapas de saúde por onde a família podia trafegar sem comprometer sua sanidade. Esta geografia médica tentava codificar e sinalizar higienicamente o espaço de sociabilidade que surgia no horizonte familiar, em substituição aos antigos locais de encontro e celebração”.*¹⁴

Supostamente o ambiente de origem familiar de Júlia, e as correntes filosóficas de pensamento científico associados ao positivismo motivaram circunstancialmente nossa escritora em sua formação intelectual e convicções ideológicas quando jovem. No entanto, Júlia afastou-se gradativamente de tais idéias, registrando suas diferenças e críticas ao pensamento positivista ao desapontar-se com a República, que ainda muito

¹⁴ Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*, p.133.

recente, dava sinais de vícios políticos e praticas sociais antigas não correspondendo aos anseios da intelectual.

O romance *A casa verde* escrito em conjunto com Filinto em 1898-99 para o *Jornal do Comércio*, já dava o tom e dimensão dos abalos nas crenças destes autores. Uma “casa” abandonada em ruínas com vestígios herdados de um “gosto” português nos azulejos que revestiam as paredes cobertas por limbo e heras. No imenso jardim da casa uma mulher fora assassinada e enterrada pelo próprio marido, deixando assim uma imagem de casa mal-assombrada para as pessoas da região.

A casa verde era a imagem que os autores faziam do Brasil, de heranças portuguesas, a República se erguia em seu terreno, porém, frágil, precocemente esmoreceu.

Os leitores são introduzidos no romance com a apresentação da “casa”.

*“A dois quilômetros da praia de Icarai, existia ainda nos primeiros anos da República uma casa que a gente do lugar tinha conta de mal-assombrada [...]. Dizia lenda que naquele sítio fora assassinada uma mulher, que o marido enterrara ainda agonizante plantando-lhe sobre a sepultura uma cruz feita com galho verde de figueira brava. Fôra dessa cruz tosca, fîncada na terra pela mão de um pecador, que tinha rebentado a arvore que ali estava agora imensa e tenebrosa. Mais tarde, alguém, desejando converter essas terras inproveitadas em lavouras férteis e parques amenos, construiu nelas um solar amplo e tranqüilo, bem pousado em formidáveis alicerces, bem definidos por paredes grossas.”*¹⁵

Em nosso trabalho, buscamos analisar como a República rapidamente deixou de atender as expectativas dos intelectuais através de suas obras, em particular, verificamos

¹⁵ Júlia Lopes de Almeida. *A casa verde*, pp. 5-6.

os romances produzidos por Júlia Lopes, e, suas representações desse momento de conflitos e frustrações.

Com todas as dificuldades existentes para se vender livros, vimos que houve uma recepção às obras de Júlia Lopes. Por exemplo, *Memórias de Marta*, teve quatro edições, três no século XX e uma no século XXI.

Rosane Saint-Denis Salomoni na área literária, pesquisou o romance que foi publicado primeiramente no jornal *Tribuna Liberal*, no Rio de Janeiro de 03 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1889; a segunda edição, composta por mais três contos (*Nhá Tudinha*, *L'embaras Du chois* e *Prólogo de um romance*), foi publicada em Sorocaba pela editora Casa Durski em 1899; a terceira edição, revista pela própria escritora Júlia, foi feita em Paris em 1930, junto a Livraria Francesa e Estrangeira, Truchy-Leroy; quanto a última edição, esta foi em 2007, a partir das iniciativas de Rosane Saint-Denis, que preocupada com o resgate de escritoras brasileiras, dedicou-se no estabelecimento das obras de Júlia Lopes de Almeida detendo-se especificamente no romance *Memórias de Marta*.

Partindo desta questão, nos deparamos com a força das imagens e representações que a linguagem literária possuía apesar de tantas dificuldades que o ambiente intelectual oferecia aos seus próprios interlocutores.

Aqueles que escreviam digladiavam-se pelo espaço literário e como a comunidade de escritores, embora pequena, formavam-se grupos de afinidades literárias, ora atacando-se, ora elogiando-se mutuamente.

“Há quase tantos escritores como leitores, se não mais. Em país de instrução escassa e mofina e cultura sempre incipiente, onde 80% da população é analfabeta e o resto não lê ou lê somente jornais ou línguas estrangeiras, há nos 20% restante, pelo

menos dez que são literatos, dos quais 6 ½ ou 7 são poetas. Assim, não lhes sobram leitores, e eles se tem de ler a si mesmos ou entre si. O que se chama o público, esse não os lê”.¹⁶

Júlia Lopes sentiu, assim como seus pares, as rupturas nos costumes e tradições que acompanharam a sociedade brasileira desde a abolição, proclamação da República e vigência da mesma. A escritora teve a oportunidade de escrever nos principais jornais do Rio de Janeiro, como *O Paíz*, e *Jornal do Comércio*, conhecidos por seu conservadorismo, [...] “*lido pelos homens de classe, pelos políticos e tinha como traço apoiar todos os governos*”¹⁷, sendo que em seus romances e contos, a autora se declarou abolicionista, e profundamente preocupada com os descaminhos da recente República.

Júlia Lopes estimulou a leitura e escrita para mulheres, envolveu-se com as idéias e reflexões junto à educação infantil; promoveu salões literários em sua residência junto a artistas e escritores. Jornalista, romancista, contista e autora de peças de teatro junto ao seu marido Filinto, Júlia produziu intensamente no início do século XX ao lado de escritores consagrados – Graça Aranha, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Olavo Bilac, João do Rio, Coelho Neto entre outros – transparecendo um profundo envolvimento com o pensamento intelectual de sua época.

Num aspecto mais amplo, Júlia Lopes escrevia com uma linguagem familiar e simples, temas que sondavam o comportamento político e social. Quanto ao aspecto que abrangia os costumes e tradições, que compulsoriamente mudavam velozmente nos grandes centros urbanos, de postura reformista, a romancista acreditava nos projetos de modernização protagonizados pela ciência, em seu estreito vínculo com a ordem social

¹⁶ José Veríssimo. *História da literatura brasileira: Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908*, apud : Hélio Seixas Guimarães. *Os leitores de Machado de Assis. O romance machadiano e o público de literatura no século XIX*, p.74.

¹⁷ Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*, p.324.

urbana e rural. Em suas obras dirigidas para o público infantil, preocupou-se em apresentar as diferentes regiões brasileiras destacando as manifestações culturais, pontuando os valores cívicos e morais como forma de debater e conhecer os diferentes aspectos da Nação. Lembrando que os livros escolares existentes no Brasil, em sua maioria ainda eram editados em Portugal, não atendendo aos interesses debatidos entre os intelectuais brasileiros que acreditavam numa educação de teor patriótico e nacionalista.

Diríamos que além de desejar construir um sentimento nacional e a vontade de entender o que se passava na época, os intelectuais propagavam suas idéias e ampliavam seus rendimentos com a participação de artigos em jornais, escrevendo livros didáticos, montado salões literários e proferindo conferências remuneradas.

Segundo João do Rio as conferências “contagiaram” a Capital da República com temas curiosos e exóticos como, por exemplo: “*a conferência de Sr. Bonfim, demonstrou através de uma ‘teoria científica e complicadíssima do ciúme’*”¹⁸

A sociabilidade dos intelectuais também se dava nos encontros destas conferências, entrevistas, através de institutos literários, correspondências, editoras, saraus, e para os menos abastados em botequins, livrarias, bibliotecas, redação de jornais ou departamentos de repartições públicas.

Além de difundirem mais jornais, livros, o número de revistas que surgiram, descortinavam novos espaços para a produção e ganho dos intelectuais. *A Bruxa, Almanaque Literário de São Paulo, A Estação, A Família, Ilustração Brasileira, A mensageira, Revista do Brasil*, foram algumas das revistas das quais, Júlia contribuiu com artigos.

¹⁸ Wilson Martins. *História da inteligência brasileira: 1897-1914*, p. 312.

Como podemos verificar, os gêneros de revistas eram bem diversificados, demonstrando também, um ecletismo da autora, tanto nos ajustes dos conteúdos, como da forma, considerando que também para o público leitor em formação, as revistas cada vez mais ilustradas, eram uma novidade bem atraente.

Verificamos que o processo de publicação era recebido pela rede de sociabilidade dos intelectuais e de editores com o objetivo, de compreender a armação de uma trama de necessidades, vaidades, disputas, inserção no mercado e diferenças de apreensão em sua contemporaneidade.

*“Não bastasse isso, a proximidade do governo federal, reformado e ampliado, oferecia inúmeras oportunidades adicionais aos letrados, desde os simples empregos burocráticos até aos cargos de representação, as comissões e as delegações diplomáticas. Igualmente importantes eram as tutelas oferecidas pelo Estado a organizações culturais e institutos superiores e o mecenato declarado do Ministério das Relações Exteriores aos grandes expoentes das letras. O Rio de Janeiro oferecia pois um campo impar de atuação para os intelectuais em um país pobre e quase que totalmente analfabeto. Os cafês, confeitarias e livrarias da cidade pululavam de múltiplos conventículos literários privados, composto de confrarias vaidosas que se digladiavam continuamente pelos pasquins esporádicos da Rua do Ouvidor”.*¹⁹

Numa época de inovações palpitantes, numa ânsia de colocar as coisas em seu “devido lugar”, de estabelecer uma ordem que fosse moderna para assim não ficar vivendo um passado considerado pouco inspirador para o progresso, os intelectuais, junto com demais segmentos da sociedade carioca e paulista, participaram ativamente deste momento com diferentes intervenções.

¹⁹ Nicolau Sevckenko. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 94.

Júlia Lopes, a partir de seus 19 anos até o final de sua vida, enfronhou-se na esfera dos jornais, livros e revistas, produzindo contos, peças de teatro, romances, crônicas, participando de palestras e convenções no Brasil e fora dele. Quando casada e com filhos, residiu por pouco tempo em Paris, ocasião em que escritores franceses e brasileiros renderam-lhe homenagem (1914), demonstrando seu acolhimento no meio. Por ocasião da Guerra, Júlia retornou com a família para o Brasil, e no ano seguinte, os intelectuais brasileiros, por ocasião do aniversário de Júlia, lhe fizeram uma homenagem no salão do *Jornal do Comércio*.

As mulheres precisariam se instruir de forma mais diversificada, seriam um público visado neste início do século. Para Júlia, as mulheres deveriam educar seus filhos em sintonia para com as obras científicas, filosóficas, literárias e artísticas, garantindo assim, uma cidadania mais plena e um país voltado para o progresso de forma civilizada (*Livro das noivas*). Pode-se afirmar que a leitura para a autora era a extensão da cidadania e perspectiva de uma Nação que almejava avanços.

Além de escrever para um grande público feminino em jornais e revistas, Júlia também entrou para a literatura infantil. A romancista escreveu em 1886 *Contos infantis*, junto com sua irmã mais velha, Adelina Amélia Lopes. A obra foi adotada pelas escolas em grande parte do território nacional; em 1907, escreveu *Histórias de nossa terra*, desta vez, realizando registros através do território brasileiro com o fim de evidenciar as culturas regionais, incentivar a produção rural, apresentando a bandeira brasileira através de suas cores e assim revelar uma Nação; estimulando o respeito à nossa língua, e à família.

A escritora nutria ambições para transformar a sociedade de forma efetiva com a colaboração das mulheres, acompanhava de forma bem próxima as novas propostas de

ensino, como por exemplo, no incentivo à publicação de livros educativos no Brasil realizado por intelectuais brasileiros.

Leonardo Arroyo, na obra *Literatura infantil brasileira*, no capítulo destinado a leitura escolar²⁰, recupera José Veríssimo que afirma que “*havia uma necessidade profunda de adequar-se a literatura ao público brasileiro*” e ainda acrescenta:

“na segunda metade do século XIX, com maior intensidade os grandes clássicos da literatura infantil universal foram lançados no Brasil em várias traduções sendo ao mesmo tempo em Portugal e Brasil. Nesse mesmo período podem ser assinaladoras algumas obras originais, isto é, demonstrativas de uma compreensão da necessidade de autores nacionais tratarem dos temas para as crianças do ponto de vista do Brasil, como recomendava J. Veríssimo”.²¹

Luís Edmundo observou que grande parte dos livros escolares no Brasil eram editados em Portugal, e por conta disso, estavam em descompasso com as alterações de nosso idioma,

“redigida numa linguagem já caracteristicamente diferenciada em relação ao Brasil, tanto que nossas crianças não entendiam a maioria dos textos desses livros e já no começo do século esta observação revela que o português já então, influenciado no Brasil pelos negros e índios, imbuía-se do espírito tropical da terra, que amolecia, tornava mais doce e mais plástico”.²²

Torna-se relevante evidenciar que Júlia ajustou-se a tais condições de produção literária escolar, contando inclusive com o apoio de seu marido Filinto de Almeida, jornalista e poeta renomado, que reforçava junto às secretarias de educação, a adoção da obra de sua esposa. Filinto de Almeida pertencia a Academia Brasileira de Letras desde

²⁰ Leonardo Arroyo. *Literatura infantil brasileira*, p.110.

²¹ *Idem*,. *ibidem*., p.110.

²² *Idem*, *ibidem*.

a sua concepção, sua interlocução com os intelectuais deste meio era intensa, intermediando em diferentes momentos os interesses diplomáticos aos anseios dos acadêmicos.

Para Júlia, o futuro cidadão estreitaria seus vínculos com a Nação a partir de critérios filosóficos, técnicos e científicos normativos; estrutura de pensamento que nos instiga, mas nos chama a atenção de como a preocupação ideológica com aquilo que era público se emaranhava com os interesses de ordem privada tal a preocupação com a sobrevivência que alguns intelectuais tinham.

Júlia Lopes reforçava a importância da leitura para as mulheres aconselhando autores e obras, lembrando que as proibições feitas à estas não exerciam um efeito nocivo como os mais conservadores sistematicamente afirmavam. O fato de escrever intensamente reforçava suas idéias e confirmava suas convicções de que a literatura e leitura tinham um potencial transformador e trariam uma nova consciência e uma renovadora atuação social.

“Os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma.

*Para livrarem então as pobres inocentes de, por qualquer casualidade, entrarem um dia em contato com o então perigoso conselheiro, faziam uma coisa que lá consigo julgavam muito acertada – não as ensinava a ler! Era, evidente, o meio mais coercitivo”.*²³

Júlia Lopes de Almeida não estava sozinha no universo literário, outras mulheres escritoras compartilhavam das mesmas preocupações. Um número significativo de almanaques, revistas e manuais foram escritos, e muitas vezes bancados por mulheres,

²³ Júlia Lopes de Almeida. *Livro das noivas*, p. 35.

para mulheres, indicando que o número de leitoras era significativo, o que nos deixa como reflexão de como as novas máquinas e técnicas tipográficas atendiam a demanda até então reprimida. Contudo, os contos e romances de Júlia publicados em diferentes jornais, e depois, transformados em livros, mostravam um aspecto mordaz e insatisfeito da autora, mais direta e menos dócil, demonstrava as contradições e incoerências da sociedade brasileira, indicando como o discurso idealizado não alcançava as mudanças necessárias, a denúncia vinha em seus contos e romances pela crueldade e a miséria incrustada em diferentes patamares da sociedade intelectual, política e econômica.

Procuraremos delimitar nosso tema, tendo como fio condutor a produção literária de Júlia Lopes de Almeida, especificamente através de seus romances. Quanto aos seus contos, crônicas e artigos em revistas e jornais, estes foram utilizados apenas como suportes de análise da produção literária da escritora.

No capítulo 1 procuramos apresentar as dificuldades para se escrever e ler num país que valorizou predominantemente o comércio e o conhecimento associado à carreiras que viabilizavam estabilidade social ou prestígio em seu meio. Assim a educação dos meninos era mais incentivada que a educação das meninas, que por sua vez, eram mais estimuladas para o casamento. À medida que o analfabetismo era uma preocupação para os intelectuais e editores, procurei apresentar a recepção dos livros, jornais e revistas pelos editores H. Garnier e Francisco Alves e João do Rio, que constatou através sebos, pequenas livrarias e bancas, a literatura que mais agradava o gosto popular. Finalizo o capítulo com a relevância da imigração portuguesa em seus diferentes segmentos, inclusive o livreiro no Rio de Janeiro, simultâneo ao crescimento urbano da cidade.

Capítulo 2: dado a sugestiva ampliação do mercado literário, analiso os estranhamentos e desconfiças existentes no meio dos escritores às produções femininas. Apresento

neste momento, como a escritora Júlia Lopes e outras escritoras se estabeleceram junto aos grandes jornais e reconhecidas revistas. Ainda apresento a relevância dos circuitos e sociabilidade entre os intelectuais de aspecto relevante para a projeção deste para o meio público. Compondo o ambiente de sociabilidade de Júlia e as práticas existentes neste período, exponho a relevância de sua formação como escritora em seu ambiente ainda paterno. Mas a defesa da instrução para a autora, deveria evoluir junto com os costumes e a sociedade. Ainda, a negação do Império e valorização do moderno através das tecnologias, maquinismo, ciência vinham como impreterível necessidade das mulheres se envolverem neste novo processo.

Capítulo 3: neste momento apresento a relevância da produção das obras para o público feminino; a linguagem que Júlia utilizava para se dirigir às mulheres; a escolha de personagens femininos e suas características com o objetivo de criar uma atitude ativa e simpática junto às suas leitoras. *Memórias de Marta, A casa verde, A Falência, Família Medeiros, Correio da roça, A Intrusa, Viúva Simões e Amor cruel* foram obras apresentadas e analisadas com o objetivo de realizar uma interlocução entre a literatura e a história, abordando os aspectos culturais e temporais quanto à presença maior das máquinas no cotidiano urbano, e os estranhamentos e deslocamentos propiciados pela modernidade. Por último, faço uma análise do imaginário estabelecido entre o romance e a natureza me servindo das obras *Amor cruel* e *Correio da roça* em que a escritora diferencia o homem do litoral e o homem do campo.

Capítulo 4: tem como tema o envolvimento de Júlia na produção de livros infantis. Na passagem do século XIX para o XX, como os intelectuais e editores envolveram-se em debates acerca da inadequação dos livros didáticos editados fora do Brasil, e a

necessidade de cativar a criança como leitora, instituindo abordagens mais diretas e apresentando o país com valores patriótico. Nesta direção a discussão acerca de nossas heranças lingüísticas africanas, propiciava um outro debate; a busca de nossas heranças genéticas e culturais. Encerro o capítulo retornando para as leitoras, o público feminino. Mesmo com toda a decepção como a República, Júlia não condiciona mais suas crenças à estrutura política, mas ao segmento feminino e às crianças como se estes tivessem que se apropriar de seu presente e independendo do regime político ou circunstâncias econômicas ou culturais, representariam os novos pilares sociais. Apresentaremos ainda através de um dos contos de Júlia as particularidades femininas em seus temperamentos, inconstâncias, subjetividades e afinidades intelectuais.

1. Um país a ser transformado: as fontes de inspiração de Júlia Lopes de Almeida

*“Quero escrever um livro novo, arrancando do meu ser e do meu sonho, vivo, palpitante, com todos os retalhos de céu e de inferno que sinto dentro de mim; um livro rebelde, sem adulações. Digno de um homem. Se eu tivesse gênio não me faltava o resto, porque não escrevo por amor da turba ingrata, nem preciso da pena para ganhar a vida; sou rico e só escrevo por obsessão que me verga, tal como um furacão verga o caniço”.*²⁴

1.1. O analfabetismo entre as meninas e os meninos.

Ler, sim; escrever, só para poucos. Pode-se afirmar com certa tranquilidade que a maior parte da população brasileira, ao longo do século XIX, encontrava-se muito longe dos livros. Dentro desse quadro, em que um pequeno número de pessoas sabia ler, havia ainda uma diferença significativa entre o grupo de homens alfabetizados e o de mulheres. Enquanto nos inventários previa-se que os meninos órfãos aprenderiam a ler e escrever, assegurando uma pequena parcela de homens leitores e escritores, no caso da população feminina, a situação era ainda mais grave: caberia às meninas órfãs aprender a coser e bordar.²⁵

Via-se com naturalidade que as meninas, como futuras mães, eram fundamentais para o crescimento da família: seu papel era gestar, ter filhos, criá-los, dar continuidade ao sobrenome e prosperar, a exemplo de seus antecessores. Adquirir a habilidade de manejar os tecidos, e linhas coloridas, ocuparia suas mentes na realização de lindos bordados. Com a escassez de recursos, se fosse este o seu caso, recuperaria as roupas

²⁴ Júlia Lopes de Almeida. *Ánsia eterna*.

²⁵ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, p. 34.

rasgadas, adaptando algumas peças de um filho para outro, participando com sua inteligência na economia e exercício doméstico. Os ocorridos do dia poderiam ser partilhados, entre os convivas; ao embalar os filhos, uma cantiga talvez expressasse sua afetividade, e a história da família possivelmente seria contada, como uma memória particular, em algum momento do dia. Neste ambiente de expectativas e valores circunscritos, a leitura de fato não poderia ser vista como relevante ou indispensável: supostamente não o era.

De passagem pelo Brasil em 1865, Luiz. R. Agassiz, naturalista francês, observou a educação dada às mulheres nas escolas femininas e nas fazendas sob as orientações paternas.

*“[...] As escolas e pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que lhes retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas às escolas aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda a tomá-las”.*²⁶

Mesmo levando em consideração as diferenças culturais existentes até então entre a França e o Brasil, o viajante confirma a diferença de tratamento dado à educação formal para as meninas, em que o casamento se impõe como condição de vida; os aspectos práticos de organização da fazenda ou da casa, a educação dos filhos eram entendidas como atividades das quais naturalmente as meninas dariam conta com o passar do tempo, graças a seu amadurecimento e experiência prática de vida.

²⁶ Miriam Moreira Leite. *A condição feminina no Rio de Janeiro, séc. XIX*, p. 75. Encontram-se relatos de conteúdo semelhante em cartas de outros viajantes. Dada a semelhança e o tom de gravidade, a educação para as meninas e o tratamento dado às mulheres no Brasil, em comparação às europeias, era algo que chamava muito a atenção dos viajantes.

Luiz Agassiz relata que eram raros os livros nas casas e os romances não eram aconselhados pelos pais como leitura adequada para as moças. O excesso de regras e normas favorecia uma visão de vida calcada em tradições materiais, apostando que a leitura pouco contribuiria como um diferencial para a educação dos filhos ou para a administração da fazenda. Os romances eram cheios de idéias, concebidos como fantasiosos; pouco auxiliavam na concretude do dia a dia e, diletantes, faziam as meninas se perderem em pensamentos oníricos. De acordo com Maria Ângela D’Incao, com o progressivo aparecimento da família burguesa,

*“as leituras animadas pelos encontros sociais, ou feitas à sombra das árvores ou na mornidão das alcovas, geraram um público leitor eminentemente feminino. A possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências de amigas”.*²⁷

D’Incao nos sugere que, mesmo com o controle de leitura que pudesse existir para com as filhas e esposas - conforme o que Agassiz também apontou em seus registros - as mulheres liam às escondidas e à revelia de seus pais, numa “rebeldia submissa”.

Andando pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, o jornalista João do Rio observou o intenso mercado de ambulantes, armando seus tabuleiros em praças ou esquinas. Para chamar a atenção dos fregueses, os vendedores ou colocavam em suas roupas algum detalhe incomum ou faziam algum comentário de seu produto em voz alta, destacando o bom preço para a realização de um vantajoso negócio. Mas, para a venda de livros, o jornalista empreendeu especial atenção, apontando a diversidade dos

²⁷ Maria Ângela D’Incao. Mulher e a família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. (Org.) Mary Del Priore, p. 229.

vendedores, estratégias para vender seus livros e gênero de obras que mais “caíam” no gosto popular.

O que era lido? Por que as mulheres faziam leitura às escondidas de seus pais quando a atividade era de seu gosto? Impressos na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, liam-se comentários em que João do Rio se revelava, surpreso, que as leituras preferidas no início do século XX eram as mesmas do meado do século XIX.

“Exatamente na esquina do teatro São Pedro, há dez anos, Arcanjo, italiano, analfabeto, vende jornais e livros [...] Ao parar outro dia ali, tive curiosidade de ver os volumes dessa biblioteca popular. Havia algumas patriotadas, a Questão da bandeira, o Holocausto, a D. Carmen de B. Lopes, A vida do mercador e de Antônio de Pádua [...]. Estavam em exposição, cheio de pó, com as capas entornadas pelo sol.

- *Vende-se tudo isso?*

- *Oh! Não. Há quase um ano que os tenho. Os outros sim: modinhas, orações, livros de sonhos, a História da princesa Magalona, o Carlo Magno, os testamentos dos bichos...”.*²⁸

Em meio aos livros e jornais também se encontravam “edições falsificadas do *Melro* de Junqueira e da *Noite nas tavernas*” e “livros exportados de Portugal, o *Conselheiro dos amantes*”. Concluindo, João do Rio ainda acrescentou:

*“A leitura de todos os folhetos deixa, entretanto, a mesma impressão de sangue, de crime, de julgamento, de tribunal. Há, por exemplo, uma obra cuja tiragem deixa numa retaguarda lamentável as consecutivas edições do *Cyrano de Bergerac*. Intitula-*

²⁸ João do Rio “Os mercadores de livros e a leitura das ruas”, *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, 12/2/1906. In: João do Rio. *A alma encantadora das ruas*, pp.136-137.

*se Maria José, ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe, Matilda do Rosário Luz”.*²⁹

Pelo gosto popular, os livros que mais circulavam não eram as obras consagradas pela literatura clássica ou erudita mas, ao contrário – conforme se leu acima - eram livros de orações, modinhas, que agradavam pelo exagero, fantasia e mesmo pela crueldade. João do Rio trouxe à tona mais uma questão para os intelectuais refletirem acerca da formação dos brasileiros, pois, se o impacto foi grande ao se apresentar, pelo censo feito em 1872, o número elevado de brasileiros analfabetos, os intelectuais teriam mais um elemento para pensar: a formação literária da população brasileira.

Partindo da premissa de que a oferta de escolas voltadas para a educação de meninas era pequena, podemos compreender a prática que as famílias de melhor posição social e econômica tinham ao oferecer às filhas a alternativa de pagar uma tutora estrangeira que lhe acompanharia até o casamento, escolhendo assim as leituras mais apropriadas aos seus alunos.

“Nesse processo de preparação das meninas os manuais de etiqueta eram muito utilizados, uma vez que traziam prescrições e orientações sobre os costumes, a moda, os hábitos e as práticas de sociabilidade em voga na Europa e, particularmente, na França, cuja influência fazia-se presente desde o Brasil Colônia.

*Nesse modelo de formação feminina, educar cumpre as vezes de escolarizar. Para os homens, isso nem sempre é equivalente.”*³⁰

Portanto mesmo assim transmite a idéia de oposição e, neste ponto, o número de mulheres leitoras ainda era reduzido e a parcela daquelas mulheres que escreviam era ainda menor:

²⁹ João do Rio, *Op. cit.*, p. 141.

³⁰ Lillian Lacerda. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitora*, p. 170.

*“A maioria da população era escrava; a leitura era um luxo circunscrito a uma minoria de homens leigos, empregados públicos de diferentes hierarquias e 0,8% de mulheres alfabetizadas”.*³¹

Curiosa, ainda, era a diferença entre as mulheres que *escreviam* e aquelas que *liam*. Com base em números ou estatísticas, torna-se quase impossível verificar que tal diferença existisse mas, a partir de relatos como o da escritora Júlia Lopes de Almeida notamos a existência de um constrangimento para a mulher que desejava escrever.

Numa entrevista concedida a João do Rio para *O Momento literário*, Júlia revelou o desconcertante instante em que sua irmã caçula Alice apoderou-se de seus versos e correu para entregá-los ao pai. Então, Júlia tinha aproximadamente 19 anos:

“– Papá, a Júlia faz versos!

– Não, senhor, não acredites na falsidade!

– Pois se eu os tenho aqui. Olha, toma, lê tu mesmo...

*Meu pai, muito sério, descansou o jornal. Ah! Deus do céu, que emoção a minha! Tinha uma grande vontade de chorar, de pedir perdão, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias, e ao mesmo tempo um vago desejo que o meu pai sorrisse e achasse bom. Ele, entretanto, severamente lia. Na sua face calma não havia traço de cólera ou de reprovação. Leu, tornou a Ler”.*³²

As impressões do episódio na memória da escritora são particulares. Residindo em Campinas, Júlia já era uma moça ao ser revelada como escritora pela irmã ao seu pai, sendo que o cultivo da leitura no interior de sua família, em especial pelo pai

³¹ Maria Lígia C. Prado. *América Latina no século XIX*, p. 124.

³² João do Rio. *O Momento literário*, p. 27-28.

Valentim, era estimulado pela literatura clássica portuguesa aos filhos.³³ Provavelmente existia uma biblioteca na residência da família Lopes, pois o patriarca participava com artigos nos jornais da cidade, escreveu peças para teatro e fez algumas poucas traduções do francês para o português.³⁴ Os pais de Júlia atuaram, ora na iniciação dos filhos no mundo da leitura, ou seja, participando do processo de alfabetização, ora como leitores, interlocutores e formadores do hábito, do gosto e da prática da leitura. No entanto, no relato da escritora, podemos depreender que escrever tinha uma conotação social proibitiva e moralmente censurável: revelava uma *autoria* que simultaneamente concorria com o desejo de ver seus escritos reconhecidos pela figura paterna.

Se, para as mulheres que escreviam na segunda metade do século XIX, a experiência de escrever era algo condenável pela sociedade, pode-se afirmar com segurança que, para as mulheres nascidas até a década de 1830, quase todas analfabetas, a possibilidade de ler e de escrever era algo abstrato, distante e de difícil alcance.³⁵

Mesmo que fosse dado como natural as mulheres viverem na condição de analfabetas, não significava necessariamente que estas estavam completamente apartadas da sociedade: ao contrário, elas conseguiam inteirar-se das novidades, acontecimentos, pela linguagem oral, meio pelo qual transmitiam suas tradições, aprendizados e suas experiências sociais com intensa familiaridade. Em ensaio sobre “*A tradição cultural em sociedades não-letradas*”, Jack Goody e Ian Watt refletem acerca das conseqüências do letramento em sociedades pouco letradas concluindo que:

“a língua é desenvolvida em associação íntima no contato face-a-face com os outros membros. O que continua a ser de relevância social que pode ser visto como

³³ Valentim, pai de Júlia, introduziu-a na literatura portuguesa com os autores Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Julio Diniz entre outros. In: “Saudades”, “Autores e Livros”, respectivamente, no Suplemento Literário de *A Manhã*: 28. Set. 1941, pp. 106-107.

³⁴ Dicionário: Sacramento Blake, pp. 336,337 e 338.

³⁵ Ubiratan Machado. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, p.40.

*análogo à organização homeostática do corpo humano por meio do qual ele tenta manter sua condição de vida presente”.*³⁶

Muito embora também existissem algumas mulheres de educação diferenciada, que tinham acesso à alfabetização, esse restrito grupo feminino recitava versos em salões, lia romances, interpretava partituras musicais, possuía álbuns, escrevia em diários, redigia cartas e elaborava listas de compras. Mas escrever versos significava algo ousado, que causava estranhamento, pois, como vimos, não constava entre os afazeres da educação feminina. Não era esperado que a mulher expusesse seus pensamentos para um círculo maior de pessoas que o de seus conhecidos, nem para aqueles que de alguma forma eram-lhe familiares à convivência segura e privada. As mulheres abastadas, de vida mais regular ou familiarmente estável, como esposas, irmãs ou filhas, tinham uma vida mais protegida das línguas e dos olhos desconhecidos, permanecendo mais tempo nos afazeres domésticos, distanciando-se do espaço público. Dentro de uma visão tradicional, cabia aos homens serem os provedores e orientadores morais de suas famílias, entendendo-se que a administração dos negócios na cidade ou na fazenda era de sua incumbência — a exposição dos homens era algo intrínseco em sua existência; no Brasil do século XVIII e XIX, estranho seria um homem sem qualquer iniciativa, recluso ou poeta.

Por outro lado, algumas mulheres de mais recursos, na falta de seus maridos, por motivos de morte, viagens de negócios ou por suas longas ausências, tiveram que desenvolver a habilidade de administrar seus lares, negócios ou fazendas para assim manter seus bens e propriedades. Administrar a compra de materiais, alimentos,

³⁶ Jack Goody e Ian Watt. *As conseqüências do letramento*, p. 17. Cabe aqui esclarecer que o referido trabalho de ambos os autores trata de sociedades sem qualquer contato com a escrita. Jack Goody e Ian Watt utilizam-se no texto de sociedades aborígenes, isoladas de outras convivências; no entanto, entendemos que, a partir da experiência observada no Brasil desde o período colonial até meados do século XIX, as mulheres, principalmente as brancas, tinham reduzido contato público.

escravos tornava-se tarefa menos árdua, uma vez que existia familiaridade com essas atividades no cotidiano do exercício doméstico. Mas, por força das circunstâncias, pertencendo a uma sociedade misógina e patriarcal, na falta do marido, a administração mais complexa de seus bens e a educação de seus filhos incluía o cumprimento e compreensão de documentos como inventários, realização de acordos financeiros, balanços de orçamento e despesas do mês e tais negócios, quando não se sabia ler, eram feitos por meio de um procurador que poderiam ser: irmãos, tios, primos, que muitas vezes assinavam documentos por elas.

Segundo o jornal *O Mosquito*, de 1876, a condição de educação para as mulheres era alarmante:

“Há apenas [...] 550.981 mulheres que saibam ler.

Os pais de nossas compatriotas não hão de ter muito trabalho, para que suas filhas não escrevam aos namorados!

*As Stael e as George Sand não hão de abundar, com certeza, num país onde vão à escola apenas 165.098 meninas por 795.574 que ficam em casa a conversar na cozinha com a crioula”.*³⁷

No entanto, para além das conversas na cozinha, a exclusão das mulheres da alfabetização não diminuía a importância de seu papel em seu meio social, no qual ela se inseria, como vimos anteriormente, pela oralidade. Para a historiadora Maria Odila Leite,

“o seu (da mulher) espaço era o da desordem e confusão reinante entre as esferas pública e particular, necessária ao sistema de poder escravista, e que tanta

³⁷ Hélio Seixas de Guimarães. *Op. Cit.*, p. 90.

*repercussão teve no processo de construção do Estado, simultâneo ao de urbanização da cidade”.*³⁸

Mais uma vez, Goody e Watt nos auxiliam na compreensão da transitoriedade existente nos meios não letrados de tradição oral: as experiências particulares nos núcleos familiares estabelecidos por contingências internas ou de motivação externa alteravam suas tradições e percepções sociais, provocando compulsoriamente alternativas para ajustes às novas condições.

*“Essas mudanças são de diversos tipos: aquelas que surgem a partir do movimento de pessoas, a partir do processo de ‘nascimento, copulação e morte’; aquelas que se ligam com o rearranjo das unidades constituintes da sociedade, com a migração de um grupo e a fissão do outro; finalmente aquelas que resultam dos efeitos de mudanças no próprio sistema social, quando geradas a partir de dentro ou iniciadas a partir de fora. Cada um desses três processos, a que podemos nos referir por conveniência como processos de geração, de organização e de mudança estrutural, podem apontar para alterações do tipo contra as quais a administração objetou”.*³⁹

Na segunda metade do século XIX, nas regiões mais representativas economicamente ou politicamente como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, oeste paulista, o número de alfabetizados, se comparado à totalidade da população brasileira, era pequeno; eram poucos os que liam e escreviam com desenvoltura.

O primeiro recenseamento geral do Império, feito em 1872, mas divulgado apenas quatro anos depois, apontava dados muito preocupantes quanto ao índice de analfabetismo no Brasil: o número de crianças fora das escolas superava em cinco vezes o número daquelas que estudavam. Na revista *Imprensa Industrial* do Rio de Janeiro os

³⁸ Maria Odila Leite da Silva. *Op. Cit.*, p. 9.

³⁹ Jack Goody e Ian Watt. *As conseqüências do letramento*, p. 19.

números revelavam um país de ignorantes. “*Freqüentam as escolas 155.651 meninos e 165.098 meninas e deixam de freqüentá-las 786.131 meninos e 795.574 meninas.*”⁴⁰

Em Susan Besse, mais dados chamaram a nossa atenção a respeito da educação voltada ao público feminino:

*“Muito embora houvesse uma lei federal aprovada em 1827 que determinasse o estabelecimento de escolas primárias gratuitas para meninas, não havia professoras em número suficiente para compor o corpo docente de mais do que uma dezena de escolas para meninas, e não se julgava apropriado que homens dessem aulas a meninas. Já em 1872, o censo registrou apenas 18 mulheres na cidade de São Paulo e 313 no Rio de Janeiro que trabalhavam como professora primária e secundária”.*⁴¹

Tratando-se de uma formação acadêmica, mais uma vez era o público masculino que contemplava as cadeiras, preenchia as vagas, enquadrando-se na mentalidade de que cabia aos homens a atividade intelectual. As operações mais complexas da matemática eram voltadas para um conhecimento mais pragmático, como o da engenharia, para a construção de pontes, estradas, ruas; engenharia dos portos, iluminação urbana, canais; logística necessária ao desenvolvimento e progresso econômico.

Parece que o conhecimento por si, a reflexão, no universo social e cultural brasileiro tinham que conviver com a aridez e infertilidade de uma sociedade que, além de analfabeta, era essencialmente pragmática, organizada pelo imediatismo da sobrevivência e dirigida por elites que não valorizavam o conhecimento. Constituída por uma mentalidade voltada para um balcão comercial, os dirigentes entendiam que a

⁴⁰ Hélio Seixas de Guimarães. *Op. Cit.*, p. 92.

⁴¹ Susan K. Besse. *Modernizando a desigualdade*, p. 125.

perspectiva de vida se encontrava na garantia do individualismo, assegurada pelo progresso pessoal e não o comum.

A engenharia ilustrava muito bem como o conhecimento poderia ser útil a uma realidade sem diletantismos filosóficos. Ser engenheiro era sinônimo de espírito empreendedor, o seu conhecimento se revertia em coisas práticas e úteis à sociedade. O engenheiro era facilmente reconhecido pela sociedade graças a suas intervenções na construção de pontes, ruas, portos e estradas, muito embora o seu papel como profissional não requeresse grandes abstrações daqueles que usufruíam de sua “arte”: suas ações eram representações de avanços; sua profissão, uma necessidade para os novos tempos.

A engenharia no Brasil teve origens militares, com o objetivo de construir fortificações que protegessem a costa brasileira. Engenheiros estrangeiros começaram a ensinar, ainda no século XVIII e XIX, as técnicas de fortificações, de matemática, artilharia e ciências aos oficiais brasileiros. O ensino, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro - (antiga) Escola Central até 1874 -, de convicções positivistas, abrangia três cursos distintos: um curso teórico de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais; um curso de Engenharia e Ciências Militares, e ainda um curso de Engenharia Civil, voltado para técnicas de construção de estradas, edifícios e pontes para civis que freqüentassem o curso.

Para o crítico José Veríssimo, o efeito do pensamento positivista na área do conhecimento das exatas, como matemática e engenharia, foi visto e compreendido como extremamente redutor e construtor de vaidades. Sem encontrar qualquer resistência de outro corpo filosófico, o positivismo prosperou livremente pela sociedade brasileira, sendo considerado um dos mais eficazes como concepção filosófica. Para Veríssimo, o pensamento de Augusto Comte se organizava de forma autocentrada,

viabilizando, numa sociedade como a nossa, embevecida pelo pragmatismo e o individualismo, o carreirismo de forma utilitarista, hierarquizando ainda mais a sociedade brasileira.

Quando refletiu acerca do forte individualismo existente no Brasil – concebendo-o como uma herança cultural - e sua convivência com o pensamento comteano, Sergio Buarque de Holanda afirma:

*“É possível compreender o bom sucesso do positivismo entre nós [...]. Para seus adeptos, a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida. É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas idéias. O mundo acabaria irrevogavelmente por aceita-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso. Nada haveria de deter e muito menos de anular o ascendente fatal de uma nova espiritualidade reclamada pelo conjunto das necessidades humanas. O mobiliário científico e intelectual que o mestre legou à Humanidade bastaria para que se atendessem em todos os tempos e em todas as terras a semelhantes necessidades. E nossa história, nossa tradição, eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis”.*⁴²

Também liam e escreviam os juizes e aqueles que viviam das normas jurídicas e de suas extensões dentro e fora do aparelho do Estado. Alguns profissionais liberais, jornalistas, intelectuais, poetas e mulheres que tinham uma orientação mais liberal, ou por necessidade de adaptação às novas contingências de vida mais específicas, compunham o restrito grupo de leitores e escritores.

⁴² Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 117.

Ainda na segunda metade do século XIX, a atividade intelectual não era muito intensa nem muito cultivada por aqueles que constituíam a maior parcela da população do país. Quando possível, aqueles que possuíam mais posses contratavam tutores estrangeiros para os filhos, não transparecendo qualquer preocupação na ordem de se reproduzir um conhecimento pouco ajustado à nossa realidade, mesmo porque o estrangeirismo era bem-vindo por aqui.

Morando na cidade, ainda se tinha a alternativa de ingressar em escolas, como era o caso daqueles que habitavam a cidade do Rio de Janeiro — o colégio D. Pedro II era a escola mais procurada pela elite, dada a sua notoriedade e o prestígio dos professores que lá lecionavam; mesmo assim, apenas 21% das crianças livres freqüentavam as escolas.⁴³ Posteriormente, os alunos poderiam fazer os cursos de ciências jurídicas e sociais existentes no país, como era o caso dos cursos de direito situados em São Paulo, no Convento de São Francisco, e em Recife, na cidade de Olinda, no Mosteiro de São Bento.

O bacharelismo no Brasil, para o historiador Sergio Buarque, era mais um meio que revelava aspectos de nossa cultura individualista e personalista, a condição de bacharel autorizava o indivíduo a cercar-se de recursos, colocando-o em superioridade em relação aos demais, beneficiando-o em ocasiões em que um cidadão comum não teria condições de fazê-lo. Tal comportamento ainda viria reforçar, segundo sua tese, *“um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão freqüentemente com certos empregos públicos”*.⁴⁴

⁴³ Dados retirados da obra de Hélio Seixas, *Os leitores de Machado de Assis*, p. 93, que, por sua vez, na pesquisa que realizou em jornais, apurou tais números no jornal baiano *O Monitor*, de 15/8/1876, ano I, n. 61.

⁴⁴ Sergio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, pp.116-117.

Segundo João Cruz Costa, as raízes do pensamento filosófico e literário tiveram origens nesses estabelecimentos, afirmando que

“essas duas escolas, nascidas à sombra de dois conventos, irão substituir, por mais de um século, uma instituição que reunirá e coordenará o saber, como é a universidade. Será nestes estabelecimentos que irá ecoar o debate filosófico e literário que se travava em terras longínquas. Será daí também que surgirão grandes e importantes movimentos nacionais que passarão para a nossa história”.⁴⁵

Crítico da geração de “1870”, de acordo com Araripe Júnior, Tobias Barreto foi o responsável por trazer novas bases para a discussão intelectual que formaria uma nova geração de pensadores e estadistas a partir de 1870. O ecletismo e o romantismo constituíam majoritariamente as referências da formação dos intelectuais no Império e, segundo Tania Regina de Luca,

“as novas doutrinas, ancoradas numa cosmovisão laicizada, forneciam chaves para a compreensão do mundo material e social. Munida desse instrumental, a elite pensante nacional releu o país segundo os novos parâmetros e acabou tomada por um sentimento de urgência que a compelia a engajar-se na nação”.⁴⁶

O conhecimento científico aplicado à área médica também floresceu ao longo do século XIX, por conta de doenças e epidemias de diferentes naturezas, ceifando vidas de centenas de pessoas, principalmente daquelas que viviam nos maiores centros urbanos, como era o caso específico do Rio de Janeiro. Hospitais, casas de saúde e centros psiquiátricos salpicavam pela cidade reforçando o precário contingente de casas de misericórdia até então administradas por religiosos e alojadas em locais mais afastados da cidade.

⁴⁵ João Cruz Costa. *História das idéias no Brasil*, p 79-80.

⁴⁶ Tania Regina de Luca. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, p. 21.

O curso de medicina teve seu primeiro centro formador no Rio de Janeiro, colégio médico-cirúrgico fundado em 1829 no Hospital da Santa Casa de Misericórdia⁴⁷, e a criação da faculdade de medicina deu-se no Rio de Janeiro em 1832, sendo que a Casa de Misericórdia, amparada pelas ordens religiosas, ainda teria a incumbência de amparar os enfermos e cuidar dos mais pobres, dando-lhes comida e bebida;

*“A convivência com a faculdade foi fundamental para que o estabelecimento da Misericórdia fosse palco das transformações no exercício das artes de curar e não apenas de amparar a morte”.*⁴⁸

No entanto, formar um filho como engenheiro agrônomo ou geólogo significava mandá-lo para o exterior durante alguns anos. Preferencialmente, eles partiam para países como Portugal, França, Alemanha, Inglaterra, conhecidos pelos brasileiros por suas produções universitárias e por suas tendências filosóficas liberais. Mesmo assim, poucos eram aqueles que conseguiam estudar; segundo Antonio Luis Machado Neto:

*“A constatação mais evidente é a falta de formação universitária da maior parte dos nossos intelectuais, como conseqüência óbvia da falta de Universidade no Brasil. Exceções: Bacharéis, médicos, clérigos, engenheiros. Alguns detentores de curso médio, outros com curso primário apenas e alguns até sem completá-los. Presença marcante de autodidatismo nas letras e até nas ciências”.*⁴⁹

Se partirmos da hipótese de que a maior parte de nossos intelectuais não tinha formação universitária mas, via de regra, eram autodidatas, o mesmo raciocínio pode ser

⁴⁷ João Cruz Costa. *Op.Cit.*, p. 102.

⁴⁸ Renato da Gama-Rosa Costa. Arquitetura e saúde do Rio de Janeiro. In: *História da Saúde no Rio de Janeiro*, p. 121.

⁴⁹ De acordo com A. L. Machado, eram autodidatas: em história, Capistrano de Abreu e João Ribeiro; em sociologia, Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana; em antropologia, Euclides e Nina Rodrigues; em teoria literária, José Veríssimo, Araripe Júnior e Nestor Vitor; em jornalismo, Patrocínio, João do Rio, Medeiros e Albuquerque [...]. In: Antonio Luis Machado Neto. *Estrutura social da república das letras*, p. 102.

estendido ao emergente e restrito grupo de escritoras que se formaram em semelhantes condições, incluindo nossa autora,

*“pois em razão de saúde frágil, Júlia não freqüentará escolas regulares, mas receberá os primeiros ensinamentos de sua irmã Adelina e de sua mãe; depois, completará seus estudos com o pai e com alguns professores particulares de inglês e de francês”.*⁵⁰

No entanto, para o universo literário, os estudantes de direito e de medicina compunham o público leitor, produtor e apreciador dos romances e da poesia. Dentro das tradições familiares, entendia-se que a literatura fazia parte do temperamento e da efervescência que agitava o espírito dos jovens, fazia parte de um período boêmio circunscrito de suas vidas, porque na vida adulta a poesia e a literatura tornar-se-iam ornamentais, elementos que comporiam um alargamento da cultura geral. Seria um conhecimento próprio dos momentos idílicos, incompatíveis com a concretude da vida adulta.

Na contramão de tal mentalidade, os estudantes rebeldes entendiam que eram

*“renovadores da mentalidade carrancuda legada ao país por seus antepassados, inimigos de preconceitos, os rapazes que estudavam nas academias de Direito e de Medicina utilizavam a palavra escrita como uma espécie de queimada para pulverizar a má herança do passado e deixar o terreno livre para o plantio do futuro”.*⁵¹

Ainda de acordo com Ubiratan Machado, em função da natureza da literatura romântica – suas utopias, temas bombásticos, tragédias amorosas, verdadeiros sacrifícios humanos - a leitura desses escritos, feita de forma individual ou para um

⁵⁰ Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*, p.21.

⁵¹ Ubiratan Machado. *Op. Cit.*, p. 41.

público, atento às sofisticadas tramas, tornara-se incentivadora do gradativo aprendizado e gosto pelo ato de ler.

1.2. Jornais e Livros: um comércio ambulante.

Pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a leitura que mais agradava ao gosto popular muitas vezes não vinha das livrarias, mas das bancas empoadas ou dos tabuleiros improvisados, montados nas estreitas calçadas. O comércio ambulante era intenso: andava-se pelas ruas, bairros, centro da cidade e morros com cestos de frutas, legumes, verduras, amendoim, flores, peixes e o que fosse possível carregar nos braços. Pendurados nos ombros de negros e dos imigrantes, era possível ver à venda: vassouras, espanadores, tecidos, alho, pencas de banana, tranças de cebolas. Nos tabuleiros, que podiam ser carregados na cabeça ou estabelecidos em lugares onde o trânsito de pessoas fosse maior, viam-se doces, carne-seca, rapadura, frutas e livros.

Os livros encontrados em tabuleiros eram sortidos e dividiam espaço com jornais; ficavam expostos ao sol e ao pó, deixando suas capas envergadas e espessas. Exibidos de forma aleatória, apenas à espera de um comprador, os tabuleiros eram uma amostra do gosto da leitura popular, sendo que os livros mais vendidos, de acordo com seus vendedores, eram modinhas, orações, livros de sonhos; quanto aos grandes autores nacionais ou estrangeiros, estes permaneciam muito mais tempo expostos ao sol.⁵²

Também intrínsecas ao gosto, à atividade literária, encontravam-se discussões entre os intelectuais que refletiam a nossa origem nacional, forçavam um olhar menos

⁵² João do Rio. Os mercados de livros e a literatura das ruas. Impressa na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, 1906. In: *A Alma encantadora das ruas*, p.136.

oblíquo em relação à nossa população, avançando no debate abolicionista, republicano sobre as condições de cidadania. O jornal tornou-se um veículo para as leituras de deleite e de debates políticos. Mesmo de vida curta, alguns jornais e magazines, que pareciam piscar como vaga-lumes em suas rápidas passagens de existência, tiveram o efeito de preocupar os autores de livros ou escritores quanto à ameaça que os jornais passariam a exercer.

Os jornais atendiam aos contornos da vida urbana e moderna, além de serem resultado do empreendimento em novas tecnologias gráficas. O tempo exigido para a leitura de um jornal era bem menor que o de um livro; mais barato, mais leve, fácil de portar, tinha conteúdos diversificados. Numa passada de olhos, era possível ter acesso aos fatos nacionais e internacionais, acompanhar os últimos escritos românticos e, então, passá-lo adiante para outro leitor curioso ou embrulhar peixe.

Raros eram os escritores que se tornavam notórios por seus livros, e mais raros ainda aqueles que conseguiam sobreviver desse gênero de letras, pois mesmo os mais empenhados passavam por dificuldades financeiras vez por outra. Segundo Nelson Werneck Sodré,

“os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível”.⁵³

O problema da sobrevivência dos intelectuais e a pouca leitura dos brasileiros transpareciam sistematicamente nas obras dos escritores. Como veremos a seguir, em um trecho do romance *A Silveirinha*, de Júlia Lopes, a insegurança dos escritores quanto a conseguir manter-se, forçava-os a adotar mais de um emprego; geralmente escolhia-se o emprego público para sua maior garantia. Tal prática - adotar o Estado como porto seguro financeiro - era conhecida entre os intelectuais, como José de Alencar, Joaquim

⁵³ Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*, p. 334.

Manoel de Macedo, Machado de Assis, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Manoel de Oliveira, Baltazar de Albuquerque, Hermes Fontes, Manoel Bonfim, José Pereira da Graça Aranha,⁵⁴ entre tantos outros escritores. Essa realidade apenas sinalizava a precariedade e fragilidade de seu meio.

Júlia incorpora sistematicamente em suas obras as agruras dos intelectuais, a penosa tarefa de escrever um livro e posteriormente ser lido por um público ainda restrito, sinalizando um limite de ação para os escritores. A existência de jornais também vinha como meio para ganhar algum dinheiro e ventilar o nome do escritor seria um passo intermediário para a divulgação de seu livro. Quanto aos efeitos do jornalismo na literatura, Júlia revela que este trouxe maiores condições de uma vida literária e assim comenta:

*“Nós todos somos um resultado do jornalismo. Antes da geração dominante não havia bem uma literatura. O jornalismo criou a profissão, fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores”.*⁵⁵

Confirmando a profissionalização dos escritores e a adesão destes junto aos jornais, constatamos em nossa pesquisa a intensidade com que nossa autora colaborava em revistas e jornais, obtendo além de reconhecimento também remuneração por seus escritos. Seu primeiro artigo foi escrito para a *Gazeta de Notícias de Campinas*, mas a lista de jornais com que a escritora colaborou foi extensa, escrevendo muitas vezes para dois jornais ao mesmo tempo, como ocorreu com *A Bruxa* (1897), *A Semana* (1885-1887 e 1889).

A autora acreditava que a produção intelectual brasileira encontrava-se limitada pela falta de educação e cultura da população. Em vista disso, os jornais eram uma

⁵⁴ Afrânio Peixoto. *Panorama da literatura brasileira*, p. 509-510.

⁵⁵ *Apud.*, A. L. Machado Neto. *Estrutura social da república das letras*, p. 88.

alternativa inquestionável para a existência e profissionalismo dos escritores, mas não era o espaço de suas maiores realizações, conforme observamos no breve diálogo a seguir, registrado no romance *A Silveirinha*, em uma conversa de salão:

“– *Para mim, o defeito capital da nossa sociedade é ser muito pouco culta.*

– *Não estou de acordo.*

– *Como não?!*

– *Todo mundo sabe que o Brasil é o país mais intelectual da América do Sul.*

– *É um argumento ousado.*

– *Incontestável. Nenhum outro tem uma produção científica e literária da importância da nossa. Você sabe que eu sou o homem das estatísticas. E para exemplo basta-nos ver...*

– *Como os nossos literatos vivem bem!*

– *Isso é outra coisa.*

– *Como assim? Numa terra em que se lê, os literatos de talento enriquecem. Não precisam apegar-se, para viver, à função depauperante do jornalismo ou a empregos públicos [...]*”⁵⁶

Júlia não estava isolada em seu ajuizamento a respeito da profissionalização da atividade de escritor, impulsionada pelos jornais. Pelo romance de Coelho Neto *A Conquista*, A. L. Machado Neto nos sinaliza que, em especial esta geração de escritores que se formou a partir de 1870, conseguiu o seu reconhecimento profissional, apresentando-nos a seguinte questão:

⁵⁶ Júlia Lopes de Almeida. *A Silveirinha*, p. 19.

*“Nessa época é que se podia ainda dizer que não havia sequer a profissão do escritor, especialmente quando a afirmação partia dos jovens da geração boêmia dos fins do século, contemporânea das lutas da abolição e da república. Depois que essa geração assumiu a vigência intelectual e social de seu tempo e consagrou essa vigência na institucionalização da profissão intelectual através da criação da Academia Brasileira de Letras (1897), não há como negar que essa profissão já estava socialmente aceita e acatada, em particular por meio do prestígio social que o escritor obteve através do jornalismo, em que pesem o imenso trabalho e os poucos ganhos que ela representava”.*⁵⁷

1.3. Revistas e Livros: novas perspectivas para os escritores

De acordo com Ana Luiza Martins, a edição de revistas encontrava-se em expansão no final do século XIX. As publicações tratavam de assuntos variados, tais como: agricultura, indústria, literatura, esportes, espiritismo, feminismo, religião, medicina, farmácia, odontologia, entre outros. Esses periódicos indicavam a demanda existente de leitores especializados, ou em via de maior especialização que se utilizavam de manuais ou revistas como recurso mais ágil de atualização em suas específicas e emergentes áreas profissionais.

O número de escritores que abraçaram as ofertas para contribuir em revistas era expressivo. O grupo era...

“[...] constituído ainda pela geração de 60, mas sobretudo por aquelas de 70 e 80, em que comparecem as primeiras mulheres, figurou-se por Júlia Lopes de Almeida,

⁵⁷ A. L. Machado Neto. *Op. Cit.*, p. 81.

*Coelho Neto, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Priscila Duarte de Almeida, Medeiros e Albuquerque, Silvio de Almeida, Afonso Arinos, Álvaro Guerra, Zalina Rolim, Julio César da Silva, Arthur Goulart, Batista Capelos, Valdomiro Silveira, Basílio Magalhães, Francisca Julia da Silva, Amadeu Amaral [...] o ponto comum a todos foi a colaboração no periodismo como prática cultural que lhes conferia representação, em revistas de variedades, modalidade indefectível para aqueles dias de experimentos de toda ordem”.*⁵⁸

Em 1901, José Veríssimo, atento à produção literária brasileira, apontava o reduzido número de leitores de *livros* existentes no Brasil. À sua maneira, Veríssimo atribuía a carência de leitores “às *desgraçadíssimas condições materiais e morais de nosso país*”. Para transpor as dificuldades existentes no país e profissionalizar-se como escritor, era preciso vencer muitas dificuldades:

*“Junte-se ainda a fraca repercussão das obras literárias em nossa terra, o mau negócio que representa aqui a profissão de escritor e as dificuldades com que por muito tempo lutaram os autores para serem impressos, e ver-se-á que muito há à espera de gente que venceu tantos obstáculos.”*⁵⁹

Os livros, no início do século, não eram lidos fundamentalmente por dois motivos. Primeiro: não existia no Brasil o hábito de leitura devido ao analfabetismo; segundo: os livros eram caros para grande parcela da população. Perguntou-se a Garnier, um dos primeiros editores e livreiros na capital do país, em entrevista, por que o editor não abaixava o preço dos livros, pois o freguês acreditava que o livro mais barato atrairia mais leitores, visto que o maior impedimento para a sua leitura era o preço. A surpresa

⁵⁸ Ana Luiza Martins. *Revistas em revista*. p. 418-419.

⁵⁹ José Veríssimo. *Estudos brasileiros (1877-1885)*. Pará, 1889. p. 7. In: Nelson Werneck Sodré. *Op. Cit.*, p. 330.

foi grande quando Garnier respondeu que eram poucos aqueles que liam, não era questão de oferta e procura: a procura por livros era ínfima e limitada.

*“‘É um engano’, disse o velho livreiro, ‘há livros que, qualquer que seja o seu preço, sendo bem aceitos, não podem ter mais de 300 a 400 compradores, e outros até menos; dos populares não se podem vender no primeiro ano 600 a 800; conheço bem o mercado do Brasil’.”*⁶⁰

O quadro era desolador para a sobrevivência dos intelectuais.

*“Machado de Assis vendera ao Garnier a propriedade inteira e perfeita da obra literária, cerca de quinze volumes, por oito contos de réis; a segunda edição do Quincas Borba e a terceira das Memórias Póstumas de Brás Cubas renderam-lhe 250 mil réis cada uma.”*⁶¹

Os jornais já se faziam presentes, ainda que a tiragem fosse considerada pequena pelos seus proprietários. Todos os jornais do Rio de Janeiro não vendiam, reunidos, 150 mil exemplares. Escreve Olavo Bilac acerca das revistas lidas em uma cidade habitada por aproximadamente 800 mil habitantes: *“Isso é gênero que ainda não se aclimatou no Brasil: quase todos os nossos magazines morrem de mal de sete... números”*.⁶² Em contrapartida, como a sociedade brasileira era influenciada pelos hábitos franceses, “o bom ladrão Garnier” - assim chamado por seus inimigos - como desconfiasse de nosso mercado de livros, dedicou-se à edição do *Jornal das Famílias*, impresso em Paris, pela editora Garnier. Atraente por suas gravuras coloridas, trazia *“contos machadianos, costumes franceses combinados à cultura local, moldes e riscos de bordados, romances*

⁶⁰ Ernesto Senna. *O velho comércio do Rio de Janeiro*, p. 49.

⁶¹ Nelson Werneck Sodré. *Op. Cit.*, p. 334.

⁶² *Apud.* A. L. Machado Neto. *Op. Cit.*, p.119.

franceses em música e outros atrativos que pudessem físgar o público leitor feminino".⁶³

Em entrevista a João do Rio em *O Momento Literário*, Olavo Bilac trata do tema jornalismo, demonstrando-se muito insatisfeito com um país mergulhado na carência de leitores. Quando indagado pelo entrevistador quanto à possibilidade de os jornais se tornarem uma alternativa para uma interlocução com os leitores, o escritor respondeu:

"O jornalismo é para todo escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio de o escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia se não fosse o jornal – porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária".⁶⁴

De fato, os escritores primeiro escreviam seus romances por partes, para serem publicados semanalmente pelos jornais; posteriormente a obra poderia ser ou não publicada em forma de livro por um editor. Ainda existia a possibilidade de o autor custear com seus próprios recursos a publicação de seu livro por alguma editora de sua escolha. Expondo de outra forma: o livro vinha a ser publicada por uma editora somente depois de se constatar a recepção do público leitor de jornais. A imprensa não deixava de ser uma espécie de termômetro das leituras mais freqüentes e dos gostos dos leitores. De acordo com a recepção, o escritor tinha maior ou menor possibilidade de ver sua obra publicada e assim exposta nas principais livrarias.

Francisco Alves, conhecedor do mercado de livros e sagaz para a sua comercialização, vendeu diversas obras de autores brasileiros. Entre eles, o que o editor mais publicou foi

⁶³ *Apud.* Maria Arisnete Câmara de Moraes. Leituras femininas no século XIX (1850-1900), pp.119-126. (tese de Doutorado) In: Lilian de Lacerda. *Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitoras*, p.186

⁶⁴ Entrevista de João do Rio com Olavo Bilac. *Op. Cit.*, p. 71

*“Medeiros de Albuquerque e Júlia Lopes de Almeida, mas ambos já tinham diversos livros editados em outras casas. Além disso, muitos romances de Júlia eram reimpressões de folhetins publicados nos jornais”.*⁶⁵

Ainda segundo Laurence Hallewell, os poucos pontos de venda de livros, a importação destes de Portugal e França e o fato de as editoras brasileiras raramente publicarem autores nacionais tornava o comércio de livros no Brasil algo desolador.

*“Eram poucos os pontos de venda de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio e de São Paulo; a maior parte dos negócios estava baseada na importação principalmente de Portugal e da França. A produção editorial que tinha lugar no Brasil raramente se aventurava além dos campos dos livros didáticos e das obras de direito e legislação brasileiros e, mesmo assim, não passava de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias”.*⁶⁶

Em carta a João Lúcio, o espirituoso historiador Capistrano de Abreu, que observava de perto a produção escrita e intelectual brasileira, relata em carta que havia traduzido algumas obras para a editora de Francisco Alves. Quanto às práticas editoriais de Alves, Capistrano escreve para o amigo:

“especializou-se com livros elementares que fornecia aos Estados às centenas de milhares. Nisto não fez o bem que podia. Cada Estado tem sua panelinha, ele chamou-as todas a si. Assim A tinha influência em São Paulo, ele tornava-se editor de A, pagava-lhe muito mais do que o autor podia esperar, fornecia livros por preços que impossibilitavam concorrência e ficava senhor do mercado. A média dos livros é baixa.

⁶⁵ Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p. 288.

⁶⁶ Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p.311.

Poderia talvez publicar uma coleção de nível mais elevado se alguém lhe levasse feita, ou o tempo permitisse".⁶⁷

Ainda no campo das publicações, Hallewell destaca que nem mesmo os autores que tinham uma boa recepção no mercado brasileiro escapavam das dificuldades de terem suas obras publicadas no Brasil. A respeito de Júlia, Laurence comenta:

"importante romancista da época e autora de livros infantis, tem uma história editorial que não deixa de expressar uma certa tipicidade. Seus Contos Infantis (1886) e Viúva Simões (1897) foram publicados em Lisboa. Ânsia eterna (1902) foi impressa pelo Garnier, e Histórias de nossa terra (para crianças, 1907) e Correio da roça (1913) saíram pela Alves, que continuou a reeditar suas obras anteriores até a terceira edição de Cruel Amor (1928), apesar de Leite Ribeiro ter publicado A Isca (1922). Na década de 1930 foi editada pela Editora Nacional, por exemplo, Casa verde (1932)".⁶⁸

Segundo a historiadora Maria de Lourdes Eleutério, escrever para jornais e publicar livros didáticos poderia ser um meio particularmente preenchido por mulheres que desejavam ingressar no campo literário:

"Considerado gênero menor, a literatura escolar no Brasil da Primeira República tem, contudo, outras dimensões além de educar. Seguramente é prestígio e dinheiro para o homem, mas para a mulher escrever textos de literatura escolar significava uma extensão intelectual da vocação de ser mãe, com a vantagem de poder ingressar no universo literário, até então um privilégio masculino. Tarefa difícil, como é fácil prever, pois se a demanda aumentava, a oferta de livros para uso escolar

⁶⁷ *Apud.* Fernando José Amed. *As cartas de Capistrano de Abreu*, p. 182.

⁶⁸ Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p. 284.

*também se avolumava, atraindo para si os autores consagrados da república das letras”.*⁶⁹

Como indicamos anteriormente com base em Hallewell, os reduzidos pontos de venda de livros, a importação de livros de Portugal e França, o pouco incentivo à produção literária, o fato de escrever não ser considerada uma atividade rendosa nem reconhecida culturalmente, agregava-se pouco prestígio ao escritor. As revistas, mais sofisticadas que os jornais, eram impressas em papel brilhante, diferenciando-se tanto pela sua forma como pelo seu conteúdo. Elas vinham atender a temas específicos de acordo com as novas demandas, muitas vezes acompanhadas por propagandas de produtos, fotos, ilustrações feitas por artistas, que ornavam as capas e seus interiores, tornando-os mais atraentes. Criava-se, dessa forma, mais um meio de sobrevivência para aqueles que tinham a habilidade da rarefeita escrita. A publicidade nas revistas, jornais ou cartazes em bondes ou afixados em muros abrigava jornalistas, poetas e escritores da *Belle Époque*, como José de Brito e Cunha, José do Patrocínio, Manuel Bastos Tigre, Emílio de Menezes, Raul Pederneiras, entre outros. Os anúncios publicitários exigiam de seus autores o talento de combinar às idéias, palavras, trocadilhos, ritmos, entretendo os leitores.

Segundo o historiador Elias Thomé Saliba,

“quando se separam dos jornais, as revistas começam a ganhar uma estrutura semiempresarial, procurando veicular aquilo que atendia aos interesses do público leitor e, não raro, já segmentando a circulação e o consumo das publicações. O contato destas revistas com o gosto e a demanda do público foi, em suas devidas proporções,

⁶⁹ Maria de Lourdes Eleutério. *De esfinge e heroínas: a condição da mulher letrada na transição do fim do século.*, p .90 .

*muito mais direto e, em alguns casos, mais mercadológico do que o livro, que se colocava num circuito de consumo mais lento e pouco definido”.*⁷⁰

Foi nesse mesmo século que grandes mudanças materiais e econômicas intensificariam profundas transformações no seio da sociedade brasileira. O extenso cultivo do café como produto de comércio e exportação, plantado na região Sudeste e, em particular, o progressivo processo abolicionista na segunda metade do século XIX propiciaram novas aplicações de capital, diferenciando investimentos em indústria e tecnologia, fazendo emergir novas áreas de trabalho e exigindo profissionais diferenciados para novas frentes de atividades, tanto nos meios urbanos quanto nos rurais. Realocou-se, dessa maneira, o imenso volume de capital empregado na comercialização de escravos africanos – que mantinha uma dinâmica tanto econômica como cultural ainda afeita às tradições elaboradas segundo valores morais de ordem patriarcal, rural e de origem colonial – para uma economia ágil, mundial.

Contudo, fez parte desse processo de reformas econômicas – que por sua vez interferiu em todas as demais áreas do conhecimento e do comportamento cultural, forçando muitas vezes o abandono de antigas tradições – a expansão do mercado internacional e a interação do Brasil neste. Segundo Nicolau Sevcenko,

“a mais recente historiografia da Idade Contemporânea tem sido concorde em localizar esse núcleo na nova estrutura produtiva desenvolvida na Europa do Norte na segunda metade do século XIX. Aparecendo já como resultado do processo de ampliação da taxa de investimento de capital, a Revolução Tecnológica ou II Revolução Industrial, que se desenvolve em torno de 1870, impôs uma dinâmica de

⁷⁰ Elias Thomé Saliba. *Raízes do riso*, p. 41.

crescimento sem precedentes ao conjunto do processo produtivo da economia capitalista européia, americana e japonesa".⁷¹

Para o Brasil, a Guerra do Paraguai (1865-1870) não deixou de ser um sintoma significativo de sinalização dos conflitos internos e externos desse capitalismo internacionalizado. Para o Brasil Imperial, a guerra onerou os cofres públicos, mas "*promoveu de forma inédita o convívio próximo e prolongado de brasileiros das várias províncias e de diversas origens sociais*"⁷²; trouxe desestabilização das antigas ordens políticas, permitindo assim a formação de novos arranjos de poder, como o Partido Republicano. Este, por sua vez, promoveu o movimento abolicionista, articulando-se dessa forma com a nova ordem mundial; o alinhamento desses grupos com as idéias modernas vem como um toque final para o desmoronamento da monarquia brasileira.

Nessa onda de transformações sentidas no país não foram revolvidas apenas as estruturas econômicas, mas agitaram-se as camadas mais profundas de nossos mares sociais e culturais. Tais mudanças provocaram novos arranjos nos hábitos já estabelecidos e acomodados por algumas centenas de anos no país. Em certa medida, forçaram-se novas interações no convívio social, que em outros tempos a intolerância e os preconceitos sociais não permitiam. Nos meios rurais e urbanos foram encontradas diferentes soluções de convivência. As novas saídas nem sempre garantiram acomodações adequadas às necessidades para a sobrevivência e convivência com os interesses econômicos emergentes. Um número expressivo de negros que viviam na condição de escravos e homens pobres livres foi recrutado para a Guerra do Paraguai e, ao regressarem vitoriosos para o Brasil, esses escravos, que retornaram na condição de homens livres, ao mesmo tempo voltaram armados e engajados numa nova força

⁷¹ Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão*, p. 42.

⁷² Hélio de Seixas Guimarães. *Op. Cit.*, p. 85.

emergente, o exército brasileiro. Eles não foram necessariamente incorporados pela força armada, mas desencadeou-se o abrasamento por uma

“mobilidade provocada, sem dúvida, por um sistema que relegava aos homens livres um viver à margem e um aproveitamento residual, a estrutura da sociedade escravocrata engendrou homens andarilhos, sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram. Mobilidade intensificada pelo monopólio da propriedade da terra, pelos grandes latifúndios e pela presença de escravos, num território que oferecia grandes extensões ainda não ocupadas, mudar de algum lugar sempre foi hábito dos homens livres pobres.”⁷³

1.4.Imigração: o crescimento urbano e reorganizações socioculturais .

Mesmo nascida no Brasil, Júlia Lopes era filha de portugueses e casada com um português, Filinto de Almeida. Mantinha vínculos com a cultura e país tanto por motivos familiares, como pelo uso de sua linguagem literária e na composição de alguns de seus personagens em romances.

Em 1875, Júlia fez sua primeira viagem com a família a Portugal. Ainda solteira, em 1886, acompanhou sua família pela segunda vez a Portugal, mas para uma estadia de dois anos. Neste curto espaço de tempo, em terras lusitanas, Júlia publicou duas obras: seu primeiro livro em conjunto com sua irmã Adelina, *Contos Infantis* e no ano seguinte, *Traços e Iluminuras*. Neste mesmo ano de 1887, ainda em Portugal, Júlia casou-se com Filinto e no ano seguinte, retornou para o Brasil.

Segundo Ana Silvia Volpi Scott, o movimento imigratório de portugueses na segunda metade do século XIX, deu-se pelo incentivo conjunto de fazendeiros paulistas

⁷³ Maria Cristina Cortez Wissenbach. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível; In: *História da vida privada no Brasil*, p.57.

encabeçados por Francisco Antonio de Souza Queiroz, presidente da Associação Auxiliar da Colonização e Imigração, e pelo próprio governo, como meio de ter mais trabalhadores nas lavouras e nas cidades, uma vez que havia a proibição do comércio de escravos africanos. Um numeroso contingente de imigrantes de diferentes nacionalidades desembarcava sem recursos nos portos brasileiros, e os estrangeiros ofereciam-se para as oportunidades diferenciadas de trabalho, na produção cafeeira e nas recentes indústrias oriundas do novo capital. Portavam poucos pertences, traziam consigo aquilo que conseguiam carregar nas mãos, às vezes, um pouco de comida, alguma ferramenta de trabalho, um instrumento musical, um saco com roupas e pequenas lembranças de sua terra natal – muito embora um número considerável de imigrantes portugueses e de outras nacionalidades não viesse apenas para o trabalho nas lavouras de café ou fábricas, mas para abrir negócios de pequeno porte na cidade, pois alguns traziam consigo quantias suficientes para sua autonomia.

Foi neste momento que, trazendo alguns recursos, Valentim Silveira Lopes, pai de Júlia Lopes, imigrou para o Brasil. Deixou em Portugal sua esposa e dois filhos, Valentim veio com a firme intenção de verificar suas possibilidades de trabalho e residir na capita, com experiência pedagógica, pois exercia a função de professor em Portugal, Valentim abriu o Colégio de Humanidades, escola para moças no Rio de Janeiro junto com sua esposa Antonia Adelina.

Ainda segundo a autora Ana Scott,

“o perfil do imigrante português que veio para o Brasil durante o século XIX era o de um jovem do sexo masculino, alfabetizado e proveniente de uma família com

*recursos para arcar com as despesas de viagem e instalação no Brasil e que tinha, muito provavelmente, como destino principal a cidade do Rio de Janeiro”.*⁷⁴

Luiz Edmundo, jornalista no Rio de Janeiro e articulista do jornal *Correio da Manhã* desde os primeiros momentos da República, deu sua versão para a imigração portuguesa:

*“Os imigrantes portugueses (em sua maioria) preferiam ficar na cidade, mesmo com o risco de morrer de febre amarela. O campo não era para o imigrante, seus sonhos estavam na cidade, onde pareciam existir mais chances: seria a sorte ou a morte”.*⁷⁵

No entanto, era fato que em Portugal as ofertas de trabalho eram poucas e, quanto à situação da saúde no além-mar, a precariedade era tão grande quanto a existente no Brasil, com epidemias de febre amarela, varíola, cólera e doenças venéreas.

Aqueles que optavam por trabalhar nas cidades também encontravam como oferta de trabalho nas fábricas, onde então se tornavam operários, enfronhando-se em centros de associações de resistência, preconizando os movimentos sindicais anarquistas e socialistas. O imigrante com um pouco mais de dinheiro, ou que tivesse conseguido fazer economias enquanto trabalhava para algum compadre de origem portuguesa, assim como ele, abria pequenos armazéns para a venda de tecidos, panelas, alimentos; poderia se tornar proprietário de pensões, cortiços ou quiosques. Esses imigrantes portugueses “instalados pela cidade, vendiam café, broas, sardinhas frita, pão dormido, fumo, lascas de porco, queijo e bacalhau”.⁷⁶

⁷⁴ Ana Silvia Volpi Scott. Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820-1930. In: *Revista Oceanos. Portugueses no Brasil independente*. Número 44 – out./dez. 2000. p.126.

⁷⁵ Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. v. 1, p. 120-124. Com relação à mesma informação, verificar Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Imigração portuguesa no Brasil*, p. 21.

⁷⁶ Luiz Edmundo. *Op. Cit.*, p.117.

[...]. “*Os portugueses também trabalhavam como puxadores de carrinhos que transportavam alimentos, bebidas, móveis, todo tipo de carga e que eram freqüentemente de sua propriedade*”.⁷⁷

Nos romances de Júlia Lopes, a presença dos portugueses em meio à sociedade carioca, se dava de forma conflituosa, principalmente aqueles de origem mais pobre. Os lusitanos eram apresentados como sovinas, desleixados, pouco solidários aos conflitos e miséria alheia. No romance, *Memórias de Marta*, o dono de uma venda, Joaquim, embriagava uma criança por pura diversão, até que um dia, quando a mãe do menino, descobriu o motivo de sua inapetência e vício, foi acertar as contas com o vendedor. “*Onde se vira nunca uma mulher agredir um homem a murros, daquele modo!*”⁷⁸

Configurava-se uma presença maior da moeda, na capital federal, entre o grupo daqueles imigrantes portugueses que tinham algum capital. O aparecimento de livreiros deu-se como uma oportunidade de trabalho.

“*O crescimento do mercado livreiro do Rio de Janeiro teve, como em outros ramos do comércio, a colaboração de vários imigrantes vindos de Portugal, que apostavam na possibilidade de uma vida melhor. Em geral, não dispunham de muito dinheiro, aceitando o encargo reservado aos caixeiros e ambulantes. Os que traziam um tímido capital não tardavam a abrir um pequeno negócio. Como se sabe, desde os anos 1850, notava-se a presença bastante significativa de portugueses no comércio varejista, mas foi no final do século XIX, com a chegada das sucessivas levas de homens provenientes da região do Minho e Douro, que esses pequenos capitalistas começaram a dominar alguns setores de importância financeira, inclusive livros*”.⁷⁹

⁷⁷ Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Op. Cit.*, 39.

⁷⁸ Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta. Op. Cit.*, p.73.

⁷⁹ Alessandra El Far. *Páginas de sensação*, p. 66-67.

Segundo Eulália Lobo, os portugueses imigraram, em grande parte, para a cidade do Rio de Janeiro, enquanto os italianos, em sua maioria, preferiram fixar-se no estado de São Paulo. Na cidade de São Paulo, os imigrantes italianos de poucos recursos exerciam profissões autônomas como carpintaria, serralheria, construção civil. Eram pequenos comerciantes, empregavam-se em fábricas, exerciam a função de vendedores ambulantes, mas, no campo, via de regra, arrumavam trabalho nas lavouras de café⁸⁰.

Mas não existiam apenas imigrantes pobres. Sabe-se que, de longa data, os portugueses concentravam negócios no Brasil, formando grupos de empresários, comerciantes e banqueiros. Aqueles que eram bem estabelecidos possuíam fábricas de tecidos, cigarros, bebidas, velas, sabão, ferro esmaltado, chapelaria, gelo, gêneros alimentícios, curtumes e armarinhos em atacado. Os negociantes recrutavam caixeiros para suas casas de negócios entre o Brasil e Portugal, detinham empresas de ensacamento de café, comercializavam por atacado, constituindo dessa forma uma verdadeira teia comercial luso-brasileira.

Conforme o período, os negócios dos portugueses de menor posse variavam o gênero de seus produtos, seguindo os interesses do mercado de importação e exportação, muito embora

⁸⁰ A historiadora contribuiu com dados importantes para a análise dos imigrantes portugueses e de outras nacionalidades no período em questão. A autora nos revela que, entre os períodos de 1875 a 1890 e de 1890 a 1906-1907, houve aumento brusco da imigração portuguesa, passando de 270.000 no primeiro período para 400.000 no segundo. Entre 1891 e 1900, a imigração total para o Brasil foi de 627.393, e a portuguesa, de 202.429, pouco menos de um terço. (*Quadros estatísticos*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, 1968; *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística (p. 24). Quanto à imigração de italianos, Lobo cita Michael Hall, informando-nos que, em 1900, 92% dos operários industriais paulistas eram estrangeiros, dos quais 81% italianos. p. 43. mencionado In: Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Imigração portuguesa no Brasil*, p.24.

“o comércio luso fosse o mais variado: alfaiatarias, lojas de roupas, de tecidos, lavanderias, tinturarias, lojas de gêneros alimentícios, restaurantes, tabernas, hotéis, pensões, joalherias, pratarias”.⁸¹

Incrementando a sociabilidade urbana, hotéis, restaurantes, tabernas, cafés e confeitarias foram em grande parte abertos por comerciantes de origem portuguesa, sendo os cafés e as confeitarias os primeiros ambientes que abrigavam os literatos da capital, ilustrando assim a sociabilidade de nossos intelectuais:

“os cafés e as confeitarias foram os primeiros cenáculos literários do Rio de Janeiro imperial. Neles se reunia a mocidade intelectual, a juventude de Victor Hugo, de Flaubert ou de Zola, os atores e atrizes que chegavam à frente de grandes companhias estrangeiras, as exposições de pintura e tudo mais quanto fosse suscetível de provocar um debate animado e inteligente. Entre duas cervejas e dois vermates, entre duas empadinhas ou mesmo dois cafés pequenos, liam-se contos, poesias, crônicas, páginas de romances que ficariam apenas no primeiro capítulo, fundavam-se jornais e revistas que jamais circulariam, faziam-se trocadilhos e piadas, decidia-se quem tinha ou não talento [...]. Nasciam e desfaziam-se grupos e panelinhas, tomavam corpo movimentos generosos, - e cada café e cada confeitaria tinha os seus ‘habitués’ certos, que ali faziam ponto com uma regularidade quase burocrática”.⁸²

Como procuramos apresentar, a integração do Brasil à economia e à política internacional lhe trouxe implicações de diferentes ordens internas: a abolição, imigração, crescimento urbano e ofertas de novos campos de trabalhos que atendessem uma maior complexidade social, refletindo-se em novos arranjos culturais. Externamente, o Brasil era visto na América Latina como um mercado a ser incorporado

⁸¹ Eulália M. L. Lobo. *Op. Cit* .p. 33.

⁸² Raimundo Magalhães Jr. *Arthur Azevedo e sua época*,p. 141; In :Silvia Soler Bianchi. *Entre o café e a prosa: memórias da confeitaria Colombo no início do século XX*, p.71.

pelas novas demandas internacionais e, para tanto, mais um local para grandes investimentos serem feitos.

A gradual constituição de centros de estudos e posterior formação de intelectuais como bacharéis, juízes, médicos, engenheiros e técnicos também vinham ao encontro das novas articulações de poderes constituídos, mas, sob a orientação e impacto do censo de 1872, aqueles que pertenciam ao universo das letras passaram a refletir sobre as suas frágeis condições como intelectuais num país de analfabetos. Eles também se questionavam quanto o seu papel como intelectuais na construção da nação e traziam para si a missão de alertar quanto ao risco de se ter uma população mergulhada na ignorância, no ostracismo da educação, comprometendo os avanços, a ordem e a modernização do país.

Segundo Saliba, o que se passava com os intelectuais

*“era um esforço conjunto de ‘universalização’; seus projetos visavam, em última análise, colocar o país no ‘nível do século’, superar o seu atraso cultural e acelerar ‘a sua marcha evolutiva’, a fim de que pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade”.*⁸³

No final do Império, existiam aqueles intelectuais de olhar trágico. Entre estes, se encontrava Silvio Romero, que em 1887, criticava nossas heranças portuguesas, a valorização de profissionais como médicos, engenheiros, advogados; sendo que para aqueles brasileiros que queriam escrever em jornais ou livros, tinham que enfrentar no final do século XIX, o comércio do jornalismo que ainda se encontrava nas mãos dos portugueses. Não bastando tantas restrições, tínhamos um meio rarefeito de leitores.

⁸³ Elias Thomé Saliba. *Op. Cit.*, p. 34.

Temeroso pelas críticas que poderia receber, não deixou de expressar suas impressões acerca da atividade literária no Brasil.

*“[...] nós não temos ainda uma pátria. Isto aqui, em grande escala, é ainda uma imensa feitoria, onde o comércio, as empresas, todas as fontes econômicas estão nas mãos de estranhos e a maioria dos nacionais tem de seu para viver a mendicidade, a praça na tropa de linha ou nas milícias urbanas e o miserando funcionalismo público. Os homens de letras que não se abrigarem no funcionalismo, que vão viver das respectivas profissões, arrastam existência penosíssima”.*⁸⁴

Silvio Romero, partindo inclusive de sua própria experiência, apresenta quatro fases da desilusão e abatimento, pelas quais o escritor brasileiro passava. A primeira fase é a constatação de que os rendimentos como escritor são escassos e aparentemente inúteis. Segunda fase: o emprego público é a melhor saída para aquele que não conseguiu, mas tentou viver das letras. A escolha para a publicação de livros se dava de acordo com a profissão, coroando seu acolhimento de sucesso. Se iniciou os estudos mas, interrompeu-o, ou não se deu bem na profissão, e assim passou a escrever, na boca do povo, a fama não é agradável, referindo-se a este como: “o sujeitinho é literato”.

A terceira fase seria para os poucos sobreviventes da segunda, afirma Silvio Romero. Neste momento, os ataques são implacáveis e a sobrevivência se torna possível se o “sobrevivente” for esperto bastante e criar um grupo de afinidade que o cerque.

*“[...] inda poderá algum tempo agüentar-se na refrega, enganado pelos elogios dos amigos e camaradas, todos mais ou menos interessados e cujo barulho é infantilmente tomado como opinião geral do país”.*⁸⁵

⁸⁴ Silvio Romero. *Alvéolos de Osório Duque Estrada*, prefácio.

⁸⁵ Silvio Romero. *Op. Cit.*, prefácio.

Quarta e última fase: a pior de todas, afirma o autor: “*o intelectual se conscientiza da inutilidade de seus esforços*” e a banalidade de seu meio.

Sílvio Romero, passou do século XIX para o XX escrevendo. Nascido em uma pequena província de Sergipe, em 1851, quando jovem conheceu em 1870, Pernambuco, Tobias Barreto, partindo depois para o Rio de Janeiro.

Passados alguns anos, em entrevista a João do Rio, o escritor deu sua opinião sobre o jornal,

*“[...] dele é que muitos tem vivido ou vivem ainda; por ele, o que mais vale, é que todos se tem feito conhecer, e, o que é tudo, poderia ser mais se houvesse um acordo e junção de forças; é por onde os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiquinhos sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade...”*⁸⁶

Aproximadamente vinte anos se passaram das primeiras reflexões que Sílvio Romero realizou. Forte, rigoroso em suas primeiras apreciações acerca do meio literário, o próprio não poderia imaginar que em vinte anos, alguns escritores conseguiam se revelar pelos jornais e retirar seus sustentos deste meio.

Entretanto nos foi relevante as declarações do escritor, pois, se para os homens escritores o meio intelectual era restrito e repleto de empecilhos, como seria então para as mulheres que desejavam escrever?

Algumas escritoras conseguiam se projetar pelos jornais, sendo este o caso de Júlia e algumas poetisas, enquanto outras, procuravam escrever livros didáticos como recurso para uma possível “aprovação” de sua capacidade literária. Mas, em meio a tantos entraves, temos como hipótese que Júlia, assim como outras mulheres, além de ter o

⁸⁶ João do Rio. *Op. Cit.*, p. 42.

talento para escrever, se utilizava de diferentes artificios para suas obras serem bem recebidas pelos editores e críticos literários, inclusive segundo palavras textuais de João do Rio: “*Júlia Lopes, que mandava no marido, Filinto de Almeida, acadêmico*”.⁸⁷

Se havia um rigor, e entraves junto aos escritores homens, as escritoras não poderiam lançar mão de suas influências do meio intelectual, permanecia, portanto, de uma cultura de princípios inflexíveis, de longa permanência no Brasil: cabedais de influência política e pessoais.

⁸⁷ João Carlos Rodrigues. *João do Rio; uma biografia*, p. 58.

2. Um novo ambiente para as mulheres: descobrir-se escritora no Brasil

*“[...] o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos”.*⁸⁸

2.1. As mulheres escrevem

Com as novas riquezas, rearticulações de poderes e interesses liberais amalgamados ao pensamento positivista, naturalista e evolucionista absorvidos da Europa, parte da população alimentou-se com a expectativa de modernização do Brasil republicano, impulsionando a educação através da crença científica e tecnológica. Tais transformações foram acompanhadas pela condenação aos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, pela negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante. Esta, por sua vez, adotava uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que seria praticamente isolada para desfrute das camadas aburguesadas.⁸⁹

Alguns intelectuais engajaram-se à mentalidade republicana, tendo a imprensa como meio de expressão de suas convicções e ganhos. O grupo daqueles desiludidos com os novos rumos políticos também aquecia os debates por meio dos jornais e livros, abrindo fissuras no novo regime, ao denunciar suas contradições, à medida que este não correspondia a seus ideais de sociedade.

Segundo Brito Broca, em texto escrito em 1953 com o título “As mulheres na literatura brasileira”, a participação mais marcante das mulheres no ambiente literário

⁸⁸ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 125.

⁸⁹ Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão*, p. 43.

deveu-se ao advento do naturalismo e do espírito científico, transparecendo assim uma mulher mais atuante e menos frágil, conforme preconizava a mentalidade romântica,

“sob a adoração e a proteção do homem, mas proibida de competir com ele em determinadas atribuições. [...] Com a extinção do romantismo, a mulher perde a aura de deusa irreal, que a sufocava intelectualmente e socialmente, para ser vista como ente humano, capaz de caminhar ombro a ombro com o homem, na luta pela vida”.⁹⁰

A sorte estava lançada. Na passagem do século XIX para o XX, com o aparecimento de novas revistas, jornais, conferências e editoras, oriundas muitas vezes de novos capitais, abriam-se perspectivas num espaço de cultura misógina: a possibilidade para que mulheres também escrevessem e refletissem sobre o seu papel para o novo século.

Os jornais e as revistas tinham colunistas mulheres, que se dirigiam também para o público leitor feminino sobre diferentes assuntos. As escritoras assumiriam a autoria de romances, crônicas, poemas; escreveriam livros infantis para serem adotados nas escolas, comentariam sobre a moda, hábitos alimentares saudáveis, educação dos filhos; debateriam idéias políticas, econômicas, sociais, filosóficas, numa demonstração clara de que as mulheres pensavam e se dispunham a fazer parte das novas conjunções da sociedade brasileira.

Almejando o público feminino, os jornais e as editoras investiam na idéia de que esse era um segmento da sociedade brasileira relevante. Investir nesse grupo poderia significar o aumento de publicação de romances e revistas no mercado editorial. Os jornais e revistas tinham a prática de divulgar e recomendar as obras lançadas pelas editoras aos leitores, além de divulgar concertos, conferências, óperas, apostando tanto

⁹⁰⁹⁰ Brito Broca. *Românticos, pré-românticos, ultra-romântico*, p. 78.

num meio para a formação do público feminino, quanto num maior consumo de suas produções intelectuais.

Mas o estranhamento e a desconfiança ainda eram grandes quanto à capacidade de as mulheres escreverem. No caso específico de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), o simples fato de a escritora e jornalista divulgar suas idéias políticas, recebeu críticas assim que as publicou em seu primeiro livro de poesia.

Narcisa Amália nasceu no Rio de Janeiro, seu pai era professor em um liceu de Resende e sua mãe, professora particular. Não houve muita dificuldade para a sua alfabetização, mesmo porque em sua família valorizava-se a leitura e a escrita. A jovem Narcisa publicou em 1870 um livro de poemas, *Nebulosa*, mas a sua maior contribuição foi para jornais como *O Resendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*. De idéias abolicionistas e republicanas, ela se inspirava nos ideais da Revolução Francesa e assim escreveu em seu livro de poesias a *Nebulosa*:

“No pedestal da igualdade

Firma o povo a liberdade,

Um canto à fraternidade

Entoa a voz da nação,

Que em delírio violento

Fita altiva o firmamento,

E adora por um momento

A deusa – Revolução!”

Em 1872, no jornal *Correio do Brasil*, C. Ferreira escreveu:

*“[...] perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza”.*⁹¹

Por escrever durante um longo tempo para o jornal *Garatuja*, Narcisa Amália tornou-se mais conhecida e próxima de seus leitores e, em 1889, ainda procurou demarcar a necessidade da presença da escrita feminina, assinalada no texto a seguir:

*“A pena obedece ao cérebro, mas submete-se antes ao poderoso influxo do coração; como há de a mulher revelar-se artista se os preconceitos sociais exigem que seu coração cedo perca a probidade, habituando-se ao balbucio de insignificantes frases convencionais?”*⁹²

Chegava-se a duvidar da autoria de textos escritos pelas mulheres, como foi o caso de Francisca Julia (1871-1920), contemporânea de Júlia Lopes. Quando escreveu para o jornal *O Estado de São Paulo* o soneto *“Quadro incompleto”*, ainda desconhecida do meio literário, o poeta e padre Severiano de Resende recomendava: *“Minha senhora, há ocupações mais úteis, dedique-se aos trabalhos de agulha”*.⁹³

Francisca Julia continuou persistindo em suas composições. De outra feita, mais uma de suas composições, *“A paisagem”*, passou pela artilharia dos desconfiados. Artur Azevedo leu e não acreditou nas mãos femininas; João Ribeiro, conceituado crítico, atribuiu os versos parnasianos a Raimundo Correia⁹⁴. Olavo Bilac ainda considerou, em

⁹¹ Norma Telles. Escritoras, escritas, escrituras. In: *História das mulheres no Brasil*, pp.421-422.

⁹² Antonio Simões dos Reis. *Poetas do Brasil*, p.104.

⁹³ Márcia Camargos. *Musa Impassível*, p. 24.

⁹⁴ Francisca Julia, poema *A Paisagem*. In: *Mármoreos*.

*Dorme sob o silêncio o parque. Com descanso,
Aos Haustos, aspirando o finíssimo extrato
Que evapora a verdura e que deleita o olfato,
Pelas alas sem fim das árvores avanço.
Ao fundo do pomar, entre folhas, abstrato
Em cismas, tristemente, um alvíssimo ganso
Escorrega de manso, escorrega de manso
Pelo claro cristal do límpido regato.*

meio aos desentendimentos incrédulos: “*Não é meu nem de Raimundo, só pode ser de Alberto de Oliveira. Não há dúvida, é molecagem do Alberto esse pseudônimo feminino*”.⁹⁵

Aos poucos as mulheres começaram a escrever em jornais, participar de discussões polêmicas ou publicar livros de poemas, prosas e romances. Os livros didáticos, voltados para um público infantil, também foram objetos de suas produções. Algumas mulheres escritoras perceberam que a leitura, em diferentes linguagens, poderia ter um alcance político de transformação social, além de ser um novo meio para possíveis ganhos.

Na obra de Brito Broca, *A vida literária no Brasil 1900*, o autor comenta:

“Quando Júlia Lopes de Almeida entrou a escrever nos jornais, por volta de 1885, encontrou ainda forte barreira de preconceitos com as mulheres escritoras. O surto de literatura feminina que se verificou na França na última década do século havia de ter influído, no entanto, para o descrédito deste preconceito no ambiente brasileiro. Por outro lado, com o desenvolvimento da literatura nos jornais, as colaborações pagas, as escritoras também se julgavam com direito a retirar proventos econômicos do trabalho intelectual. No começo do século, Júlia Lopes de Almeida prossegue a sua colaboração em crônicas assíduas em mais de um jornal e, fazendo ‘pendant’ a essa extraordinária atividade, surge outra cronista do mesmo gênero: Carmen Dolores”.⁹⁶

*Nenhuma ave sequer, sobre a macia alfombra,
Pousa. Tudo deserto. Aos poucos escurece
A campina, a rechã sob a noturna sombra.
E enquanto o ganso vai, abstrato em cismas, pelas
Selvas adentro entrando, a noite desce, desce...
E espalham-se no céu camândulas de estrelas...*

⁹⁵ Adalsira Bittencourt. *A mulher paulista na história*, p. 60.

⁹⁶ Brito Broca. *A vida literária no Brasil – 1900*, pp. 240-241.

De acordo com o mesmo autor, Carmen Dolores e Júlia de Castro foram pseudônimos criados pela escritora de nome Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1910). Ainda jovem, Emília tinha uma escrita fluida e generosa, mas sua viuvez a impulsionou para a literatura, conseguindo manter os filhos com cinco a seis crônicas por semana, contos, romances e peças.

Emília Moncorvo escrevia semanalmente para a coluna “A Semana” no jornal *O Paíz*. Nesse espaço, os ocorridos do dia a dia serviam de matéria para a escritora; no entanto, ela não se limitava a comentários diletantes, como era o esperado no meio ainda vacilante quanto à participação de mulheres em discussões intelectualizadas. A escritora utilizou-se da coluna por várias vezes para discutir a relevância da educação para as mulheres, pontuar a sua defesa do divórcio e ainda entrava na discussão da reforma ortográfica, questão polêmica para os intelectuais, dividindo-os até mesmo em grupos divergentes, pois temiam o desvirtuamento da língua.

“A cronista acusava a reforma de fonetista e deturpadora também das fontes latinas. Portanto, ela advogava, no seu lugar, o estudo acurado de tais fontes legítimas, sem se restringir apenas à origem latina, mas abarcando também os grandes escritores portugueses que haviam erigido a língua portuguesa de acordo com tais moldes etimológicos, desde Camões até os escritores do século XIX.”

Apesar da aparência frágil, em razão das dificuldades econômicas e da doença, Emília Moncorvo trabalhava arduamente, passando a colaborar sistematicamente em jornais⁹⁷ e revistas para garantir sua sobrevivência. Quando morreu, em 1910, João do Rio registrou em sua coluna do jornal *O Comércio de São Paulo*:

⁹⁷ Emília Moncorvo publicou, em 1909, no *Jornal do Comércio*, *A Luta*, obra publicada postumamente, em 1911, pela Editora de H. Garnier.

“Ninguém trabalhou mais, ninguém deu mais a impressão do agitado momento, ninguém elevou tão alto o agonizante jornalismo literário [...] ninguém viveu tanto a época, ninguém soube morrer com aquela super-humana elegância, reagindo contra a dor desvairante graças à vontade de um cérebro magnífico”.⁹⁸

Escritora de mão cheia, conhecida pelos seus sonetos, Francisca Julia (1871-1920) publicou livros, escreveu para jornais e teve seu *Livro da infância*⁹⁹ aprovado e publicado pelo governo do Estado e da diretoria de Instrução do Distrito Federal. De vida modesta, casou-se com Filadelfo Edmundo Munster, telegrafista da Estrada de Ferro Central do Brasil, e após o casamento a escritora afastou-se gradativamente das rodas literárias e das reuniões sociais, o que não significa que (Francisca Julia) deixasse de escrever - acredita-se que a paixão pelos versos e a necessidade de compor a renda do lar eram coexistentes.¹⁰⁰

Mais um episódio de não acolhimento intelectual às mulheres deu-se com a própria Júlia Lopes de Almeida. Ironicamente a escritora já havia conquistado a notoriedade em seu meio, o de escritores, quando teve de enfrentar um momento inusitado: na época da criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, a autora de várias obras participava com seu marido, Filinto de Almeida, das discussões a respeito da necessidade de fundar no Brasil um espaço que evidenciasse e valorizasse seus intelectuais. Delineava-se, dessa forma, a possibilidade de ela entrar para a Academia. Mas, seguindo as normas francesas de então, que não permitiam o ingresso de mulheres na Academia, seu esposo, que era poeta e bem inserido nas rodas literárias, foi nomeado em seu lugar, fazendo-se assim uma homenagem indireta à escritora, numa tentativa de contornar uma situação delicada para os próprios pares.

⁹⁸ Maria de Lourdes Eleutério. *Vidas de romance*, p. 227. João do Rio escreveu o artigo na data de 21/08/1910, p.1

⁹⁹ Francisca Julia. *Livro da infância*. São Paulo. Tipografia do Diário Oficial, 1899.

¹⁰⁰ Marcia Camargos. *Op. Cit.*, p.85.

Filinto de Almeida, em entrevista a João do Rio, quando indagado pelo jornalista se este não achava que Dona Júlia era a primeira romancista brasileira, expõe a ferida: *“pois não é? Nunca disse isto a ninguém, mas há muito que o penso. Não era eu quem devia estar na Academia, era ela”*.¹⁰¹

Se comparada às escritoras de sua época, como foi o caso de Narcisa Amália, Francisca Julia e Emília Moncorvo, que tiveram condições de estudos com o estímulo dos pais, mas partilharam de dificuldades financeiras, vivendo modestamente, verificamos que Júlia, ao contrário, teve apoio financeiro e intelectual por parte de seus pais desde o início de sua carreira, pois dispunha de confortável condição financeira além de compartilhar, em casa, de valores humanistas.

Posteriormente, ao casar-se com o poeta e jornalista Filinto de Almeida, em 1887, a escritora também receberia apoio intelectual e financeiro de seu marido para produzir até o final de sua vida. Júlia fazia de seu talento literário um instrumento de prazer voltado às suas convicções, mas também fazia das letras uma fonte de renda, considerando que sua produção foi intensa em jornais, revistas literárias e femininas de São Paulo e Rio de Janeiro.

No universo dos periódicos, as revistas femininas poderiam tratar de temas como o comportamento feminino de diferentes ordens e interesses. No entanto, na mesma página em que era possível ver anúncios de produtos que poderiam facilitar a vida da mulher moderna, havia conselhos sobre a higiene, asseio da família e cuidados com o lar. Frequentemente se liam queixas, elogios e perguntas a respeito de educação, casamento, emprego; artigos literários e poesia desfilavam pelas páginas das revistas ao lado de ilustrações, criando-se assim, a partir das novas técnicas gráficas, novas mediações de comunicação.

¹⁰¹ João do Rio. *O momento literário*, p. 30.

A oportunidade de escrever em importantes revistas e jornais do Rio de Janeiro deu a Júlia maior envergadura para refletir mais diretamente acerca dos acontecimentos de sua época. Os jornais em que nossa escritora colaborou mais longamente foram: *O País* e *Jornal do Comércio*, conhecidos por seu conservadorismo. O último era “lido pelos homens de classe, pelos políticos e tinha como traço apoiar todos os governos”.¹⁰²

O jornal

“*O País* criou a tradição da coluna no canto da primeira página – lado esquerdo, em que figurava um artigo geralmente literário. Ali se estendeu por muitos anos a colaboração de Carlos de Laet, com a rubrica ‘Microcosmo’, mantida outrora no *Jornal do Comércio*. Com a saída de Laet, a coluna passou a ser escrita por Júlia Lopes de Almeida, Carmen Dolores, depois substituída por Gilberto Amado [...]”.¹⁰³

Em São Paulo, a escritora também deixou seu registro. Na capital paulista escreveu para o jornal *O Estado de São Paulo* e para a *Gazeta de Campinas*, indicando que os jornais acolhiam e pagavam pela colaboração literária de mulheres. Ao longo de anos, Júlia Lopes teve o privilégio de escrever na primeira página de um dos principais jornais do país como vimos, mas também colaborou para diferentes revistas, além daquelas de teor pedagógico, espaço mais comum para as mulheres se manifestarem. Participou com artigos em revistas femininas paulistas como: *A Mensageira* (1889 a 1900), *Revista Feminina* (1915 a 1917) e *A Família* (São Paulo e Rio de Janeiro de 1888 a 1889); participou de revistas de conteúdo literário: *Ilustração Brasileira*, *O Mundo Literário*, *Revista do Brasil* e *Kosmos*, assim como das revistas *Chácaras e Quintais*, de vocação agrícola.

¹⁰² Nelson Werneck Sodré. *História da imprensa no Brasil*, p. 334.

¹⁰³ Brito Broca. *Op. Cit.*, p. 223.

Segundo Ana Luiza Martins,

*“A revista A Mensageira (1897-1900) tinha como sua editora Priscila Duarte de Almeida, filha de juiz, casada com seu primo, o bacharel, filósofo e educador Silvio de Almeida. Grande parte de suas colaboradoras eram mulheres que se distinguiam na sociedade paulista ou carioca, eram elas: Júlia Lopes, com reconhecimento de suas obras com reedição de seus romances e casada com Filinto de Almeida, poeta e diretor do jornal O Estado de São Paulo; Zalina Rolim, casada com o desembargador José Xavier de Toledo, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo por dezoito anos, respondendo por cargos administrativos na Educação, enquanto veiculava produção diversificada, de poesias trabalhos didáticos; Ibrantina Cardona, esposa do jornalista Francisco Cardona, também proprietário da casa tipográfica, residiu em Campinas e São José do Rio Pardo, produzindo poemas e colaborando nas revistas da época.”*¹⁰⁴

Entre outras colaboradoras do mesmo jornal, mas de origem financeira e social muito menos favorecida, estavam: Áurea Pires, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Auta de Souza, Ignês Sabino, Josefina Álvares de Azevedo e a portuguesa Guiomar Torrezão, autora de poemas e romances, conhecida à época.¹⁰⁵

“Esse periódico (A revista A Mensageira), tinha por objetivo, conforme afirma sua editora, levar idéias novas ao lar e, ao mesmo tempo, estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual pela comunhão dessas mesmas idéias. A Mensageira, que se intitulava uma revista literária dedicada às mulheres, noticiava em todos os números os livros publicados por escritoras no Brasil e no exterior. Noticiava e resumia conferências e conquistas profissionais. Foi solidária com as escritoras do

¹⁰⁴ Ana Luiza Martins. *Revistas em revista*. São Paulo, p. 462.

¹⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

*mundo todo e publicou também artigos sobre mulheres inglesas, polacas, francesas, suecas, até sobre a China”.*¹⁰⁶

A própria idéia da revista era a de publicar artigos originais, reportagens sobre vários temas, ou, ainda, tradução de artigos escritos em outros idiomas.

*“Quanto a seus objetivos, variaram ao longo do tempo, condicionados às circunstâncias históricas de gestação e circulação, cabendo apreendê-los, reafirmamos, nos contextos próprios de sua existência, ao seu tempo cultural, revelador da variedade de seus propósitos”.*¹⁰⁷

A partir da existência de revistas voltadas para o público feminino, como foi o caso da revista *A Mensageira*, abriu-se um espaço para que as mulheres escritoras pudessem aparecer mais freqüentemente, mostrando suas produções e idéias. Verificamos que havia autoras bem sucedidas, casadas com indivíduos de destaque social, ao lado de outras escritoras que vinham de origens humildes e que buscavam pela imprensa o seu reconhecimento e sustento. Além da variedade de temas e divergências de opiniões na revista, dela emergiu uma multiplicidade de idéias significativas, possivelmente uma busca para dar sentido às novidades que viviam.

A construção da mulher nos textos dessa revista indicava a relevância do papel da mãe e esposa, cabendo-lhe, a partir desse momento, uma nova função: propagadora da ilustração e educação dentro de seus lares. As mulheres seriam responsáveis pela instrução de seus filhos: mais que bons hábitos, ensinariam a eles os princípios de cidadania, engajando-os na formação de um novo cidadão. Talvez, trazer às leitoras uma reflexão sobre as múltiplas linguagens existentes, sobre mulheres de

¹⁰⁶ Norma Telles. Escritoras, escritas, escrituras. In: *História das mulheres no Brasil*, p. 427.

¹⁰⁷ Ana Luiza Martins. *Op. Cit.*, p. 46.

nacionalidades díspares, num exercício de distinção ou semelhanças de situações, poderia demonstrar uma nova ordenação de idéias e espaços sociais.

Já a *Revista Feminina*, sediada em São Paulo, tinha uma tiragem regular semanal entre 1914 a 1936; “*tornou-se a primeira publicação feminina bem-sucedida comercialmente e, com isso, deixou claro e acima de qualquer dúvida que existia um mercado feminino lucrativo*”.¹⁰⁸ Originalmente a revista assemelhava-se a um jornal, devido aos seus custos mais baixos. Mas posteriormente, a partir de sua regularidade *A Revista Feminina* passou a ter um novo formato e melhor acabamento, configurando-se uma brochura, que poderia ser adquirida também por assinatura.¹⁰⁹

Assim como outras revistas femininas no início do século, *A Mensageira* e a *Revista Feminina* propagavam princípios católicos, sendo esta última também um espaço para a discussão de idéias mais polêmicas como as lutas femininas, crimes contra as mulheres e o voto feminino. As discussões políticas quanto ao papel das mulheres se tornavam mais candentes, quando os jornais ou tablóides anarquistas, portadores de articulistas da mesma ideologia, declaravam-se contra a participação das mulheres e homens no processo eleitoral brasileiro, defendendo assim os princípios libertários da não participação popular política pelo voto para o Estado.

As discussões iam além das esferas políticas. As diferenças nos aspectos de condutas morais, do que se esperava de um comportamento adequado de uma mulher, sua moral, retidão, divulgados pela *Revista Feminina* eram territórios movediços e de atritos entre as anarquistas e aquelas revistas que eram de orientação católica.

Uma leitora de idéias anarquistas, não se sentindo a vontade com as observações e posicionamentos referente a organização familiar dos libertários, respondeu á revista:

¹⁰⁸ Susan K. Bessa. *Modernizando a desigualdade*, p. 27.

¹⁰⁹ Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. Recônditos do mundo feminino, In; *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3, p. 639.

“Chocou-me os sentimentos ao ler a circular expedida pela redação da Revista Feminina, de que sou assídua leitora, a referência de que faz das teorias libertárias. Não sei em que vos apóiais para dizer que as correntes anarquistas pretendem fazer ruir a moral dos lares [...]”.¹¹⁰

A quebra dos costumes e corrosão da ordem social vinha acompanhada pelas vagas da modernidade. Um sentimento de incompatibilidade incomodava aqueles intelectuais que reconheciam nas tradições virtudes sociais. *A Revista Feminina* interpretava que a família não poderia ser ameaçada, mesmo porque era tida como suporte do Estado. O vínculo religioso com as tradições dava suporte às crenças políticas de um tempo ainda envolto por questionamentos, experiências e multiplicidade de linguagens, que somente as grandes cidades poderiam oferecer numa grande polifonia.

Em agosto de 1920, *A Revista Feminina* ainda entoava o rumo disciplinador para as mulheres que não atinavam com a família:

“Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta o lar. [...] A vida exterior desperdiçada em banalidade é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde urdidura firme e ancestral dos seus liames. Rumo à cozinha! Eis o lema do momento”.¹¹¹

A revista contava com a colaboração de escritores de renome de todo o Brasil, publicando matérias traduzidas da imprensa estrangeira,

¹¹⁰ Ana Luiza Martins. *Op. Cit.*, p. 384.

¹¹¹ Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. *Op. Cit.*, p. 372.

“sua fundadora e editora, Virgiliana de Souza Salles, era filha de uma família bem-relacionada de São Paulo e mãe do popular teatrólogo Claudio de Souza. Além disso, era empresária brilhante e habilidosa”.¹¹²

Entretanto, alguns colaboradores do sexo masculino se utilizavam do artifício do uso do pseudônimo, talvez para acreditarem que assim a recepção de seus artigos fosse mais facilitada pela leitura feminina, sem passar por um crivo mais rigoroso destas. Ou, quem sabe, para não serem reconhecidos nem constrangidos como autores de artigos para revistas femininas por seus pares.

“Entre os colaboradores mais importantes encontravam-se os escritores Cláudio de Souza, que assinava os editoriais da revista com o pseudônimo feminino de Ana Rita Malheiros; Coelho Neto, Antônio Austregésilo, Menotti Del Picchia e as escritoras Júlia Lopes de Almeida e Chrysanhème (que utilizava o pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos). Destinava-se, sobretudo para o público feminino, com seções sobre o comportamento feminino, relacionamento conjugal, etiqueta, culinária, moda, trabalhos manuais. Publicava contos, charges, artigos de assuntos gerais e muita publicidade. Os números da revista podiam ser comprados avulsamente ou por assinatura. Vendia em todo o Brasil, alcançou uma tiragem de 25.000 exemplares por mês, o que a coloca entre a revista de maior circulação do período”.¹¹³

2.2 Sociabilidade e a publicações de livros.

¹¹² Susan K. Besse. *Op. Cit.*, p. 27.

¹¹³ Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. *Op. Cit.*, pp. 639-640.

Quanto ao livro que Júlia Lopes escreveu em conjunto com sua irmã Adelina, *Contos infantis*, em 1886: elas tiveram a sua obra publicada apenas em 1891 mas, por decisão da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal, o livro foi adotado nas escolas primárias do Rio de Janeiro e posteriormente em todo o Brasil. De acordo com Annibal Freire da Fonseca, Filinto de Almeida foi fundamental para a intermediação da publicação e uso do livro *Contos infantis* nas escolas brasileiras. Além de as autoras terem prestígio com os escritores, principalmente no Rio de Janeiro, Filinto empenhou-se nas realizações de contatos de que dispunha como jornalista e valeu-se de sua inserção política.¹¹⁴ Vindo ao encontro da afirmativa de Annibal Freire, mas sob o ponto de vista das primeiras produções dos livros infantis nos primórdios da República, Marisa Lajolo acentua a presença dos intelectuais em diferentes circuitos, como meio de viabilizar seus projetos editoriais, e assim, a autora nos apresenta a questão:

*“Tratava-se, é claro, de uma tarefa patriótica, a que, por sua vez, lhe faltavam também os atrativos da recompensa financeira: via de regra, escritores e intelectuais dessa época eram extremamente bem relacionados nas esferas governamentais, o que lhes garantia a adoção maciça dos livros infantis que escrevessem”.*¹¹⁵

Conhecidos como um casal distinto e de relevante presença nas rodas intelectuais, Júlia e Filinto ofereciam sua própria residência no morro de Santa Tereza para a

¹¹⁴ Verificamos que logo após a naturalização de Filinto de Almeida como cidadão brasileiro em 1889, ele foi convidado a assumir, temporariamente, o cargo de Júlio de Mesquita como redator chefe no jornal *O Estado de São Paulo*, forçando-o, assim, a mudar para São Paulo com a família no mesmo ano. Em 1896, como jornalista, Filinto teria a incumbência de dirigir, na Europa, a impressão dos Anais do Congresso do Estado. Republicano e redator de debates do Congresso, foi deputado estadual para a legislatura de 1902 a 1904 pela província de São Paulo, onde residiu pouco tempo. Assim que terminou seu mandato, a família Almeida retornou ao Rio de Janeiro, e Filinto iniciou atividades em empresas comerciais, além de retomar suas amizades no circuito literário. In: Annibal Freire da Fonseca. *Filinto de Almeida e Roberto Simonsen*. p. 22-23. Segundo Maria de Lourdes Eleutério, em sua obra *Vidas de romances*, Filinto de Almeida capitalizava relações de influência, como, por exemplo, redigindo cartas ao poeta Raimundo Correia, em que pedia sua interferência junto ao Conselho Superior de Instrução do estado de Minas Gerais para que se fizesse adotar o livro *Contos infantis*, de Júlia e Adelina, já aprovado pela Instrução Pública Federal e de outros estados. M. de Lourdes Eleutério. *Op. Cit.*, p.89.

¹¹⁵ Marisa Lajolo e Regina Zilberman. *Literatura infantil brasileira. História e histórias*, p. 29.

realização de salões literários nos fins de semana. Conhecido como Salão Verde, contava com a presença de escritores, jornalistas, músicos e pintores, como Valentim Magalhães, Araripe Jr., Olavo Bilac, Lúcio de Mendonça, João Luso, Francisco Alves, João do Rio, Antonio Parreira, Amoedo, entre outros.

João Luso, um dos frequentadores do Salão Verde, assinalou, anos depois, aproximadamente 33 anos, lembranças das agradáveis reuniões de que participara nas tardes de domingo com os anfitriões. No *Jornal do Comércio*, comenta o lançamento da obra realizada em conjunto pelo casal Almeida, *A Casa Verde*.¹¹⁶ Em seu relato, indica que muito do que se passou ao longo daquelas tardes no Salão Verde, ele reconheceu na obra: passagens que pertenceram ao circuito de amigos intelectuais e que usufruíam com deleite.

“Releio agora A Casa Verde, Deus sabe com que emoção [...]. Os lugares descritos nestas páginas lembram-me com ar de poesia que o tempo vai formando[...]

Tive continuamente, além da sensação de beleza que o livro a toda gente deve produzir, a impressão pessoal, bem íntima e bem egoísta, de ouvir os próprios narradores na sua, na ‘nossa’ sala de Santa Tereza, revelando as inteligências e as vozes no desenvolvimento da obra comum. Era D. Júlia com a fidalguia carinhosa do seu coração, a índole tão generosa que sem deixar de dar aos filhos o máximo de ternura vigilante [...] Depois falava Filinto, com a sua autoridade de erudito, a sua clarividência de observador, o seu amplo descortino de comendador e sobretudo, a sua exaltação de poeta:[...].

¹¹⁶ *A Casa Verde*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1932 (em colaboração com Filinto de Almeida e publicado no *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, de 18 de dezembro de 1898 a 16 de março de 1899, com o pseudônimo comum de “A. Julinto”).

O ambiente era ao mesmo tempo patriarcal e artístico. As estantes, o piano, quadros e estatuetas, a vasta mesa de trabalho formavam um cenário em que o lar e o atelier se conjugavam fraternalmente.

[...] A Casa Verde reconstituiu ontem para a minha emotividade esses aspectos e esta atmosfera [...] por longos anos nos reunimos, em tardes de domingos que tão ditosamente nos compensavam das fadigas e das ansiedades da semana inteira [...]”¹¹⁷

O interesse pelos romances no Brasil não era, como vimos, um fenômeno apartado do que se passou na Europa no século XIX. Eles despertavam particular interesse no público feminino por tratarem de tramas que continham uma gama imensa de ingredientes. Eram: culpas, conversões, ardis, adultérios, dramas amorosos, loucura, compaixão, enfim, enredos que poderiam ser edificantes ou reveladores de contradições de um comportamento imerso em confissões condizentes com a essência humana, mas também não deixavam de fazer um retrato da vida urbana, desnudando a sociedade carioca que até então tinha passado ilesa pelos romances românticos.

De fato, a literatura russa e francesa chegava ao Brasil pelas obras de Tolstói, Flaubert, Stendhal, Alexandre Dumas, Victor Hugo, entre outros, as quais, por sua vez, eram traduzidas para atender à recepção do reduzido público leitor.

“Na primeira metade do século XIX, surgiram os primeiros profissionais competentes: Visconti Coaraci, Antonio José Fernandes dos Reis, Paula Brito, Júlio César Muzzi, Augusto de Castro, Emilio Zaluar; traduzindo obras de Eugène Sue, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Edmundo Dante”.¹¹⁸

¹¹⁷ João Luso, *Jornal do Comércio*, 3. Jul.1932. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹¹⁸ Ubiratan Machado. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, p. 43.

Na segunda metade do século, o cenário de tradutores sofre mais uma modificação: também passou a contar com mulheres tradutoras, além de escritoras, como foi a presença da poetisa Francisca Julia, que verteu, para o português, obras dos poetas Goethe e Heine, editadas em francês.¹¹⁹

Gradualmente a acolhida às escritoras mudou de tom, e os elogios vinham até mesmo de forma exagerada; no entanto, confirmavam a permanência das mulheres no cenário literário, participando de palestras e concursos. Por Max Fleiuss, na obra *Recordando*, percebemos a presença das autoras Júlia Lopes de Almeida e Francisca Julia da Silva.

“Duas Grandes Julias: Júlia Lopes de Almeida e Francisca Julia.

Júlia Lopes de Almeida foi, sem contestação razoável, a maior de nossas escritoras. Maior pelo talento e pela formosura do quanto escreveu.

Raramente freqüentou A Semana de meu tempo, porém todos nós rendamos-lhe a homenagem de admiração e respeito a que se impunha. Individualmente fui, por várias vezes, em suas palestras encantadoras.

Era uma senhora da maior latitude da palavra e de airocidade irradiante. Atraía pela bondade, sem o menor preciosismo, de uma lhaneza que cativava.

Dona Júlia, como a chamávamos, tomou parte dos concursos do A Semana, alcançando esplêndida colocação, ao lado de João Ribeiro e de João Luso.

*Lúcio de Mendonça, um dos julgadores, assim se expressou: - ‘In Extremis. Magnífico; original na concepção, sóbrio e magistral na execução’. Juízo com que concordaram Coelho Neto e Urbano Duarte.”*¹²⁰

¹¹⁹ Márcia Camargos. *Op. Cit.*, p. 26

¹²⁰ Max Fleiuss. *Recordando*. Cap.IX, s/d e s/editora. p. 43.

Entusiasmado com as conferências que vira em Paris no ano de 1905, Medeiros de Albuquerque propôs a Olavo Bilac que, mediante remuneração, escritores pudessem realizar o mesmo tipo de atividade na cidade do Rio de Janeiro. Em julho, no salão de concertos do Instituto Nacional de Música, cedido por seu diretor, Alberto Nepomuceno, a abertura do evento ficou sob a responsabilidade de Coelho Neto, que conferenciou sobre *As mulheres da Bíblia* e Olavo Bilac, que discorreu sobre a *Tristeza dos poetas brasileiros*¹²¹. Após alguns anos, acerca do evento assim, declarou João do Rio, de forma irônica: “foi um desdobrar de coisas eruditas, inteligentes, ensinadoras”¹²², e Brito Broca avaliou como

“um desencadear amplo, largo e irrefreável de oratória, não só em conferências, como também nos discursos que se multiplicavam em sessões solenes, comemorações, benefícios, etc. Todo o fluxo de uma vasta literatura oral, de circunstância, que passaria com a guerra, quase sem deixar vestígios”.¹²³

Júlia Lopes foi uma das poucas mulheres a participar da série de conferências, em 1912. A escritora falava sobre o *Padre José Maurício*, deixando as seguintes impressões: “[...] o talento admirável de Júlia Lopes revelou mais uma vez uma faceta de seu engenho”.¹²⁴

(...) Quanto à Júlia Francisca, afirmou Brito Broca, que os elogios glorificam a poesia da obra *Mármore*.

Ler em francês, recitar poemas, vestir-se à moda francesa, viajar para a França, cumprimentar-se nas ruas com algumas palavras estrangeiras distinguiam as pessoas entre si, eram ao mesmo tempo sinais de boa educação e negação de um sentimento

¹²¹ Márcia Camargos. *Villa Kyrial*, p. 75.

¹²² Em registros deixados por João do Rio, no volume *Psicologia Urbana* de 1911; In: Wilson Martins. *História da inteligência brasileira*, p. 312.

¹²³ Brito Broca. *Op. Cit.*, p. 270.

¹²⁴ Márcia Camargos. *Op. Cit.*, p. 76.

provinciano, considerado por alguns símbolos de um país atrasado e pouco civilizado. Lembrando ainda que a moda por aqui seguia passo a passo as tendências francesas - não apenas na literatura – apontando para um cosmopolitismo intenso, profundamente identificado com a vida parisiense.

2.3. Formação e ambiente intelectual de Júlia Lopes de Almeida

Indicando a preocupação que as famílias brasileiras tinham dispensado à educação de seus filhos, em especial das filhas, Luiz Edmundo comenta:

*“As famílias tomam governantas inglesas e alemãs para seus filhos. E não mandam, em geral, as filhas a internatos. Educam-nas em casa, para isso contratando os mais afamados professores. A mulher já tem outra instrução, que as viagens constantes melhoram e refinam; falam vários idiomas e nas reuniões de família já não é, apenas, o belo sexo que se expõe e agrada pelo palminho de cara ou pela graça da toilette, mas a companheira inteligente, com a qual um homem já pode conversar e discutir.”*¹²⁵

Encontramos na biografia familiar de Júlia Lopes indícios importantes de sua formação intelectual. A educação é diferenciada e foi gestada pela própria família paterna e materna. Esta - Silveira Lopes – passara por experiências marcantes em seu país de origem e verificamos que a experiência sofrida com o movimento de “Regeneração” em Portugal trouxe-lhe(s) perspectivas liberais quanto à forma de conceber a educação.

¹²⁵ Luiz Edmundo. *Rio de Janeiro do meu tempo*. v.1., p. 335.

O pai de Júlia, Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915), nasceu em Lisboa e, em sua juventude, envolveu-se no já citado movimento a que se denominou “Regeneração”. A partir dessa perspectiva liberal e humanista, dedicou-se à direção e educação nos colégios Academia de Minerva e Artístico Comercial em Portugal. Quando decidiu vir ao Brasil, deixou sua esposa Antônia Adelina em seu país de origem com seus três filhos: Adelina, Maria José e Valentim Jr. Como de costume na época, durante o ano em que permaneceu sozinho na cidade do Rio de Janeiro, procurou verificar as possibilidades de trabalho e moradia para sua família e, em 1857, Antônia Adelina transferiu-se para a capital carioca com os filhos ainda pequenos.

Em 1858, nasceu a quarta filha do casal, Adelaida e, em 1862, com a vida mais estabelecida, viriam Júlia Lopes e a caçula Alice.¹²⁶ De acordo com seus princípios, Valentim, junto com a esposa, abriu uma escola secundária para moças, cujo nome correspondia às suas convicções - *Colégio Humanitas*. O local também serviu de moradia para a família ao longo de alguns anos e foi fonte de recordação e de inspiração para a futura escritora carioca.

De espírito inquieto, em 1863, Valentim deixa a orientação do colégio com sua esposa Antônia e parte para a Alemanha a fim de estudar medicina na Universidade de Bostock, onde permaneceu por quatro anos. Ao regressar da Europa, em 1867, apresentou, como médico, sua tese sobre *cólera* para a validação de seu título pela faculdade de Medicina da Bahia,¹²⁷ naquele momento sob a direção intelectual de Nina Rodrigues, “a maior escola científica do Brasil”, segundo Arthur Ramos.¹²⁸

Em seu retorno, Valentim constituiu novos projetos de vida. Entre eles, incluía mudar-se com toda a sua família do Rio de Janeiro para a cidade de Campinas no ano de

¹²⁶ Leonora De Luca. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*. Iniciação científica, p. 183.

¹²⁷ Dicionário Sacramento Blake.p.336-337.

¹²⁸ Mozart Linhares da Silva (org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*, p. 20.

1869, no estado de São Paulo. Construiu hospital particular, Casa de Saúde Bom Jesus. Em 1875, seria considerado membro fundador da Irmandade da Misericórdia de Campinas. A família residirá na cidade até 1885.¹²⁹

Em Campinas, com base em seus estudos, o Dr. Valentim da Silveira publicou artigos médicos¹³⁰ e também recebeu, ao longo de sua vida, o título de Visconde de Valentim, de Portugal; foi vice-cônsul de Portugal em Macaé e cavaleiro da ordem de Sant'Iago da Torre e Espada¹³¹; tais títulos indicam seu acolhimento tanto na comunidade brasileira como na portuguesa, atuando não apenas como médico ou escritor mas sobretudo, em nosso entender, como membro de importante inserção da sociedade luso-brasileira em Campinas e Rio de Janeiro.

Como português naturalizado brasileiro, Valentim enveredou por caminhos distintos de grande parte da comunidade de imigrantes portugueses que vinham para o Brasil montar um pequeno negócio. Suas convicções liberais e republicanas levaram-no para uma rede de sociabilidade de diferenciada atividade em grupos de intelectuais e políticos.

O Império na segunda metade do século se encontrava bastante desgastado politicamente, os movimentos abolicionistas e republicanos amadureciam rapidamente no Oeste Paulista, e a cidade de Campinas, movida pela economia cafeeira, foi uma

¹²⁹ Leonora De Luca. *Op. Cit.*, p. 183.

¹³⁰ Sobre a “Febre amarela em Campinas” (subsídio para a história dessa moléstia na província de São Paulo); “Observação de um caso de febre tifóide”; “Breves considerações sobre a colonização, dirigida à Sociedade Central de Emigração do Rio de Janeiro”; “Parecer sobre o clima da província de São Paulo” e “Salubridade pública no município do Rio Claro”, na *Revista Médica*, em 1877, entre outros. Ao longo de sua vida, Valentim não deixou seu interesse pela educação esquecido: publicaria *Estudos sobre a ortografia portuguesa e a missão dos livros elementares*; traduziria livros da literatura francesa, além de escrever no jornal de Campinas, *Gazeta de Campinas*, e conceber peças de teatro como *7 de Setembro*, drama escrito em dois atos; *A Granja feliz*, comédia em dois atos; *O mestre da aldeia*, comédia em um ato; *A Senhora dos prazeres* – lenda publicada na *Revista Popular* - é uma composição em verso com referência a uma imagem da Virgem encontrada no lugar em que se acha hoje uma pequena ermida à margem do rio São Francisco, de onde se avista a barra do rio Panema e as serras do Pão de Açúcar. Dicionário Sacramento Blake, p. 338.

¹³¹ *Idem.*, p. 336.

daquelas cujas elites mais aderiram às idéias republicanas. Com a prosperidade da cidade, as famílias de maior destaque abrigavam grêmios literários, sendo uma delas a residência da família Silveira Lopes, que foi mencionada no jornal *A Manhã* como “centro de atração de escritores locais”.

De acordo com De Luca,

“ao longo da década de 1870, o sobrado em que residiu a família Silveira Lopes se tornou foco de convergência da intelectualidade local: a casa era freqüentada pelo pessoal da Gazeta de Campinas, jornal que contava inclusive com colaborações de próprio punho do Dr. Valentim. [...] Ali eram recebidos músicos profissionais das famílias Gomes, Monteiro e Lobo; apresentavam-se em saraus musicais amadores como Leopoldo Amaral”.¹³²

Portanto, desde muito jovem, Júlia teve familiaridade com os salões; essa prática intensificava os encontros entre os intelectuais e artistas, que poderiam apresentar as suas obras mais recentes, mas também propiciava debates de interesses políticos e arranjos de casamentos. Segundo J. Needell,

“tais encontros familiares seletos não desapareceram no final do século. Pelo contrário, a eles se agregaram diversos rituais domésticos de natureza muito mais elaborada e freqüentemente extrafamiliar. Essas alterações derivam das amplas mudanças sociais, sentidas principalmente pelo crescimento das cidades”.¹³³

Os salões indicavam o *status* e prestígio das famílias em sua respectiva sociedade, incorporando a vida familiar a novos cerimoniais, indicadores de uma vida elegante e sofisticada. Como cenáculos de polidez e bom-tom - “*um mundo elegante vive uma vida*

¹³² Leonora De Luca. *Op. Cit.*, p. 183.

¹³³ Jeffrey D. Needell. *Belle Époque Tropical*, p. 153.

elevada e digna, tanto de seu espírito como de sua cultura”¹³⁴ -, os salões que ocorriam com maior frequência se realizavam nas residências de condes, barões e viscondes, e os convidados eram pessoas de mesmo título ou equivalentes, associando-se a esses grupos, artistas, escritores, músicos e poetas.

O salão de Laurinda Santos Lobo, sobrinha dileta do médico e senador, posteriormente ministro das finanças, Joaquim Murinho, vinha a ser um dos mais freqüentados pelas elites na cidade carioca, comparecendo a ele artistas, personalidades internacionais, políticos da sociedade carioca e paulistana. Conhecido como palacete Santos Lobo, nele a anfitriã colecionava quadros, porcelanas, pratarias, tapetes e mobiliários de extremo bom gosto; sua fama, porém, não se restringia a suas festas extravagantes, mas também justificava-se por hospedar celebridades internacionais e por exercer o mecenato, seguindo o aprendizado de seu tio.

Segundo um dos freqüentadores do salão de Laurinda Lobo: Filinto de Almeida exalta o mecenato do Dr. Murinho na *Coluna da noite*:

“O ministro mecenas fez mais que o Império, que comprou apenas o gênero (de pinturas) histórico: o ‘Estado, premido por empenhos’, adquiriu ‘grandes batalhas, no país mais pacífico da América’.”¹³⁵

Pelos salões de Laurinda, vagou a família Lopes de Almeida: Margarida, uma das filhas de Júlia, recitava poemas de Chateaubriand, enquanto o músico Villa-Lobos apresentava as suas recentes obras; em outro momento, o caricaturista Emílio Cardoso Aires, no início de 1911, realiza, respectivamente, caricatura e retrato de Júlia no salão de Laurinda. *Habitué* do palacete, Júlia foi lembrada na obra de Hilda Machado como

¹³⁴ Luis Edmundo. *Op. Cit.*, p. 352.

¹³⁵ Hilda Machado. *Laurinda Santos Lobo. Mecenas, artistas e outros marginais em Santa Tereza*, p. 159.

“escritora ligada à Academia e ao projeto itamaratiano de controle sobre a representação da cidade”.¹³⁶

A maior exposição das mulheres em eventos públicos convalidava seus papéis perante a sociedade que representavam, mas, por outro lado,

“a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos outros. A mulher de elite passou a marcar presença nos bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social”.¹³⁷

Relacionado a um processo de construção e validação de todo um código de condutas e valores, a educação - e a mulher como parte desse meio - foi alvo de reflexão de diferentes intelectuais. José Veríssimo, em “A Educação Nacional”, diagnosticou:

“[...] As necessidades da vida contemporânea, as exigências imprescritíveis, mais que as nossas teorias sentimentais ou racionais, vão modificando na nossa sociedade, mais rápida e profundamente do que talvez se carecia, os nossos costumes e hábitos em relação à mulher”.¹³⁸

Mesmo nas famílias mais prósperas, na maioria das vezes, a educação formal dos filhos se iniciava em casa com a mãe e, posteriormente, o filho mais velho alfabetizava os demais da prole. No caso de Júlia, não foi diferente. Além de aprender canto e piano com sua mãe, estudou inglês com professor particular e aprendeu a ler e escrever com sua irmã doze anos mais velha, Adelina. A convivência próxima das duas irmãs resultou anos mais tarde, como já foi mencionado anteriormente, na obra feita em conjunto, *Contos infantis* (1886).

¹³⁶ *Idem.*, p. 128.

¹³⁷ Maria Ângela D’ Incao. Mulher e Família Burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. p. 228.

¹³⁸ Wilson Martins. *Op. Cit.*, p. 371.

Foi com o apoio paterno que Júlia passou a escrever para o jornal local, *Gazeta de Campinas*, em 1881. Tudo começou a partir do episódio em que sua irmã mais nova, Alice, denunciou ao pai que Júlia escrevia versos às escondidas. Percebendo que sua filha demonstrava talento para a escrita, o Dr. Valentim Silveira, que participava da coluna de críticas teatrais para o citado jornal, introduziu-a na atividade.

Assim como Júlia, mas anteriormente a ela, sua irmã Adelina também foi envolvida pela atmosfera das letras. Devido à recepção, inserção na educação e convicções humanistas de sua família, Adelina escrevia e publicava seus poemas. Posteriormente, por sua influência, Júlia – em 1885 – passou a enviar seus escritos para o jornal literário do Rio de Janeiro *A Semana* onde Adelina já publicara versos.

Ainda solteira e residindo em Campinas com a família, a escritora também passou a se corresponder com o jornalista e poeta Filinto de Almeida, que à época dirigia no Rio de Janeiro, com seu parceiro e amigo Valentim Magalhães, o referido jornal. Foi a partir desse contato que, dois anos depois, Filinto e Júlia se casaram (1887).

Por orientação de seu pai, Júlia iniciou-se na leitura dos autores clássicos portugueses, como Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Júlio Diniz, Eça de Queirós, entre outros. Quando moça, passou a admirar os escritores do realismo e do naturalismo francês, como Flaubert, Maupassant, Zola e Victor Hugo; entre os escritores brasileiros tinha especial apreço por Machado de Assis, com quem tivera a oportunidade de se encontrar ainda menina e posteriormente na vida adulta.¹³⁹

A rotina da família Silveira Lopes em Campinas foi marcada pela vivência do ambiente médico: a existência de doenças tanto no interior como na capital do país trazia para o âmago da família da escritora a presença e a relevância dos estudos científicos e médicos assim como a compreensão de uma possibilidade de atuação

¹³⁹ In “Saudades”, “Autores e Livros”, Suplemento literário de *A Manhã*: 28. set.1941, pp.106-107.

social. Entendia-se entre os médicos sanitaristas que os procedimentos de uma melhor higiene sinalizaria um dos caminhos para a adaptação das famílias brasileiras ao fenômeno da urbanização, implicando um desenvolvimento e melhora social. A ocorrência e consolidação de tais convicções apresentam-se nas primeiras obras da escritora caso, como veremos, do *Livro das Noivas* de 1896.

No capítulo intitulado “*Educação*”, mesmo nome da obra de Spencer, a escritora explana de forma bem didática quanto era recomendado pelos higienistas que tanto crianças como adultos necessitavam de uma vida regrada e sadia. Preocupar-se com uma boa alimentação, exercícios físicos, sol, ar puro; regramento das tarefas diárias; selecionar uma boa leitura, todas essas pequenas atitudes dariam condições para um bom êxito na vida, de acordo com Júlia Lopes: “*Dar força ao corpo, eis aí, portanto, minhas amigas, o primeiro cuidado que devemos ter para com os nossos filhos*”. Para a formação moral, o ingrediente científico aparece como um argumento, em detrimento das superstições: “*De um bom princípio depende um bom fim*”, para tanto, “*exortar as superstições e credices populares se faz necessário, pois o medo é talvez a mais mortificante das doenças morais e que não raro deixa vestígios para toda a vida*”. E emenda no aconselhamento: “*Carlos Kingoley, no seu livro Health and Education, diz parecer-lhe ser a superstição uma afecção física tão material e corporal como o comer, dormir ou sonhar*”.¹⁴⁰

Anos mais tarde, quando a escritora escrevia uma coluna de nome “Dois dedos de prosa”, na primeira página do jornal *O Paiz*, com algumas convicções mais brandas acerca das necessárias medidas para se manter uma boa saúde, Júlia rememorou sua

¹⁴⁰ Júlia Lopes de Almeida. *Livro das Noivas*, p.197-199.

Para Spencer, a principal função da educação é a formação de caráter. Sua defesa do ensino prioritário da ciência tinha o objetivo de fornecer aos jovens um conhecimento da natureza, que lhes desse meios de se ajustar às exigências do mundo.

adolescência na cidade de Campinas, cidade onde passou a ter o hábito de acordar cedo, e comenta:

*“A saúde exigia saídas madrugadoras, exercícios a pé ou a cavalo, antes do calor forte do sol [...] quanta gente magra e pálida ameaçada, pela tuberculose, vive nesta cidade sem fazer sequer o mínimo esforço por combater o ataque definitivo do inimigo terrível!”.*¹⁴¹

A escritora desejava a compreensão do que vinha a ser higiene e saúde, exigindo de sua leitora maior sofisticação e elaboração do conhecimento. A higiene viria, pela autora, de um desdobramento do conhecimento científico mais complexo, útil às donas de casa. Na vida prática, o que era posto à tona era a importância de uma **instrução** doméstica.¹⁴²

As mulheres no início desse século precisariam se instruir de forma mais diversificada e redefinir seus papéis no interior de seus lares. O endosso vinha reforçado por parte dos médicos, da educação e da própria imprensa, enfim, o público feminino seria um público estimulado à leitura, e, a partir desta, tinha-se como crença ou objetivo mais do que um rearranjo das atividades domésticas: acreditava-se na constituição de uma nova família.

Para Júlia, as mulheres deveriam educar seus filhos em sintonia com as obras científicas, filosóficas, garantindo, assim, uma cidadania mais plena e uma nação voltada ao progresso de forma civilizada. Poder-se-ia afirmar que a leitura era a

¹⁴¹ Coluna “Dois dedos de prosa” no jornal *O Paiz*; 14/out.1907.

¹⁴² Segundo Lília Schwarcz, em 1895, em um dos primeiros quadros de demografia sanitária publicados pelo *Brasil Médico*, a incidência de moléstias contagiosas era aterradora. Em primeiro lugar, no índice de mortalidade, constava a tuberculose – a peste branca, responsável por 15% das mortes no Rio de Janeiro. Seguia-se, em ordem de grandeza, os casos de febre amarela, varíola, malária, cólera, beribéri, febre tifóide, sarampo, coqueluche, peste, lepra, escarlatina, os quais, juntos, representavam 42% do total das mortes registradas nessa cidade. In: *O espetáculo das raças*, p.224

extensão da cidadania, atributo relevante para a República, enquanto no Império a leitura e a escrita não eram requisitos nem para uma população urbana nem agrária.

De acordo com Jurandir Freire,

“foi nesse período de anomia interna que favoreceu a aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, criando, simultaneamente, normas coerentes de organização interna”.¹⁴³

Foi num ambiente repleto de estímulos, bem plantado na alta sociedade campineira, cujos debates de ordem política dirigiam-se para as convicções republicanas, com participação de intelectuais, escritores e artistas de ideais humanistas, que Júlia Lopes cresceu. Em seu primeiro romance de 1891, *A Família Medeiros*, a defesa do abolicionismo e da República por meio de um personagem feminino estimula claramente a participação das mulheres para refletirem sobre seus papéis em seus lares e fora deles. Cabia-lhes pensar em seus conceitos políticos e reformulá-los sob pena de não acompanhar as transformações sociais e rearranjos familiares emergentes. O romance de Júlia trazia uma nova concepção literária e de história, marcado pelo ponto de vista histórico e evolutivo, fluindo pela esfera política propositadamente.

Como abolicionista, a escritora descreveu com fortes tintas os maus-tratos e horrores que cercavam o dia a dia dos escravos nas fazendas de café. Como alternativa aos castigos corporais e humilhações, a fuga se tornava um caminho natural e viável aos escravos que buscavam liberdade. Em seu romance, os escravos partem para a Serra do

¹⁴³ Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*, p. 109.

Mar; dessa forma Júlia prestava homenagem ao abolicionista paulistano Dr. Antônio Bento de Souza e Castro, mal-visto e injuriado pelos escravocratas.¹⁴⁴

Estabelecido como promotor público e juiz, Antônio Bento de Souza conheceu Luis Gonzaga Pinto Gama, ou simplesmente Luis Gama, filho de africana com branco. Enquanto líder do movimento emancipacionista dos escravos na província de São Paulo, Luis Gama atuava também como poeta e orador abolicionista. Com a morte deste em 1882, Antônio Bento assumiu a liderança do movimento abolicionista paulista, conhecido na época, em Santos, como *Movimento dos Caifazes*.

A propósito, as idéias abolicionistas destinadas às mulheres eram assim defendidas pela protagonista Eva:

“As mulheres brasileiras, bem sabem, não têm mostrado coração neste sentido.

É triste, mas é assim.

*[...] Onde escondem a lagrima da compaixão, que ninguém a vê? Decididamente, à vista disto tudo eu vou descrendo da tão apregoada bondade da mulher...”*¹⁴⁵

O crítico literário W. Martins considerou acerca do romance *A Família Medeiros* dois aspectos relevantes: primeiramente, a convicção abolicionista e republicana da autora quando esta estabelece a escravidão como algo atrasado, construindo personagens escravocratas como desconfiados e pouco esclarecidos. Já os abolicionistas eram portadores do avanço, indicados por diferentes aspectos humanistas, ilustrados, receptivos e sensíveis às mudanças.

Quanto ao segundo aspecto, Wilson Martins aponta as circunstâncias em que o romance *Família Medeiros* foi publicado. O romance estava sendo escrito no calor da abolição, mas sua publicação ocorreu anos após o encerramento do episódio. Há

¹⁴⁴ Norma Telles. *Op. Cit.*, p.437.

¹⁴⁵ Júlia Lopes de Almeida. *A Família Medeiros*, p. 197.

contradições quanto as datas de sua primeira publicação. Martins considera o ano de 1892, e Afrânio Coutinho¹⁴⁶, em sua versão mais atualizada, considera 1891. Mas o que nos chamou a atenção foi a observação de W. Martins, indicando que o romance foi ofuscado pela abolição, tornando-se mais chamativo três ou quatro anos depois, quando os ex-escravos encontravam-se na condição de homens livres e cidadãos. No entanto, mesmo respirando ares abolicionistas, numa cultura escravista inercial, sistematicamente os negros eram discriminados e, nesse contexto, o romance teve maior alcance.¹⁴⁷

Roberto Ventura indica que, nesse momento, um grupo de literatos rompia com a geração de 1870 e expressava-se através da literatura.

*“De acordo com a visão histórica, o direito e as instituições deveriam evoluir junto com os costumes e a sociedade, o que torna possível a crítica ao ‘status quo’, amparado na monarquia e na escravidão. Não haveria, portanto, direito divino ou estruturas sagradas capazes de garantir o predomínio eterno da Coroa e da Igreja”.*¹⁴⁸

Tal ambiente correspondia ao desejo de outros grupos de convicções similares em realizar uma regeneração à brasileira, em que se procurava criar condições reais de intervenção intelectual na esfera do tecido social; sua oportunidade de inserir-se no progresso aderindo à nova ordem mundial acompanharia um Estado mais presente, inclusive no interior das famílias.

¹⁴⁶ Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa. Obra de referência: *Enciclopédia de Literatura brasileira*, p.196.

¹⁴⁷ Segundo W. Martins: *“A Família Medeiros*, sendo um romance abolicionista publicado em 1892, os personagens dividiam-se em dois grupos nítidos, os escravocratas, todos criminosos, perversos e desumanos, contrastando com os abolicionistas, todos, nobres, generosos e esclarecidos. Iniciado em 1886 e concluído em 1888, o romance, cuja ação se passava em 1887, não foi imediatamente publicado porque o advento da abolição pareceu, por um momento, ter-lhe tirado o interesse: agora, quando os negros passaram a ser abertamente atacados sob novas formas de escravidão congeminada pelos pais da pátria, a história readquiria inesperada atualidade”. *Op. Cit.*, p. 399.

¹⁴⁸ Roberto Ventura. *História da literatura, ensaios*, p.42. O autor, em seu ensaio, refere-se especificamente à geração de críticos literários como: Silvio Romero, Araripe Jr, Capistrano de Abreu, -“que remetiam as origens da literatura nacional à ação da miscigenação ou da natureza tropical sobre as formas europeias-”p. 41.

Com o perceptível crescimento urbano, a família sedentarizada deparou-se com novos encargos: menos isolada em suas rotinas, vê-se entrelaçando seus hábitos privados às ofertas intermitentes oferecidas pela vida pública. No exercício de tal tarefa, caberia às mulheres de vida urbana fazer a interlocução entre a família e a sociedade.

Será a partir de 1870 que encontramos grupos distintos de intelectuais, locados em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro, organizando-se, discutindo seu papel na sociedade brasileira, refletindo sobre os destinos de uma nação semialfabetizada, em que a sobrevivência do grupo encontrava-se comprometida, dada a precariedade de vida dos cidadãos e a carência social.

Júlia Lopes produziu ao longo de aproximadamente 40 anos, compartilhando de uma sociabilidade intelectual diferenciada em um meio um tanto misógino, dividindo espaços juntamente com editores, jornalistas, artistas, escritores de romances, poetas e cronistas. Sendo mulher, Júlia teve livre trânsito com escritoras e editoras de revistas voltadas especificamente para o público leitor feminino, tratando de temas diferenciados, mas freqüentemente discutindo o papel das mulheres na sociedade brasileira¹⁴⁹.

A escritora parece ter compartilhado a atmosfera intelectual brasileira da virada para o século XX, que era sinalizada pelas ideias do positivista francês Augusto Comte, do darwinismo social do inglês Spencer e de uma concepção de modernidade viabilizada pela ciência e tecnologia. João Cruz Costa¹⁵⁰, ao analisar o pensamento positivista com base em seu principal apóstolo do último quarto do século XIX, Miguel

¹⁴⁹ Júlia Lopes contribuiu para muitos jornais e revistas de diferentes cidades. Como ilustração, no Rio de Janeiro, escreveu para o *Jornal do Comércio* e *O País* por mais de cinco anos; em São Paulo/capital, escreveu para *O Estado de São Paulo* e em Campinas para os jornais *Correio de Campinas*, *Diário de Campinas* e *Gazeta de Campinas*. Quanto às revistas das quais participou, podemos destacar as literárias, agrícolas e femininas, como: *Revista Feminina de São Paulo*, *A Mensageira*, *A Família*; revistas literárias: *O Mundo Literário*, *Almanaque Literário de São Paulo*, *Ilustração Brasileira* e *Kosmos*.

¹⁵⁰ João Cruz Costa. *Contribuições à história das idéias no Brasil*, p.145.

Lemos, destaca: “*A sociedade brasileira oferecia à atividade positivista as condições mais favoráveis*”. Para Cruz Costa,

“de fato favoráveis pareciam as condições naquele tempo, quando o Império se renovava material e intelectualmente. Transformavam-se as elites, ansiosas de renovação dos velhos quadros de idéias [...]. Era o ‘bando de idéias novas que esvoaçava’ sobre o Brasil. Modernizava-se rapidamente o país e rapidamente entravam em decadência as velhas instituições”.¹⁵¹

Fazia parte, por exemplo, do itinerário positivista o apoio ao movimento abolicionista, considerando a escravidão um crime contra a humanidade, sendo que tal afinidade de idéia vinha dar suporte aos romances de Júlia Lopes¹⁵² e aos de muitos outros intelectuais afinados com o pensamento comteano e liberal. Esses intelectuais também apoiavam a República, por entenderem que ela poderia conceder abrigo às expectativas mais reformistas, mas, “*mais do que isso, significava um empenho sério e conseqüentemente de criar um saber próprio sobre o Brasil, na linha das propostas do cientificismo, embora não necessariamente comprometido com ele*”.¹⁵³

Nas primeiras obras de Júlia Lopes, havia recomendações diretas para a leitura de obras de Spencer¹⁵⁴, ou, de forma indireta, ela reproduzia as idéias do inglês na narrativa de seus romances quando salientava a necessidade de desenvolvimento progressivo, natural da humanidade e em consonância com o evolucionismo cultural e social estabelecido pelo cosmopolitismo.

¹⁵¹ *Idem.*, p.188.

¹⁵² O romance *Família Medeiros*, publicado em 1891, foi muito significativo no conjunto da obra de Júlia Lopes. Nós o entendemos como matriz para os demais romances de sua produção, além de ter sido sua obra mais enfática na denúncia da escravidão no Brasil.

¹⁵³ Nicolau Sevcenko. *Op. Cit.*, p, 105.

¹⁵⁴ Obras de Spencer indicadas pela escritora: *Princípios da psicologia* (1870/1872) e *Princípios de ética* (1892/1893) e de educação.

Para a escritora, que produziu grande parte de sua obra para o público feminino, cabia às mulheres integrarem-se de outra forma à sociedade. Elas se tornariam agentes sociais, seriam intermediadoras da educação, introdutoras do conhecimento científico, combatendo as superstições e a ignorância remanescente do Império. Ainda, a seu ver, as mulheres seriam as principais portadoras dos valores aclamados pelo progresso, espelhando em suas famílias o que se pretendia para a sociedade como um todo. No ímpeto de encorajar as mulheres, Júlia convoca-as em tom amigável:

“Vamos, minhas amigas, tenhamos coragem para levar a nossa missão ao cabo. Ela não é leve, mas é com certeza a mais pura, a mais justa, a mais ampla, a mais bendita entre as benditas!”.¹⁵⁵

Para os positivistas, a mulher era a base da família que, por sua vez, era a pedra fundamental da sociedade. Ela formava o núcleo moral da sociedade, vivendo basicamente por meio dos sentimentos, ao contrário do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade. Teixeira Mendes, adepto do positivismo, apontava:

“É mister, pois, que a mulher seja libertada do trabalho que lhe alquebra o corpo, embrutece a alma e que lhe rouba o tempo para educar os filhos, amparar os velhos e confortar os maridos”.¹⁵⁶

Com o desejo existente de superar o atraso atribuído às velhas estruturas imperiais e patriarcais, com o acelerado crescimento urbano, a penetração do capitalismo industrial europeu no Brasil dinamizando a vida social, as mulheres eram convocadas de diferentes formas para entrar em cena, na sociedade, saindo de suas casas. Acreditando que as mulheres não tinham que concorrer com os homens, mas que a integridade delas tinha que ser preservada, Júlia passou a atuar ao lado de Berta Lutz,

¹⁵⁵ Júlia Lopes. *Livro das noivas*, p. 203.

¹⁵⁶ João Cruz Costa. *Op. Cit.*, p. 254.

a partir de 1922, ao integrar, junto com outras intelectuais e esposas de políticos, a diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A FBPF procurava promover

“a educação feminina e elevar o nível de instrução ao alcance das mulheres; conquistar direitos civis e políticos para as mulheres; proteger mães e filhos; obter garantias legais em favor do trabalho feminino; promover organizações femininas e abrir novas oportunidades para as mulheres se engajarem na ação social e política; e fortalecer os vínculos de amizade com outros países americanos para garantir a preservação da paz”.¹⁵⁷

Júlia captou essa necessidade de reformulação do papel social da mãe e esposa. Atentando para novas práticas domésticas, principalmente aquelas que envolviam a saúde e a higiene de suas famílias, as mulheres tornavam-se mais visíveis, tanto no espaço público como no privado.

A gradativa assimilação das novas práticas higiênicas trouxe novos arranjos para a organização da família e novas demandas para as mulheres, que agora possuíam um número maior de interlocutores sociais, como médicos, engenheiros, advogados e intelectuais. Esses diferentes grupos de cientistas, técnicos e homens de letras arrogavam para si a missão social de discutir, intervir e se possível de dirigir, tanto a vida privada como a nova ordem pública.¹⁵⁸

Nos primeiros anos de República, as discussões e perspectivas a respeito de um novo país e a constituição da nação animavam as interlocuções entre os intelectuais

¹⁵⁷ Susan K. Besse. *Op. Cit.*, p. 186.

¹⁵⁸“Sob a atmosfera da Regeneração, cria-se assim uma ‘opinião pública’ urbana, sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que preenchiam as redações. Os intelectuais, por sua vez, vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas consequências. Pregam reiteradamente a difusão da alfabetização para a ‘redenção das massas miseráveis’. Desligados da elite social e econômica, descrentes da casta política, mal encobrem o seu desejo de exercer tutela sobre a larga base social que se lhes traduzisse em poder de fato”. Nicolau Sevcenko, *Op. Cit.*, p. 95.

brasileiros, pois se observavam as transformações sociais e esperava-se destas uma condução que possibilitasse atualizar a sociedade pela modernização das estruturas, para assim elevar o nível cultural e material da população. Em decorrência desse processo, seria natural que se ampliasse a participação política e uma renovada ordem pública.

No entanto, tais expectativas frustraram-se rapidamente para aqueles que apostaram na educação, no empenho político, na industrialização e na retidão nas normas reguladoras da sociedade como principais meios impulsionadores do progresso.

As obras de Júlia Lopes anunciavam sua expectativa quanto a uma possibilidade de construção de um novo país, onde cada cidadão cumpriria espontaneamente o seu dever de buscar um maior grau de moralidade e conhecimento¹⁵⁹. Sua desilusão ao não encontrar correspondência de suas expectativas com a realidade vigente na República, foi revelada em sua escrita. Distanciando-se gradualmente do pensamento positivista, a escrita da romancista começou a pontuar uma sociedade deformada e decaída. Júlia passou a configurar, principalmente em seus contos e crônicas, famílias degradadas, dispersas, mães enlouquecidas, perdidas em devaneios, filhos sem perspectivas e aventureiros, homens sem pernas, embriagados, enfim, uma gama de personagens imorais, egoístas, deformados, vaidosos, ignorantes, arrogantes e oportunistas.¹⁶⁰

Os romances e crônicas de traços realistas e naturalistas produzidos pela autora procuravam demonstrar as oscilações e intempéries sociais e culturais pelas quais passava o país em seu tempo, perpassando eventos locais e nacionais estreitamente ligados a sua história presente. Por meio de sua produção literária e representações, a

¹⁵⁹ Foram significativos os romances como: *Família Medeiros* (1892); *Histórias da nossa terra* (1907) e *Correio da roça* (1913), como obras que indicavam perspectivas de progresso e possibilidade de novas ordenações econômicas e conhecimento como meio de evolução social para a autora.

¹⁶⁰ O romance *A falência* (1901) trata da especulação financeira que houve com o Encilhamento, mas fundamentalmente da falta de ética e caráter social dentro e fora da família, núcleo fundamental para a ordenação da Nação.

escritora encontrou uma forma de participar, declarar suas crenças e decepções, criando, pelo meio da escrita, caminhos para ordenar e ressignificar aquilo que via e projetava.¹⁶¹

Pela voz do escritor contemporâneo a Júlia, Olavo Bilac, a produção literária foi posta da seguinte forma:

*“A arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fecharam, ruíram desmoronadas. A arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representante da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano”.*¹⁶²

¹⁶¹ “O princípio estético que está na base do realismo moderno [...] é o princípio da mistura dos gêneros, que permite tratar de maneira séria e mesmo trágica a realidade cotidiana, em toda a extensão dos seus problemas humanos, sociais, políticos, econômicos, psicológicos: princípios que a estética clássica condenava, separando claramente o estilo elevado e o conceito de trágico de todo o contato com a realidade ordinária da vida presente [...]” Auerbach, E. *Introdução aos estudos literários*, p.27.

¹⁶² João do Rio. *Op. Cit.*, p.18.

3. A atualização da obra: personagens e lugares em Julia Lopes de Almeida

*“o que quero não é escrever meramente; não penso em deliciar o leitor escorrendo-lhe comoções de espanto e de imprevisto. Pouco me importo de florir a frase, fazê-la cantante ou rude, recortá-la a buril ou golpeá-la a machado; o que eu quero é achar um engaste novo onde engrave as minhas idéias, seguras e claras como diamante; o que quero é criar todo o meu livro, pensamento e forma, fazê-lo fora desta arte de escrever já banalizada, onde me embaraço com a raiva de não saber fazer nada de melhor”.*¹⁶³

3.1. Características das personagens nos romances de Júlia.

O aprimoramento das impressões nas áreas tipográficas, a ampliação da presença de editoras, de jornais e de revistas provavelmente permitiu à escritora Júlia Lopes integrar-se ao meio literário, produzindo livros tanto para um público adulto quanto infantil. Publicou ainda artigos em revistas femininas, romances e crônicas que refletiam sobre questões de esfera pública e privada, enfatizando o público feminino. Contudo, se a expansão dos novos meios impressos não garantia isoladamente a presença das escritoras na produção literária. No caso de Júlia Lopes, acreditamos que o círculo de amigas da autora foi relevante para a sua maior inserção no restrito e cifrado meio intelectual. Por diversas vezes sua residência abria-se para receber escritores, donos de jornais, editores de livros; contudo, o contato com editoras de revistas nos chás da tarde e em salões poderiam significar, para escritoras como Júlia, uma oportunidade para novas apresentações e recomendações recíprocas uma vez que

¹⁶³ Júlia Lopes de Almeida, *Ânsia Eterna*, op. cit., p.2

não era convencional às mulheres frequentarem confeitarias ou bares para debaterem suas idéias literárias.

Simultaneamente havia a manifestação de amizade e acolhimento em relação ao casal de escritores Filinto e Júlia. A autora era chamada carinhosamente pelos conhecidos por *Dona Júlia*, implicando um formalismo e respeito no tratamento entre amigos, ressaltando que, ao cita Júlia, era comum mencionar sua obra e o relacionamento com seus filhos, destacando suas características maternas.

No tratamento entre a autora e suas leitoras, Júlia tinha uma forma particular de se referir a elas: *Minha amiga!* O tom meigo intencionava cativar a leitora pela proximidade, estabelecendo um pequeno vínculo de confiança e parceria para os assuntos que compartilhariam juntas nas próximas páginas. Entretanto, o tratamento amigável e íntimo talvez fosse a percepção de um traço comum em nossa cultura, que transitava entre a formalidade e a informalidade, do leitor receptivo ao mais resistente.

Nos primeiros romances de Júlia, a idéia de construção estava associada à continuidade da história. Seria um tempo mais longo, contínuo e, portanto, passível de previsibilidade e estabilidade. O destino dos homens estaria em suas mãos a partir do instante em que estes tivessem um projeto seguro e regular, em que as rupturas ou descontinuidades seriam meras contingências que, por sua natureza breve, seriam incorporadas, elaboradas e reconstruídas, direcionadas para o futuro, um futuro tão caro ao pensamento crédulo de progressos de nossa escritora.

Sem transparecer qualquer arrogância pelo seu didatismo, os personagens femininos, quando construtivos, tornavam-se indivíduos particulares, íntimos e confiáveis, buscando cativar a afeição e o apoio dos demais personagens e do leitor. A personagem central sustentava suas convicções no pensamento lógico, racional e de

base científica, demonstrando inteligência, precisão e segurança quanto ao seu presente e alternativas para sua contemporaneidade e perspectivas de futuro.

Em algumas obras de Júlia, principalmente nos romances, quando as mulheres eram configuradas como personagens protagonistas em enredos edificantes, entendidas como positivas, eram incumbidas de tarefas transformadoras, conversoras e redentoras. A obra, que tinha como fundamento o próprio presente, semeava as perspectivas possíveis de mudanças necessárias à sociedade, correspondendo aos debates por natureza inseparáveis da República, tais como: cidadania, abolição, educação, natureza do brasileiro, nação, debates que revelariam a necessidade de uma educação formal, moral, higiênica, religiosa, pela alfabetização e atualização do indivíduo com a ciência.

Contudo não é possível enxergar uma linearidade nas idéias da autora no conjunto de sua produção, ligada a seu tempo movediço e intermitente. Quando Júlia apostou que a República traria os avanços necessários para o Brasil, investiu em seus primeiros romances na detração do Império. Após dez anos de República, as obras da autora refletiam as suas desilusões e frustrações mediante a pouca austeridade da política social brasileira. Temos como hipótese que, neste movimento de translação entre séculos, Júlia depositou suas crenças nas mulheres como meio e suporte de suas crenças.

A população do Rio de Janeiro em vinte anos (1900-1920) passou de 691.565 para 1.157.000 habitantes a partir da proclamação da República. A cidade recebeu escravos, imigrantes e migrantes que vinham à capital com a esperança de conseguir trabalho, abraçando a expectativa de que, na condição de capital do país, uma nova ordem se implantaria e a inclusão, de acordo com os discursos políticos republicanos, era dada como certa por grande parcela da população.

As mulheres também compunham parte desta nova população urbana. Acreditamos que Júlia acompanhasse as alterações deste novo quadro populacional e,

assimilando o fato, a escritora se incumbiria de investir para que as mulheres acolhessem novas funções.

Acreditamos que os romances *Memórias de Marta*, *A Casa Verde*, *A Falência*, *A Família Medeiros*, *Viúva Simões*, *A Intrusa* e *Correio da Roça*¹⁶⁴ sejam obras significativas na produção de Júlia Lopes quanto a forma com que a autora procurou interagir em sua época, protagonizando, em seus personagens, representações que configuravam suas perspectivas e seus ideais.

Partindo do princípio de que a literatura não significava apenas uma ficção mas um meio para se expressar, a escritora não se contentava em apenas escrever, mas desejava fazer reverberar suas ideias numa expectativa de que estas fossem diferenciadas, destacando-se das tantas outras ideias presentes na literatura:

“o que eu quero é encontrar um engaste novo para as minhas ideias”.¹⁶⁵

O que inquietava Júlia? Por que a escritora procurava novas ideias para se comunicar e assim diferenciar o que pensava daquilo que já existia? Será que a autora acreditava que, pela leitura ela conseguiria despertar algo de novo, novas percepções e sensações nos leitores?

Memórias de Marta se passa na cidade do Rio de Janeiro Imperial, e o cortiço tem uma presença pronunciada e marcante para a personagem central Marta. Esta, pela

¹⁶⁴ Referência das obras de Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*. Tribuna Liberal, Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1889; posteriormente publicado como livro em Sorocaba, Casa Durski em 1899; *A casa verde*, em colaboração com Filinto de Almeida no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, de 18 de dezembro a 16 de março de 1899, com pseudônimo de A. Julinto. Foi publicado como livro apenas em 1932, em São Paulo, Companhia Editora Nacional; *A falência*. Rio de Janeiro, Oficina de Obras d'A Tribuna, 1901; *A Família Medeiros*, publicado pelo jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro de 16 de outubro a 17 de dezembro de 1891, posteriormente como livro em 1892, e 2 edição, Rio de Janeiro Empresa Nacional de Publicidade, 1919; *A viúva Simões*, publicado no folhetim da Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, e posteriormente publicado como livro em Lisboa: Antonio Maria Pereira Editor, 1897; *A Intrusa*, folhetim do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1905, como livro foi editado por Francisco Alves em 1908; *Correio da Roça*, primeiramente escrito no folhetim do Jornal O País de 7 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910. Como livro foi publicado pela editora de Francisco Alves em 1913.

¹⁶⁵ Júlia Lopes de Almeida. *Ânsia eterna*, p. 1.

instrução, procurava superar seu miserável presente. Neste romance, Marta não atinge a alegria, compreendendo que sua desgraça e tristeza tinham seu berço na ignorância e pobreza. A partir desse entendimento, todo o seu sacrifício e trabalho foram em direção à sua própria educação.

“Corriam os dias na mesma lida e monotonia. Afinquei-me em um estudo quase aflitivo. O esforço intelectual pôs-me nervosa, irritada, magra. Tinha a constante preocupação de que ia ser vítima de um desastre imprevisto”.¹⁶⁶

No romance, as marcas nos braços da mãe tísica, devidas a queimaduras do ferro de passar roupa e da goma quente, sinalizavam o esforço que a viúva fazia para a filha estudar e um dia sair do cortiço; no entanto, ao longo do romance, as doenças que pairavam pela cidade pareciam ter mais intensidade nos cortiços assim como a bebedeira, a fome e a usura dos donos de comércio e pensões.

Júlia construíra, em seus romances, a idéia de que o Império era sinônimo de atraso, desigualdade e decadência. *Memórias de Marta* (publicado em jornal em 1888-89) foi escrito e concebido em meio às discussões republicanas ocorridas na cidade de Campinas, quando a autora ainda morava na casa de seus pais, ambiente aberto aos debates políticos e literários, dando condições à Júlia de conviver e refletir acerca de seu tempo, em condições privilegiadas.

Integrando à narrativa do romance suas experiências, a autora apresentava ao seu leitor a fase final do Império sem qualquer *glamour*.

“A minha existência de encerrada, de criança que, numa terra de fartura, não comera nunca para a sua fome, e cuja única distração que lhe tinha sido proporcionada fora a do estudo emburrativo, foi a causa do meu atraso em tudo. Não

¹⁶⁶ Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*, p.87.

*culpo minha mãe, antes a louvo. Pelo pavor à convivência do cortiço prendia-me em pequena junto à tábua de engomar, de que me lembro com desgosto”.*¹⁶⁷

Havia uma negativa do passado e uma melancolia na personagem, pois a mãe de Marta, e ela própria, sofriam juntas com a precariedade de vida que levavam. Contrariando seu gosto, os estudos de Marta, apesar de insatisfeita com este, foi o meio que a libertou da tábua de passar roupa, metáfora do trabalho escravo e rejeição de sua temporalidade em detrimento das convicções republicanas de Júlia.

O país encontrava-se num momento aparentemente de transição. Foi a partir do governo republicano de Rodrigues Alves, que o poder público, sob o principal argumento de que ocorressem mudanças urbanas pelo controle sanitário, deslocou grande parte da população pobre dos centros da cidade para locais periféricos,

*“talvez, nesse período de passagem de século, as questões mais sérias fossem a insalubridade da cidade e as epidemias que atingiam a todos, ricos e pobres, brasileiros e estrangeiros. Com o tempo, essa questão deixou de ser apenas um problema médico-sanitário, para transformar-se numa das justificativas principais para a reordenação e o disciplinamento do espaço urbano. Esse combate não significava apenas a luta contra as moléstias e epidemias, mas, sobretudo, a surda guerra contra a pobreza e a ‘massa incivilizada’ e doente. Assim o projeto para remodelar e embelezar a cidade deveria passar necessariamente pela luta contra as doenças insalubres”.*¹⁶⁸

O aspecto anteriormente abordado pelo historiador José Geraldo Vinci de Moraes, foi apresentado aos leitores de Júlia em seus romances quando a autora se reportava à cidade do Rio de Janeiro antes e depois da República. Os dramas se passavam em

¹⁶⁷ Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*, p. 108.

¹⁶⁸ José Geraldo Vinci de Moraes. *Cidade e cultura urbana na Primeira República.*, p. 61.

quartos insalubres, vielas, permeados pela animosidade entre vizinhos, que se encontravam na mesma condição miserável. Prostitutas, mendigos e loucos conviviam com desempregados, vendedores ambulantes e ciganos, às margens da sociedade, constituindo um conjunto de excluídos urbanos.

Em *Memórias de Marta*, quando esta consegue sair do cortiço por meio de seu empenho pessoal tornando-se professora, em sua casa nova, pensa:

“Fizemos a mudança. Agora entrava sem frouxidão a luz do dia na nossa morada alegre, com um belo cheiro de nova, toda envernizada e limpa. A mobília destacava-se de velha, rara e feia naquele ninho risonho e fresco; mas... ora! Isso a pouco e pouco se iria arranjar também”.¹⁶⁹

A nova casa significaria os avanços conquistados pela personagem. Sua melhora de vida estaria representada na casa iluminada e fresca, oposição à condição que tinha em seu passado de tristeza, doença e miséria. A casa iluminada e pintada evidenciava assim o asseio e higiene como combate ao atraso em oposição ao passado sombrio e insalubre de enorme peso para a personagem. Júlia não intencionava deixar dúvidas ao seu leitor que os avanços sociais poderiam ser alcançados graças ao esforço pessoal e pela formalização da educação, oferecendo a disciplina e ordem ao caos.

Outro aspecto de relevo que frequentemente se manifestava na obra de Júlia era a sua crença na necessidade de existir maior solidariedade social. Essa necessidade se manifestava ora inspirada em metáforas bíblicas, ora refletindo criticamente sobre o individualismo excessivo de sua contemporaneidade.

Marta, na Bíblia, era uma mulher comum e trabalhadora. Irmã mais velha de Maria e Lázaro, abria mão de seus desejos, sacrificando-se para o restabelecimento de

¹⁶⁹ Júlia Lopes de Almeida. *Op. Cit.*, p. 97.

seu irmão. Marta, a protagonista do romance de Júlia, tinha semelhanças muito próximas com a personagem bíblica, pois também se sacrificava pela mãe doente e, ao casar, uniu-se a um homem bom - indicado pela mãe. Desta forma, reproduzia o modelo social em que as mulheres deveriam casar-se, constituindo assim uma família.

A personagem casou-se sem qualquer paixão, mas foi compensada com o nascimento de uma filha, símbolo de uma nova vida na fé católica e, ao mesmo tempo, numa perspectiva menos religiosa, inaugurava-se a possibilidade de construção de um novo futuro.

Será que Júlia tinha clareza, ao escrever o seu primeiro romance, que as representações católicas também intrínsecas a sua formação, mas não muito convencionais, poderiam ser um elemento para cativar suas leitoras?

Aparentemente contraditório, o romance frustra o leitor, quando Marta se casa com um homem que lhe foi apresentado como pretendente, mas não o ama. Por outro lado, o (a) leitor (a) fica sabendo que o candidato era um bom homem, pois se interessava pelas coisas que Marta fazia como professora, valorizando-a e respeitando-a pela profissão que tinha adotado.

O romance poderia gerar conflitos ao leitor que tivesse predileção por enredos com casais que se amassem e encontrassem a felicidade na união. O elemento que faltava à vida de Marta era a felicidade e ela a renunciou mais uma vez, ao contrair um casamento á sua revelia.

A mulher solteira, no imaginário popular, em princípio, não era uma mulher realizada. Além de levar uma vida solitária, poderia ser vista como uma ameaça para as casadas uma vez que sozinha se encontrava “disponível”. O estigma à condição de solteira conduzia as mulheres ao desejo de se casar. A mulher comum reputava ao

casamento uma inserção social e meio para alcançar uma estabilidade, realizando-se menos pela união e mais pela maternidade. Contrariando os romances de final feliz, *Memórias de Marta* vinha de encontro à mentalidade popular: a personagem encontraria pela primeira vez em sua vida condições de estabilidade e acolhimento num casamento sem amor, recompensando seus sacrifícios e demonstrando a possibilidade de enfrentar os obstáculos e reconstrução de sua vida com base em outros valores, todavia dentro de uma moralidade concebível.

Ainda jovem, Júlia também escreveu para crianças em idade escolar.¹⁷⁰ Seus contos valorizavam os idosos, cegos ou doentes. O espírito cristão, inculcado pela compaixão, com frequência a levava a formular capítulos dos livros infantis com conclusões moralizadoras. Nos romances de Júlia, a autora valorizava o potencial caridoso das mulheres, acreditando ser uma qualidade e função delas na sociedade. Desta forma, as mulheres eram chamadas a atuar nas escolas, hospitais, orfanatos, no cultivo de hortas, no sustento econômico doméstico na falta do marido, alertando que os interiores dos lares já haviam sido ocupados pelas mulheres no passado e, no presente, o domínio de suas funções alterava-se com ou sem o seu desejo. Agora havia a necessidade da mulher instruída e educada abraçar novos horizontes, pensar na constituição familiar e social, preparando ambos – família e mulher - para enfrentar as dificuldades do mundo e lidar com as adversidades pela inteligência e retidão.

Com o objetivo de deixar clara às suas leitoras a relevância da educação, Júlia diferenciava a educação da instrução, ponderando que a tarefa feminina nem sempre seria prazerosa:

“[...] Há diferença: educação e instrução não se confundem. Repare: Por que considera você essa moça como bem educada? Por que fala francês, inglês, toca e

¹⁷⁰ Referimo-nos aos *Contos Infantis*, escritos em 1886 com sua irmã Adelina.

desenha; não é assim? Pois essas prendas, ainda que adquiridas com esforço, compram-se aos mestres; as outras dão-se ou nascem da boa convivência. Uma pessoa instruída não será de exterioridade agradável se não for educada. A instrução nem sempre concorre para a felicidade. A educação prepara-nos para a tolerância e revela-se em tudo.”¹⁷¹

Com a intenção de se tentar fazer um retrato do Brasil, dez anos depois de *Memórias de Marta*, quando Júlia já se encontrava casada com Filinto de Almeida, escreveu em conjunto com o marido o romance *A casa verde*. A trama retoma os conflitos da sociedade carioca, desenvolvendo-se numa mansão localizada num bairro mais afastado do centro da cidade do Rio de Janeiro. A narrativa se concentra nessa residência isolada, estigmatizada pelo mistério da morte de uma mulher, que diziam ter sido assassinada e enterrada no jardim da casa de mata tropical.

O romance faz uma metáfora da República, que se circunscrevia num espaço privado e levava o mesmo nome do salão que o casal de escritores organizava para seus amigos em sua residência no bairro de Santa Tereza, conhecido então, no meio intelectual, por Salão Verde. O nome do salão, onde ocorriam debates entremeados por poesia e música, era o mesmo do romance de Júlia e Filinto, apresentando a imagem que se constituía do país por aqueles intelectuais que davam seus primeiros sinais de descontentamento.

Provavelmente a mulher misteriosa assassinada no jardim da *Casa verde* já fosse o enterro simbólico da República, comumente retratada como uma figura feminina pelos jornais da época de diferentes formas. Por vezes, a República era representada em caricaturas, vestida como uma romana, ou seminua, com uma meia de liga; ou ainda

¹⁷¹ Júlia Lopes de Almeida. *A Falência*, p. 173.

aparecia estampada pelos cartunistas como uma mulher magra e esquelética, precocemente doente e envelhecida.

Na ficção, a casa, conhecida como *casa verde*, passou a pertencer a um industrial inglês de temperamento cético, viúvo de uma brasileira. O inglês mudou-se com sua única filha Mary da Bahia, transferindo-se para o Rio de Janeiro com a intenção de montar suas indústrias na capital. O Sr. Lane era o “típico” inglês metódico e pragmático: na mudança de cidade, para garantir a adaptação de sua filha, trouxe consigo a tutora, Mme. Girard, e a fiel empregada, que conhecia Mary desde pequena e sabia contentar seus gostos.

Por ser metáfora da República, a casa era isolada de outros bairros. Dessa forma, conseguia garantir seus padrões, cultivar seus hábitos e crenças. Os caminhos que ligavam a casa a outros locais eram estreitos e ermos, tornando-se perigoso transitar sozinho por aquelas estradas, pois no entorno, moravam “às escondidas”, ciganos, desempregados e desajustados, também conhecidos pela denominação de povo.

O enredo se torna mais intrigante quando um cigano invade a propriedade para roubar e, atingido acidentalmente pela dona da residência, a vítima passa a ser escondida no interior da casa até sua recuperação. Enquanto o cigano se encontrava em estado grave e não conseguia se comunicar com as pessoas da casa, era assistido pelo jovem médico Eduardo que, em suas regulares visitas, apaixonou-se pela jovem Mary, autora do disparo. No romance, o ferido passava a ser lembrado de tempos em tempos, saindo sutilmente do foco da narrativa e ocupando um lugar secundário na trama. A atração entre os jovens (Eduardo e Mary) passou a ganhar relevo no romance quando Júlia passou a inserir o casal em outras intrigas.

No desfecho do romance, o cigano que, preso se sentia como um pássaro ferido em uma gaiola, ao escutar o som de um assóvio, simulando um canto de uma ave e

emitido por uma amiga fora dos muros da casa, reuniu forças para alcançar sua liberdade, fugindo da mansão, lugar que não se identificava, apesar dos esforços investidos pelos moradores em sua recuperação.

Conforme já se registrou, a obra *A casa verde* reproduzia o sentimento de frustração com a República. Mais uma vez, a escritora enxergava, em sua contemporaneidade, a negação de suas aspirações. Dez anos de República, e o estranhamento entre Estado e população apontava para um exílio da maioria. Relembre-se: a mansão se comunicava com o ambiente externo por estreitos caminhos, e isolada, pouco conhecia o que se passava em seu exterior ou entorno. Será que não era dessa forma que o Estado brasileiro estava sendo observado e, por esse motivo, criticado pelos intelectuais?

Sistematicamente os ideais de Júlia eram esfumaçados mas, em contrapartida, supomos fosse uma resposta conjunta de Júlia e Filinto ao descontentamento que sentiam em relação aos desajustes de sua época. O romance revelava um Brasil de forma elegante e com humor, repleto de contradições e desencontros, envolvia o leitor nas intrigas repletas de maldades, paixões, atos de bondade, mas também de preconceitos, representando, por meio dos personagens, características culturais brasileiras.

Atenta às mulheres, Júlia compõe um verdadeiro mosaico de suas personagens: nessa obra, elas são marcadas por sentimentos conflituosos, atropelando-se desordenadamente num verdadeiro caos. Movidas pela desordem emocional e racional, apresentavam a compaixão, o ódio, a loucura, os ciúmes, o medo num único cadinho de efusão. Tais sentimentos afluíam diante dos protagonistas masculinos presentes no enredo, conferindo maior relevo para as personagens em suas ações.

Os antagonistas, aqueles que introduziam os problemas nas tramas, quando não eram derrotados, demonstravam ignorância ou preconceito para com o que era novo. Tais personagens eram apresentados pela escritora como invejosos, egoístas, sórdidos, vaidosos e muitas vezes, nos romances. Eram os inimigos mais ardilosos, porque manifestavam o desejo de vencer na vida, ou de ganhar dinheiro de formas especulativas, fáceis, sem qualquer esforço, trapaceando com a intenção de fazer uma escalada social de oportunismos. Tais comportamentos, para a autora, eram sinônimo de mau caráter. Revelavam espertalhões que não viam limites para os seus fins e, pela ótica da autora, eram abundantes em sua época.

Apresentado como guarda-livros da indústria do Sr. Lane, Guilherme Boston era o representante antiético de todo o romance *A casa verde*. Guilherme se “apaixona” por Mary (filha do industrial) e, ao longo do romance, maquiavelicamente, procurava convencer o pai da moça que ele era o pretendente ideal para a filha, argumentando que, aceito na família, revelaria a sua capacidade de administrar as indústrias, dando continuidade aos negócios, mantendo e garantido o bem estar da *única* filha e *herdeira* do rico empreendedor estrangeiro.

No romance, a personagem, que tinha que ser combatida por significar o desequilíbrio e desvio social, figurava como indivíduos/personagens mais vulneráveis à corrupção. Seguindo seus princípios individualistas e nada solidários, esses personagens perambulam pela sociedade como autômatos de suas certezas, nutrindo-se e espalhando intrigas, aproveitando-se do esforço alheio, assumindo-se como juizes e portadores da verdade.

Assim que Guilherme Boston vê Mary pela primeira vez, pela voz do narrador, o leitor fica sabendo que:

*“Guilherme Boston sentiu-se tonto e pressentiu desde logo que aquela formosa criatura franzinha lhe encadeara para sempre o seu futuro e que dela lhe viria dali por diante todo o bem – ou todo o mal da sua vida”.*¹⁷²

O romance *A casa verde* também poderia ser compreendido como um meio para se refletir sobre a natureza e caráter humanos, mas também traz a possibilidade de discutir a sociedade brasileira quanto aos seus aspectos múltiplos. De espírito empreendedor, o inglês apresentava ponderações racionais e sistematicamente em suas falas, apontava o sentimentalismo dos brasileiros e suas superstições como entrave para resolver situações mais objetivas. Daí o impedindo de um melhor desempenho e compreensão das atividades propostas para o desenvolvimento do país.

Mary, por ser filha de um estrangeiro com uma brasileira, *“tinha cabelos negros, olhos azuis e pele branca [...] a alma era modelada pela influência das duas raças fundidas. Ímpeto e reflexão; obstinação e piedade; independência e meiguice”*¹⁷³. A retidão européia e a suavidade latina, ironizava Júlia.

Seria a saída para uma sociedade múltipla como a brasileira onde conviviam ciganos, operários anarquistas, negros e estrangeiros das mais diversas nacionalidades? Como representar com uma sociedade de difusas etnias, religiões, culturas e ideologias emaranhadas nos diferentes segmentos da mesma sociedade?

Nos romances, *A Falência*, e *A Casa Verde*, Júlia Lopes de Almeida delineia, em seus personagens antagonistas, um caráter arrivista, fonte inspiradora de outros escritores contemporâneos que, assim como ela, acreditavam que a escrita poderia ser uma mediação crítica com o presente apesar de todo um deslocamento existente.

Júlia se expressa por um personagem escritor:

¹⁷² Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida. *A casa verde*, p. 48.

¹⁷³ *Idem. Ibidem.*, p. 7.

*“Fiquei desde então convencido de que a ficção, como a realidade, obedece a leis de imprevisto e de fatalidade”.*¹⁷⁴

Havia um estranhamento que se avizinhava às mudanças ocorridas no Brasil no entre séculos; perdia-se a certeza daquilo que parecia seguro e supostamente conhecido aos intelectuais. A percepção de que a realidade se tornava ficção poderia ser a dimensão do sentimento de deslocamento da escritora e de alguns de seus colegas no período. É essa percepção que também podemos perceber na paráfrase que Lima Barreto fez de Dostoievsky: *“a realidade é mais fantástica do que tudo o que a nossa inteligência nossa fantasiar”.*¹⁷⁵

O desvirtuamento da República acrescido com o da família teve seu prosseguimento no romance *A Falência*, editado em 1901. A trama aborda a falta de estrutura moral de uma família, cujo pai, provedor laborioso, se mata ao perder toda a sua fortuna constituída ao longo de anos de trabalho voltado ao comércio do café. Na compra de ações falsas, tentado pelo ganho rápido, Francisco Theodoro, que nada entendia do mercado de ações e suspeitava de neófitos, em meio à intensa especulação da bolsa de valores, vê seu negócio arruinado. De idade avançada, não suportando a humilhação de ver cobradores à sua porta, à moda antiga, põe fim a sua própria vida. Para sair da miséria, restou como tarefa para Camila, viúva de Theodoro, dedicar-se à educação das filhas com a perspectiva de construção de um novo futuro.

Como vimos anteriormente, o romance não objetivava relatar apenas a falência financeira através das especulações da bolsa de valores, muito embora fosse um acinte o

¹⁷⁴ Júlia Lopes de Almeida. *A Intrusa*. p. 165.

¹⁷⁵ Nicolau Sevchenko. *Op. Cit.*, p. 161.

ocorrido com Theodoro. A autora visa expor igualmente a falência dos valores vigentes, da moral que, do seu ponto de vista, encontrava-se de ponta cabeça.¹⁷⁶

Qual a saída para aquela família desestruturada? Em obras anteriores, a escritora delinear a personagens femininas que protagonizavam os romances com caráter mais dramático e denso. A personagem de Camila em *A Falência* não apresenta qualquer densidade: demonstrando gosto e intenso prazer pelo modo como vivia em seu presente, desfrutando-o com o sabor do imediatismo e, embevecida pela sua felicidade, não fazia planos para o futuro.

As tramas amorosas sondavam os limites da sanidade/insanidade, das paixões e perversidades, das tolerâncias comuns e mesquinhez; dos amores convencionais aos proibidos, apresentando aos leitores opções possíveis de amar.

Os amores maternos, paternos, conjugais, extraconjugais, religiosos intermediavam as características humanas e refletiam acerca dos valores inculcados na sociedade. As mulheres estavam no eixo dos romances na proporção e medida que a autora atribuía a elas novas responsabilidades na sociedade, abraçando a crença de que as transformações sociais eram possíveis pelo conhecimento e não apenas pela paixão.

As dúvidas e dilemas para encontrar uma verdade debatiam-se nos romances, materializados pelos binômios *religião e ciência, moralidade e imoralidade*. Esse conflito, quando estabelecido, em diversas passagens da produção da autora, demonstra sua crença na religião católica, muito embora - ou por isso mesmo - em diferentes romances e contos de Júlia Lopes a religião e a ciência se tornassem seu palco dileto de discussão.

¹⁷⁶ A esposa de Theodoro era amante do médico da família que, por sua vez, escondia que já havia passado por um casamento fracassado. O filho mais velho de Theodoro vivia em prostíbulos e arranjou um casamento cuja noiva tinha um bom dote.

Ainda segundo o ponto de vista de nossa autora, havia a tentativa de demonstrar ao leitor que o ser humano poderia ser solidário e esta poderia ser uma via de combate aos vícios inerciais, responsáveis pelo atraso social. Nas obras de Júlia, a redenção da humanidade estaria nas ações transformadoras, consubstanciadas e protagonizadas pelo debate ciência/religião, moralidade/imoralidade, conhecimento/ignorância, tradição/mudança, criando a expectativa de fundamentar e compreender as características essenciais da natureza humana em geral e do brasileiro em particular.

No romance *A Falência*, quando Theodoro se viu arruinado, a autora deixa para o leitor suas conclusões quanto à falta de solidariedade e princípios:

“A especulação, a fraude, a ganância, a traição e a mentira iriam roendo e corrompendo fortunas e caracteres. Enganados e enganadores seriam todos engolidos conjuntamente pela outra falência de que a sua era uma das precursoras”.¹⁷⁷

Quando a família de Francisco Theodoro arruinou-se de vez após sua morte, pois não dispunha de mais nenhum recurso financeiro, a alternativa que a autora apresentou no romance foi a reconstrução sobre novos alicerces e valores que até o momento não existiam na família: moralizar-se e solidarizar-se na miséria por meio do trabalho.

“Camila sentou-se a um canto da sala de trabalho. O sol entrava pela janela, estendendo no chão uma toalha de ouro. Debruçada sobre a mesa, Ruth escrevia em papel de pauta, preparando lições para duas discípulas novas. Toda a sua indolência antiga se transformara em atividade. Nina cosia á máquina e, no meio da casa, Noca borrifava a roupa para o engomado. Ela olhou para todos [...] Com voz pausada e clara, Camila pediu que lhe dessem trabalho”.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Júlia Lopes de Almeida. *A Falência*, p. 383.

¹⁷⁸ Júlia Lopes de Almeida, *Op. Cit.*, p. 438.

O trabalho honesto era edificador para a nossa autora, seria ele o elemento fundamental integrador das mulheres e moralizador da sociedade brasileira. A personagem Camila, ao longo do romance *A Falência*, era o exemplo de descompromisso da mulher com a família. Júlia descreve a personagem como possuidora de semblante suave, de sorriso jovial, unindo-se a sua beleza uma pele “fresca como pêssego”, sempre protegida por roupas de seda. Camila descansava pelas manhãs, como de hábito, em seu confortável quarto espelhado, onde se arrumava e se perfumava para o seu amante. Seu compromisso era manter as *aparências* da casa, de seu casamento, da agenda social, e, ocasionalmente, da educação dos filhos. Júlia apontava a *falência* desse tipo de comportamento feminino por meio de Camila, talvez por isso a autora tenha sido implacável com a personagem que, ao longo de quase todo o romance, preocupava-se apenas consigo. Esse modelo de mulher serviria de exemplo do que não era desejado.

Nem sempre o tom amigável e didático aparecia nos contos, crônicas e romances da escritora. De linguagem mais franca e direta no romance *A Falência* a romancista advertia quanto às crueldades possíveis de serem exercidas pelo gênero humano, principalmente por aqueles mais desesperados pelo seu imediatismo, marcados pelo egoísmo, casuísmo, medos e culpas. Poderiam ser situações entre maridos e mulheres, mães e filhos, irmãs, amantes, dândis, patrões, empregados, imigrantes, artistas, padres, soldados, doidos, abandonados pela sociedade ou ignorados pela lei. A autora buscava uma moral redentora, reivindicando uma justiça niveladora e universal por meio de normas organizadoras. Todavia seu pesar está em identificar, principalmente em seus contos e crônicas, que nem todos possuem a mesma disposição de solidariedade, interesse ou condições para tanto.

Grande parte das interpretações morais e religiosas que Júlia fazia em suas obras, não foi recomendada pelo Frei Pedro Sinzig (1876-1952). Incumbindo-se da responsabilidade de orientar os católicos acerca da “indiferença religiosa” existente na produção literária brasileira, Frei Pedro encarregou-se de organizar a obra “*Através dos romances: Guia para as consciências*” com a primeira edição concluída em 1915. De origem alemã, o frei franciscano considerava as obras da autora imorais, violentas, mundanas. Utilizando-se de expressões fortes para reforçar seu parecer, o frei afirmava na página 52 do *Guia*: “chega a repugnar.”

Riguroso e conhecido como propugnador dos ideais cristãos na tribuna e na imprensa cristã, Frei Pedro escreveu e criticou uma infinidade de livros não recomendados aos católicos praticantes. Foram analisados no *Guia para as consciências* mais de 11.863 livros; destes, 237 eram brasileiros, com 92 autores nacionais dos quais 66 tinham restrições.¹⁷⁹

Segundo Margarete Santos, que se dedicou à compreensão de aspectos da atuação do Frei Sinzig - inclusive a especial dedicação do Frei para a confecção do *Guia*:

“*Frei Pedro não se preocupou com o valor literário nem literato, apenas com o ‘valor moral’ dos livros, intitulando ‘como lixo literário’ autores como: Aluizio de Azevedo, José de Alencar, Lima Barreto, João do Rio, Júlia Lopes de Almeida, Machado de Assis [...]*”¹⁸⁰

Quase nenhuma obra literária era recomendada, incluindo, em sua imensa listagem, alguns dos principais romances de Júlia como: *Ânsia eterna, Cruel Amor, Eles e elas, A Falência, A Intrusa, Silveirinha e Viúva Simões*.

De acordo com o Frei, não eram obras aconselhadas, e assim as classificou:

¹⁷⁹ Margarete Santos. *Os jardins abençoados de um franciscano*. pp.68-69.

¹⁸⁰ *Idem.*, *Ibidem*.p. 68.

“577- *Ânsia eterna. Tem contos bastante livres.*

578 – *Cruel amor. Costumes cariocas. Amores contrariados com assassinato por desfecho. Não recomendamos a leitura.*

579 – *Eles e elas. Os poucos folhetins deste livro, que tem forma de narrativa, ressentem-se como o livro todo, de um espírito frívolo e irreligioso.*

580 – *A Falência. Romance mundano, de costumes cariocas. Descreve e põe a nu muitas chagas sociais, [...] Não recomendamos a leitura.*

581 – *Silveirinha. Homens que procuram dinheiro a todo o transe e mulheres que se divertem igualmente a todo o transe. É este o conteúdo do romance. Em toda a sociedade aí apresentada há uma única pessoa simpática. O livro é uma ofensa à sociedade e à Igreja Católica. Parece incrível ser ele escrito por uma senhora! Chega a repugnar.*

582 – *A Intrusa. (...) Romance de valor literário, mas de máximas morais que não permitem aconselhar sua leitura.*

584 – *Viúva Simões. Não faltam inconveniências.*¹⁸¹

O livro *Através dos Romances: Guia para as consciências*, organizado por Frei Sinzig, vinha ao encontro das [de encontro às] preocupação da Igreja Católica, com os “excessos” apresentados pela literatura, entendendo-se que caberia á Igreja ser “formadora de consciência” segundo seus princípios.

Ainda segundo as considerações de Margarete Santos:

“o controle da leitura não possuía apenas o componente censura, com a proibição da edição e da circulação de certos livros. Sendo a leitura por excelência

¹⁸¹ Frei Pedro Sinzig. *Através dos romances: Guia para as consciências*, p.52

*uma pratica social, o discurso que se pretendia orientar não era apenas motivado pela interdição, articulava-se a cada época com a questão da manutenção ou subversão das hierarquias culturais ou entre homens e mulheres. As classes populares, as mulheres e as crianças foram grupos sistematicamente considerados desprovidos de autonomia para escolherem as suas leituras, necessitando do acompanhamento de padres, pais, tutores e, no caso das mulheres, os maridos”.*¹⁸²

De fato, Frei Pedro não se enganou ao verificar que Júlia descrevia em suas obras uma sociedade permeada pela frivolidade, imediatismos, ateísmos, mundanismo e outros ismos. A escritora por sinal procurava aproximar-se o máximo possível daquilo que observava em sua sociedade e época, surpreendendo o seu leitor com algumas de suas idéias:

*“(...) adoramos às vezes a causa de nosso próprio mal,”*¹⁸³

Os conflitos entre Frei Sinzig e os intelectuais, incluindo Júlia, a nosso ver, estava em *como* se dava a “consciência religiosa”. Para Sinzig, a exaltação positiva da Igreja permitia ao leitor uma compreensão mais direta e construtiva, ao passo que, para a escritora, era necessário fazer um reconhecimento da natureza humana e a literatura poderia ser esse meio para melhor compreendê-la.

Nos romances *A Família Medeiros* e *Correio da roça*, as personagens centrais configuravam-se como combativas, profundamente envolvidas e indignadas com as injustiças sociais, ignorância e atraso da mentalidade daqueles que representavam o grande ou pequeno poder. Daí as personagens se sacrificarem pelo bem comum em seu presente, lidando com a adversidade até o seu limite máximo na perspectiva de outro futuro.

¹⁸² Margarete Santos. *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁸³ Júlia Lopes de Almeida. Conto “E o cisne?”. In: *Ânsia eterna*, p. 58.

A escolha dos espaços diferentes também compunha as perspectivas e o caráter das personagens, nos romances. *A Família Medeiros* e o romance epistolar, *O Correio da roça*. Ambos foram ambientados no campo e a protagonista tem a incumbência de transformar o espaço rural em local próspero e moderno tanto em sua produtividade como na relação com seus trabalhadores.

Na obra *A Família Medeiros*¹⁸⁴, Júlia Lopes procurou demonstrar a necessidade de modernização do Brasil, por meio de sua personagem Eva em seus sucessivos atritos com o Sr. Medeiros.

Além de a personagem Eva representar, devido a seu nome, a metáfora bíblica, a outra interpretação possível era a de que a expulsão do paraíso pudesse significar o fim do mandonismo regional pelos coronéis, cujas terras “paradisíacas” eram um recanto de infundáveis leis privadas. Assim, Eva “encarnaria” as transformações modernas, explicitando os receios dos proprietários de terras - protagonizados pela figura do Sr. Medeiros - de estender a cidadania para todos os brasileiros, com a aproximação da abolição e da República.

Apesar de Júlia nunca ter explicado como seria uma reforma agrária no Brasil, seus romances indicavam sua contrariedade com os grandes latifúndios, principalmente aqueles que se utilizavam do trabalho escravo. Fosse a personagem antagonista um proprietário de terras, este não se apropriava de novas tecnologias e resistia à abolição ou trabalho cooperativo para suas produções. A escritora procurava demonstrar as arcaicas atitudes políticas do coronelismo, descrevendo seus representantes como: vaidosos, indivíduos que visavam à sua prosperidade em detrimento do alheio, desrespeitavam leis, regras ou princípios que fossem comuns a todos.

¹⁸⁴ O romance *A Família Medeiros* de Júlia Lopes de Almeida primeiramente foi publicado no *Jornal de Notícias* do Rio de Janeiro em 1891 e, posteriormente como livro, foi editado no mesmo estado, pela Empresa Nacional de Publicidade em 1919. Dados retirados de Afrânio Coutinho (Org.) e J. Galante de Sousa. *Enciclopédia da literatura brasileira*, p. 196.

“Julgava-se (Sr. Medeiros) no direito de exercer a justiça pelo mesmo modo por que a exerciam os outros; mas de vez em quando voavam alarmados da sua consciência, como grandes corvos negros e pesados, os receios de uma vingança justificada. Seguia os mesmos processos usados pelo pai, que por seu turno os seguira do avô; desde criança habituara os olhos e o espírito àqueles quadros feitos de sombras, dores e lágrimas, e afizera-se por tal forma a eles, que os achava naturais e indispensáveis”.¹⁸⁵

Os romances de Júlia geralmente apresentam a personagem resistente a mudanças como identificada com o mal, sendo o indivíduo propiciador de perspectivas modernas, visto como caridoso e solidário. Júlia acreditava francamente, e defendia em suas obras, a chegada da tecnologia e trabalho livre como meio necessário para a integração e progresso nos campos brasileiros e, por extensão, para as cidades.

Ainda se tratando do campo, no romance *Correio da roça*, o epicentro da narrativa se dava com a transferência de uma viúva e suas quatro filhas da cidade do Rio de Janeiro para um pequeno e arruinado remanso no interior.

Com hábitos urbanos, as mulheres que restaram da família estranhavam e deploravam seu exílio. Contudo, mesmo que falidas, seria pelas cartas escritas a uma amiga da cidade – Fernanda- que as mulheres conseguiram se reconstruir, pois os conselhos vindos da cidade, vinham na direção de aproveitar aquilo que a vida urbana lhes tinha oferecido de melhor, empregando esses conhecimentos na modernização do interior.

Quando Júlia publicou sua obra em 1913, a autora manteve as mulheres como meio de viabilizar sua crença; no entanto, se compararmos o *Correio da roça* com os romances anteriores da autora, notamos que a visão de República da autora se alterou.

¹⁸⁵ Júlia Lopes de Almeida. *A Família Medeiros*, pp.155-156.

Não há uma detração da República, mas uma visão de que o progresso tinha uma origem, a cidade, e a esta cabia incrementar o campo, aparelhado-o com o conhecimento pragmático e científico.

Escolhendo a cidade como cenário para o desenvolvimento da educação e necessidade de adotar as convenções sociais como meio de civilizar-se, os romances *A Intrusa* e *Viúva Simões*¹⁸⁶ aproximam-se por essa ideologia.

A protagonista do romance *A intrusa* tinha o papel de transformar a casa de um próspero viúvo na cidade do Rio de Janeiro em um lar acolhedor e, ao mesmo tempo, ser a tutora de sua filha, Glória.

Até então, a menina, órfã de mãe, tinha sido criada na companhia de seus avós no campo, lugar que estes preferiam para criar a neta: apreciando a natureza, correndo pelas campinas atrás dos animais, subindo nas árvores, sem qualquer contato com a educação escolar. Observando que Glória já era crescidinha e um pouco “rudezinha”, o pai concluiu que era hora de contratar uma tutora para sua filha.

Após anunciar no jornal a necessidade de uma tutora e *menagère*, o pai recebeu várias candidatas. Uma das moças que se apresentou foi Alice. Escolhida, caberia a ela educar a menina, incentivando-a à leitura, introduzi-la nas ciências, na música, no bordado e nas atividades de caridade como assistir os doentes.

A inserção de Glória ao conhecimento dar-se-ia na cidade, aqui representando o espaço de formação e civilização para a jovem órfã. Já o campo era o espaço de domínio dos avós da menina. Dessa forma, o campo configurava-se como incivilizado, constituído por um pensamento preconceituoso e repleto de superstições.

¹⁸⁶ *A intrusa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908 (foi escrito anteriormente no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1905); *Viúva Simões*. Lisboa: Antonio Maria Pereira Editor, 1897. (foi anteriormente publicado no folhetim da Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, em 1895).

A originalidade que particulariza o romance é a presença de três gerações de mulheres: a avó, representando o campo e as desconfianças do que era novo; daí a denominação de *intrusa*, atribuída a Alice; Glória seria a portadora do futuro, abraçando o conhecimento e Alice, metáfora dos intelectuais, atuava no presente, transformando-o com perspectivas de semear uma nova geração.

Quanto ao romance *Viúva Simões*, Júlia aborda as virtudes femininas de forma oblíqua. É constituído por um triângulo amoroso, composto pela mãe (viúva) e filha (Sara) que se apaixonaram pelo mesmo homem, Luciano Dias, materialização do hedonismo em sua época.

Sem qualquer sinal de paixão evidente, Dias visitava a luxuosa residência da viúva com frequência, mas sempre demonstrando reservas. No entanto, como personagem vaidoso, gabava-se com a situação de ter despertado uma paixão antiga (a mãe quando jovem tinha se apaixonado por Dias, mas este parte para a Europa sem prestar qualquer satisfação) e, ao mesmo tempo, cativar o coração da jovem Sara. No desfecho, a filha enlouquece ao saber que amava o mesmo homem que sua mãe a quem coube ficar ao lado da filha, amargando sua demência, enquanto Dias planejava outra viagem para o exterior, afastando-se mais uma vez da possibilidade de constituir um compromisso.

De acordo com as convenções sociais, a viúva Simões embora sendo uma mulher jovem, não poderia se apaixonar. Na condição de viúva e mãe, ela teria que mostrar o seu sentimento de luto. Mesmo sozinha, socialmente não era uma mulher livre e seria seu dever primeiramente encaminhar a filha em direção ao casamento. O problema estava no fato de existir amor por um homem que não era seu marido e, além disso, a filha se via impedida de casar-se, pois se apaixonara pela mesma pessoa que a mãe. Júlia explorou em seu romance os limites das convenções, mas também não perdeu a

oportunidade de questionar as próprias mulheres quanto ao lugar que estas gostariam de ocupar numa sociedade ainda dividida e desnorteada.

3.2. O ritmo da cidade e a descontinuidade do tempo.

Ao longo da produção de Júlia Lopes, isto é, a partir da última década do século XIX e os primeiros trinta anos do século XX, a autora desejava apresentar ao seu leitor o Brasil por diferentes vieses. Levada por um sentimento de construção de nação, mínimo denominador comum entre os intelectuais de sua geração, Júlia partia do princípio de que o brasileiro pouco conhecia o seu país, dificultando assim sua identificação ou estímulo para uma possível ação transformadora. Mais uma vez, a literatura seria um meio propício para um maior discernimento da nação. Para tanto, a escritora escolhia como cenário de seus romances e contos a diversidade da paisagem urbana, litorânea, serras cariocas ou o campo, sempre côm a expectativa de sensibilizar seus leitores quanto a uma maior sintonia e apropriação de nossa natureza/terra.

Na cidade, a variedade dos ambientes era inesgotável. Foram de interiores de casas luxuosas às pocilgas imundas, grotões e cortiços; ruas elegantes a becos infectos e mal cheirosos. Os interiores das casas mais modestas ou pobres também foram alvo de sua observação, pois a pobreza ou simplicidade não eram motivos para falta de cuidados higiênicos ou asseio. Poucos móveis, chão limpo, uma cortininha ou toalhinha sobre a mesa ou pia eram um sinal dos cuidados de uma dona de casa atenta. Escritórios, vendas, casas comerciais, hotéis, confeitarias, salões de chá, festas galantes, recepções, depósitos, portos, bares, igrejas, hospitais, hospícios, praças, jôquei clube, centros

esportivos, parques, indústrias, escolas, asilos, vielas freqüentemente compunham os cenários nos romances e contos com especial talento em captar detalhes urbanos.

No jornal *A Província*, Manuel Bandeira descreve sua experiência em meio à familiarização com a linguagem cinematográfica brasileira no início do século, fazendo uma curiosa aproximação do cinema com a literatura. Com seus erros e acertos, o cinema nacional, ainda incipiente, aproximava seu espectador pelo reconhecimento que este realizava dos locais e das paisagens capturadas pelas câmeras ainda inseguras. Segundo Bandeira, mesmo com problemas técnicos de imagens, a recepção dos espectadores aos filmes nacionais, estaria justamente na identificação dos espaços e paisagens familiares ao público. “*Não será isso que faz dos romances e dos contos a nossa única literatura vendável?*”¹⁸⁷ Recordando um romance que lera em sua adolescência, escrito por Júlia Lopes, fundamenta a sua tese:

*“Estou agora me lembrando do primeiro romance brasileiro em que vi os personagens mexerem-se não num quadro já desaparecido como o dos romances do Alencar, Macedo e Machado de Assis, mas no cenário contemporâneo do Rio de minha infância. Era um romance de dona Júlia Lopes de Almeida e eu tinha quinze anos. Que emoção ver o sujeito andar pela rua do Ouvidor que eu conhecia, tomar a mesma barca de Niterói que eu tomava! Como esse simples detalhe dava vida ao enredo urdido pelo romancista! No cinema esse prazer redobra pelo concreto das imagens projetadas no pano.”*¹⁸⁸

Em 1891, o centro da cidade do Rio de Janeiro tinha aspecto frenético por conta do comércio de café e, foi neste ambiente, Júlia descreve, em seu romance *A Falência*, uma passagem que possivelmente contagiasse seus leitores, entre estes, Bandeira.

¹⁸⁷ Manuel Bandeira. *Crônicas inéditas I*, p.215.

¹⁸⁸ *Idem.*, *Ibidem.*, p. 215.

“O Rio de Janeiro ardia sob o sol de dezembro, que escaldava as pedras, bafejando um ar de fornalha na atmosfera. Toda a rua de S. Bento, atravancada por veículos pesados e estrepitosos, cheirava a café cru. Era hora de trabalho.

Entre o fragor das ferragens sacudidas, o giro ameaçador das rodas e os corcovos de animais contidos por mãos brutas, o povo negrejava suando, compacto e esbaforido[...]

*Os transeuntes recolhiam-se apressados, de vez em quando, para dentro de uma ou outra porta aberta, no pavor de serem esmagados pelas rodas que invadiam as calçadas, resvalando depois com estrondo nos paralelepípedos da rua [...]”*¹⁸⁹

A descrição do centro da cidade é apresentada ao leitor na primeira página do romance, situando-o, pelos detalhes e nome de ruas, os caminhos que ele deve conduzir sua memória. Na tessitura de seu texto, Júlia trouxe para o seu leitor a possibilidade de se inserir nesse espaço, trazendo à tona outras sensações. A escritora provocava a lembrança de seu leitor pelo cheiro do café e do suor emanado pelos corpos dos trabalhadores. Todos os cheiros se misturam em meio ao intenso calor do sol, as pessoas agitam-se entre as rodas das carroças e animais, produzindo um efeito cinestésico.

Em reflexão mais recente, elaborada pela historiadora Flora Süssekind, em *Cinematógrafo de letras*, atenta-se para a perspectiva de análise literária no Brasil no final do século XIX e início do século XX, quando a técnica literária sofreu com o impacto da presença do maquinismo, tomando como procedimentos básicos a *imitação*, *estilização* e o *deslocamento*.¹⁹⁰ Nesse caso, a imitação, ordenada pela narrativa escrita, passou a ser mais ágil, configurando uma paisagem urbana movediça. Os romances reproduziam um tempo ávido por transformações quando a autora imprimia, em seus

¹⁸⁹ Júlia Lopes de Almeida. *A Falência*, pp. 5-6.

¹⁹⁰ Flora Süssekind. *Cinematógrafo de Letras*, p. 90.

enredos, o ritmo dos novos maquinismos, despertando sensações mágicas, fugazes, de apreensão ainda escorregadia. As impressões provocadas pelas novas máquinas, cinematógrafos e, em particular, pelos carros, chamavam a atenção para o cotidiano urbano, obrigando os leitores a adaptarem-se aos novos arranjos do espaço e deslocamento no tempo também na escrita literária.

O deslocamento temporal nos interessa devido a sua identificação na estrutura narrativa dos romances de Júlia Lopes de Almeida. São protagonistas ideais - lutadores e ansiosos por transformações em seu meio e tempo - que fazem projeções para o futuro; são personagens que, em seu presente, sentem-se deslocados, insatisfeitos e, assim, se indispõem com aqueles representados como seres rígidos, inflexíveis e admiradores do passado. Para a ensaísta Flora Süssekind: *“de um lado, a tentativa do cronista de incorporar à própria escrita a pressa que marcaria o cotidiano urbano. De outro, o trabalho de restauração de um tempo arrastado, cheio de horas mortas, por parte do escritor regionalista.”*¹⁹¹

Ao descrever o vento no rosto, os cabelos esvoaçantes, as paisagens indefinidas, dando a impressão de terem sido borradas como um quadro impressionista, Flora procura demonstrar que houve na literatura o engajamento ao movimento cinético, provocado pelo maquinismo e novas tecnologias, estabelecendo, por causa disso, novas *mediações*. Flora Süssekind utiliza um conto escrito por Júlia Lopes: “O dedo do velho”. que faz parte do volume *A isca*, de 1922. O protagonista se encontra dentro de um carro:

“o automóvel ia a toda a velocidade. Sentindo o ar bater-lhe no rosto, Claudino desanuviava-se de pensamentos enervantes.”[...] *“Sentia, por vezes, a impressão de*

¹⁹¹ *Idem., Ibidem.*, p.94.

que, se descesse do automóvel e fosse tocar, embora só com as pontas dos dedos, nessa gente, ela se desfaria em pó, como certas árvores mortas, corroídas pelos vermes”¹⁹²

O conto “O dedo do velho” leva uma epígrafe da peça *A Tempestade* de Shakespeare, adiantando ao leitor o rumo irreal e fantasioso da trama:

“Whether this be, or be not, I’ll not swear”.

Repleto de expressões como: “estava sonolento”; “as reflexões passavam como um relâmpago”; “só poderia ser ilusão”; “com assombro” e “duvidava de si mesmo”; o conto mostra uma realidade intangível, um mundo inexistente. Nesta direção, o deslocamento que o corpo tinha com a velocidade do carro aludia a uma paisagem fugaz, um tempo ainda desconhecido das experiências comuns.

No entanto, o conto foi divulgado já em 1922, quando o cinema talvez já estivesse mais assimilado ou ambientado como linguagem para a população urbana.

Nos romances escritos por Júlia Lopes, *A Falência* de 1901, e *Cruel amor* de 1911, o carro ganha distintos significados. No romance *A Falência*, representava status, um lazer para poucos, sinalizando a vaidade e a potência numa sociedade decaída. Em *Cruel Amor*, o carro estabelece outra mediação: o espaço moral, o erotismo, a liberdade e o deslocamento temporal.

Raimundo de Menezes nos oferece alguns dados para nossa reflexão. De acordo com o jornalista, a popularização do carro no Rio de Janeiro em 1903 foi muito grande, se constatado o ínfimo número de carros que circulavam na paisagem urbana.

“Em vez de sete automóveis particulares, licenciados em 1904, a estatística municipal registra doze no ano seguinte e trinta e cinco em 1906. Nesse ano, trafegam os primeiros automóveis a frete e acessíveis a todas as bolsas. Não são mais de trinta e

¹⁹² *Apud.* Flora Süssekind. *Op. Cit.*, p. 50.

*um. Mediante a taxa de 5\$000 dão pequeno giro pelas ruas centrais. Estacionam em frente ao café Jeremias, na Avenida Central”.*¹⁹³

No romance *Cruel amor*, há uma passagem em que ocorre um convite a Ada (moça bonita, mas que não gosta de seu trabalho de costureira nem de sua origem pobre, ma aldeia de pescadores) para andar de carro acompanhada por Eduardinho, (jovem bonito, rico, filho de senador e atraído pela beleza e espírito inquieto de Ada), incluindo no passeio, tia Leonor. Moralmente não seria aceitável uma moça solteira andar sozinha em um carro, na companhia de um homem que não fosse seu pai, irmão ou parente. Daí a necessidade enfadonha e vigilante da tia Leonor, uma vez que, como vimos anteriormente, era rara, mas marcante, presença do automóvel nas ruas do Rio.

O automóvel se movimenta, o vento bate no rosto de Ada, levantando seus cabelos longos e permitindo ver a nuca delicada e jovem. Os pulinhos do carro e suas súbitas freadas provocavam o encontro dos corpos. Risinhos e cochichos elevavam a temperatura no interior do carro, perceptíveis pelos novos odores, pelo calor e suor que emitiam os corpos jovens. Os olhos brilhavam, acompanhados da cumplicidade das gargalhadas. Ada se libertará de sua pobreza, Eduardinho romperá com as convenções. O rápido deslocamento de seus corpos na paisagem indefinida lhes causa vertigens, embaralhando seus pensamentos e provocando-lhes novas sensações, assim descritas pela nossa escritora:

“Quando entraram no fervilhamento de luzes da Avenida Central, Ada sentia-se desmaiar. Ia como um sonho. Toda a rua tumultuava, palpitava, sob a onda movediça do povo, dos carros e dos automóveis cheios. Até do asfalto e das pedras inanimadas das calçadas irrompia a animação da febre.[...]”

Ao lado do automóvel, ondulava um tapete humano num arfar quente e rumoroso de que se desprendia um cheiro acre de febre que sensualizava o ambiente”.[...] “toda

¹⁹³ *Apud.* Flora Süssekind. *Op. Cit.*, p.50.

*a rua fulgurava nas lâmpadas elétricas e combustores de gás. Ada tinha a sensação de estar vivendo de chamas”.*¹⁹⁴

Será que os leitores de Júlia também não se identificavam com as mesmas sensações de prazer? A literatura encampou o movimento rápido provocado pela máquina. Tal assimilação transformou o modo de se captar o espaço e o tempo, nem sempre fácil de incorporá-lo, assimilá-lo ao cotidiano. Contudo, com as

*“luzes, eletricidade, sons, ritmos, pompa e circunstancia: a ocasião faz o bandido. Num mundo que é cada vez mais de ação, dos impulsos, dos reflexos, é natural que as doutrinas e plataformas com que se justifica o poder não contém necessariamente mais do que sua capacidade de catalisar as impressões sensoriais, suscitar os instintos e agenciar as expectativas”.*¹⁹⁵

Partilhando das emoções e novidades urbanas, Bilac, apurado para mandar sua crônica para a *Gazeta de Notícias*, relatou o impacto de ter passado pela experiência em um cinematógrafo:

“Estou derreado, tenho dores nos rins e nas pernas, doem-me os olhos de ter visto tanta coisa, dói-me o cérebro de haver pensado tanto. A minha viagem durou duas horas; entretanto, em tão escasso tempo, achei meio de ver meio mundo: estive em Paris, em Nova York, em Milão; vi Cristo nascer e morrer; desci ao fundo de uma mina de carvão; estive ao lado de um faroleiro, no alto de um farol, entre os uivos das ondas; assisti ao tumulto de uma greve na França; vi o imperador Guilherme passar revista no

¹⁹⁴ Júlia Lopes de Almeida. *Cruel amor*, pp. 134-135.

¹⁹⁵ Nicolau Sevcenko. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*, vol.3, p.582.

*exército alemão na Westfália; vi Sansão ser seduzido e vencido por Dalila, e sepultar-se sob as ruínas do templo derrocado...”*¹⁹⁶

Tentar compreender tamanha compactação do tempo, do espaço sinalizava ainda uma estranheza; no entanto, era inegável a existência de prazeres promovidos pela agilidade das imagens e fusão das informações, tornando-se possível “dar a volta ao mundo” em algumas horas. Contudo assimilar numerosas informações exigiria das pessoas novas percepções para compreender o dinamismo do tempo moderno.

3.3. O romance e a natureza.

O litoral, as serras e o campo são exaltados na produção da escritora pela sua exuberância natural, onde a interação homem/natureza ocorre de acordo com o meio em que aquele se insere. Tratando-se do litoral e das serras, a autora apresenta ainda uma visão atenuada do determinismo: junto ao mar, os pescadores sabem seus segredos, entendem-no, mas temem a ira das tempestades e revolta das águas, atribuindo à natureza temperamento e humores tais como os dos próprios seres humanos. Com vontade própria, a natureza presenteia ou vingava-se daquele que faz pouco caso de sua força, não querendo obedecer a ela. A fartura de comida à mesa do pescador e o bom comércio dos peixes no mercado da cidade mais próxima dependem daquilo que o mar lhes oferece, daí a necessidade de subjugar-se a natureza, representada como voluntariosa. A interação do mar com os pescadores, e sua população, torna-os interlocutores ‘míticos’ da natureza, simbolizando-os como rebentos. A autora constrói seus personagens litorâneos apresentando-os como volúveis, vulneráveis, idealizados

¹⁹⁶ Olavo Bilac, crônica: “*Moléstia da época*” de 3/11/1907; In: *Vossa Insolência*, (org.) de Antonio Dimas, p.195.

em suas virtudes e vícios, numa relação da natureza humana religiosa em conflito com o meio natural e real.

O romance *Cruel Amor*, escrito em 1911, passa-se num vilarejo de pescadores. Tanto seus temperamentos como seus movimentos seguem o ritmo dado pelo mar, sendo muito significativo o arrastão (retirada da rede do mar), resultado antropomorfisando do trabalho humano, como se lê a seguir:

“Com os pés na orla espumarenta da água, os braços, em que as veias intumescidas se encordoavam, ora estendidos ora dobrados em ângulos, os bustos curvados para frente ou derreados para trás no esforço da tração, os pescadores pareciam cederem ao mesmo influxo poderoso que ritmava o movimento das águas.”

Quanto ao temperamento e arranjos de normas que orientam os pescadores, Júlia acredita que o acaso e o descontínuo orientam a natureza desses homens;

*“os pescadores regem-se por uma regra diferente da dos outros homens. Para eles, quando a sorte despe um para vestir outro, não ofende ninguém. São os obreiros do acaso e sujeitam-se as suas leis com admirável resignação.”*¹⁹⁷

Cruel amor é um romance dramático, concebido por Júlia com várias estórias paralelas, formadas por triângulos amorosos fadados aos desencontros e, conseqüentemente, ao fracasso. De forma cifrada no romance, o homem litorâneo encontra-se à mercê de seu meio, vive tal e qual a essência da natureza, apontando para um ser cheio de arestas, uma pedra bruta sem qualquer lapidação. A escritora, logo no início do romance, alerta que há regras entre os pescadores: *“pescador não quer a infelicidade de outro pescador”*; *“um pescador é como um irmão de outro pescador”*¹⁹⁸. Mas tal regra é infringida ao longo de toda a trama quando os triângulos amorosos se

¹⁹⁷ Júlia Lopes de Almeida. *Cruel amor*, p.5.

¹⁹⁸ Júlia Lopes de Almeida. *Cruel Amor*, p. 27.

configuram, constituindo atitudes irracionais. Faz-se assim com que o leitor seja testemunha das aflições, contrariedades e irracionalidades de amores incompatíveis.

No entanto Júlia, nas entrelinhas, flertava com outro pensamento: a idéia de que o ser humano, quando movido pelas leis da natureza e, não pelas normas da civilização, se perderia em seus instintos, abandonando-se ao acaso sem intervenção de sua capacidade racional. Distinguindo-se o homem do litoral, daquele que vivia no campo, em que a ação racional em seu meio, torna-o produtivo, domesticam-no, resultando o reflexo de sua engenharia.

Repleto de cenas pictóricas, os locais descritos pela autora poderiam compor um quadro: o céu azul, as águas verdes e o sol amarelo explodindo de luz; ao entardecer, veem-se nuvens rosas e, ao anoitecer, o céu ganha outra cor, o azul escuro, quase preto. Pela constância das chuvas e do mar batendo nas rochas, o leitor vai sendo conduzido pela mão da escritora, percebendo que, assim como o mar se encontra com violência nas pedras, as paixões humanas mimetizam a natureza (“o seu corpo - de Eduardinho - ardia como uma fogueira ao lado da moça...”), batem-se, castigam-se porque, na natureza, a água não se mistura com a pedra e, entre os homens, a lei rege os sentimentos, pois estes não podem ser livres.

Júlia escolhe as serras cariocas em suas obras como locais de retiro. São retiros melancólicos, concebidos com o propósito de estabelecer uma revisão e autoanálise de seus personagens, simbolizando um lugar adequado para encontrar o equilíbrio da alma, onde não haveria disputas entre homem e natureza, mas, ao contrário, a conciliação entre ambos.

Ainda no que se refere ao equilíbrio, os ares puros e frescos da serra prestavam-se ao re-estabelecimento da saúde. Pela distância dos centros urbanos, as serras ainda

tinham a função de resguardar das doenças urbanas que, principalmente ao longo do verão, se propagavam com mais facilidade dada a insalubridade dos meios citadinos.

Contudo, reservava-se para os ares de Petrópolis um espaço de múltiplas representações que, para além de um bem viver. A cidade, isolada dos calores e epidemias tropicais,

*“transformou-se em um espaço mítico de um presente republicano, livre dos incômodos herdados do passado escravista que embalava o Rio de Janeiro, e que expunha as mazelas e vizinhanças da pobreza em todos os pontos centrais da cidade. Saneada dos convívios bárbaros e aviltantes às ambições dos dirigentes republicanos que veraneavam no alto da serra da Estrela, Petrópolis transitou do Império à República como lembrança dos ‘bons tempos’ dos Bragança, em que cada um dos viventes sabia seu ‘lugar’ – mesmo que tal lugar fosse bastante fluido em cada uma das movimentadas ruas da antiga corte, atacadas a partir de 1904 pelas demolições e remoções de Pereira Passos.”*¹⁹⁹

Em 1899, Olavo Bilac, utilizando o pseudônimo de Fantasio, escrevia em sua crônica para a *Gazeta de Notícias* as impressões de Petrópolis, comparando-a com a cidade carioca:

“Salve Petrópolis! Pequeno e esplêndido trecho, asseado e suave, da civilização, encravado no vasto seio bruto da natureza: aí, posso ouvir o barulho das ramarias e das cachoeiras, sem ter os sapatos sujos de lama e a pele picada de mosquitos; aí posso à vontade sentir que sou animal, sem precisar esquecer-me de que sou homem; aí posso respirar o mesmo ar que respiraram as aves livres e os livres quadrúpedes, sem me privar da delícia de sorver um mouth-coq-tail numa taça de baccarat; aí posso, enfim,

¹⁹⁹ Paulo César Garcez Marins. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da vida privada no Brasil*. vol. 3, p. 149.

reintegrar-me de quando em quando no seio da Mãe Criação, sem ter que para isso de tirar a gravata e os punhos... Salve, Petrópolis fidalga! Mansão do Bom Gosto, onde o ar é puro e a gente é bem-educada!

*Por isso mesmo, Petrópolis, por isso mesmo que és fina, e bem-educada, e fidalga – é que há muita gente que não gosta de ti: nós, em geral, no Brasil, entendemos que o reino da democracia é o culto da má-criação; e, além disso, estamos tão habituados a viver, ou no interior das confeitarias sujas, ou nas ruas imundas e fétidas, que falamos sempre mal do que é limpo e elegante”.*²⁰⁰

De forma irônica, Olavo Bilac ao exaltar Petrópolis foi em direção contrária ao imaginário popular, pois como vimos através da citação de Paulo Garcez, a cidade da serra, também agregava antigos valores e símbolos do período imperial, possibilitando um entendimento pelo leitor mais desconfiado, que Bilac fazia uma defesa do Império, quando este queria demonstrar a má qualidade de vida na capital. Por outro lado, Júlia espelhava o imaginário popular em seus romances, quando explorava as particularidades dos salões, seus luxos, suas intrigas, arranjos pessoais e privados em detrimento do que era público.

Anos mais tarde, no romance *A Silveirinha*²⁰¹, a escritora Júlia Lopes expunha algumas chagas sociais cujo cenário serrano, que para alguns era repleto de boas lembranças, tornou-se um cenário de contradições e conflitos. Esboça uma elite caricatural e decadente, cuja formalidade lhe serve como meio para achar um lugar diferenciado na sociedade, utilizando artifícios rastreadores de dotes, cargos diplomáticos ou políticos, aludindo à uma república arrivista, declinante e autofágica.

²⁰⁰ Antonio Dimas organizou: *Olavo Bilac. Vossa Insolência*, pp. 221-222.

²⁰¹ Júlia Lopes de Almeida teve seu romance *A Silveirinha* primeiramente publicado em folhetins no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, ao longo dos meses de abril e maio de 1913; posteriormente a obra foi publicada como livro, em 1914, pela editora de Francisco Alves.

O romance escrito, em 1913, narrava um conflituoso casamento entre um médico (Dr. Jordão), de princípios sólidos e científicos, com uma moça – *Silveirinha* - extremamente religiosa. “Isolada” em Petrópolis, a elite carioca se deleitava intensamente com os conflitos dos princípios do jovem casal, nutrindo de intrigas seus festivos salões, chás, missas, passeios em eventos luxuosos a comunidade se reconhecia pelos trajes, companhias, olhares, galanteios e conversas.

A escritora inspirava-se em seu tempo e meio para descrevê-los, mais livremente, por meio das personagens de seus romances. Como espelho, o romance *A Silveirinha* desnuda a sociedade brasileira, conduzindo o olhar do leitor a uma imagem pouco agradável de nossa natureza republicana. A pompa exterior tornava-se de tal forma relevante que quase naturalmente subtraía “*qualquer moral social poderosa*”²⁰². Com poucas virtudes, a promoção da felicidade privada rogava-se o direito de sobrepor-se ao público. Persistiam assim os velhos hábitos, como uma corrente subterrânea de lentos movimentos, adaptando-se aos novos tempos com práticas antigas.

Em alta temperatura, o romance se inicia num salão suntuoso no alto da serra e nele se nota a presença de comendadores, ministra da China, condessas, consulesas, ministro da Noruega, Itália, Portugal, banqueiros, advogados quer, em diálogos entremeados de frases e expressões em francês, demonstram seu conhecimento e sofisticação mas, pela escrita da autora - feita em tom irônico e jocoso - para indicar a decadência deste meio. A fim de exteriorizar sua concepção, utiliza uma condessa, queixando-se languidamente da falta de atenção de um dos presentes, que a percebendo, demorou a dirigir-lhe a palavra. Assim começa a conversa entre ambos, tendo a condessa dado início a ele:

²⁰² Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 111.

“- *Ingrat! Il y a plus d’une demi-heure que je vous attends, et voilà que vous passez près de moi sans me dire un mot?*.”²⁰³

Mais adiante, um convidado curioso pergunta à condessa o programa da festa, pois entre os presentes se comenta entusiasmadamente uma surpresa. Ela mesma responde:

“- *Oui, ma chère. Nous allons voir danser la maxixe...*

- *Maxixe... peut-etre...sais pas...C’est la danse nationale, n’est-ce pas? Qui va la danser? Vous?*.”²⁰⁴

Um casal de dançarinos negros entra no salão, ao som do piano, entreolham-se compenetrados e iniciam a sensual dança. Júlia descreve com maestria a recepção dos convidados estrangeiros: alguns, acostumados às operas, balé e concertos, não se contêm em sua lascívia. As estrangeiras “babavam-se de gozo”; quanto a algumas brasileiras, seus olhares mostravam-se ofendidos. Ao término da dança, os convidados, “posicionados num círculo de fogo” junto aos dançarinos, pediam entusiasmados *bis*.

Em 1914, tornou-se público pelo discurso de Rui Barbosa no Senado o “escandaloso” recital promovido pela primeira dama, Nair de Telfê, no Palácio presidencial. A esposa do presidente Hermes da Fonseca, incluía no programa do recital o tanguinho “Gaúcho”, de Chiquinha Gonzaga – o que era a versão instrumental do lascivo maxixe “Corta-Jaca”. Rui Barbosa fazia o papel de defensor dos costumes “civilizados”, no entanto, o episódio significava a presença e receptividade da cultura popular disseminado pela sociedade.

Em 1906, Luiz Edmundo comenta acerca da recepção ao maxixe:

²⁰³ Júlia Lopes de Almeida. *A Silveirinha*, p. 6.

²⁰⁴ *Ibem., Ibidem.*, p. 10.

“A modinha, porém, nos salões de etiqueta, como se conta, é coisa banal e falha, não pode ser igual à que se canta cá fora. Que diferença! Num ambiente de elegância, chic, a pobrezinha cantada por Catullo, um Catullo de smoking e de sapatos de verniz, sente-se mal. Modinha, para ser realmente modinha, reclama ambiente próprio; só pode ter glória, em cenário seu, dentro do quadro de sua tradição: morro, luar, viela, indumentária plebéia, cuspindo, o cigarro pendurado ao canto da boca...”²⁰⁵

O dono da luxuosa casa era um banqueiro de nome russo, Korsakoff, que conversava animado com o capitalista e investidor Carlos Max; o convidado Gastão Soares, que representava a legação brasileira junto ao Vaticano, palestrava com o bem sucedido advogado Zacarias. A pretexto de criar uma festa, a autora inventou personagens cujas idéias defendidas eram o avesso do que pensavam na realidade os seus respectivos autores. Possivelmente era assim que a autora enxergasse a República: repleta de contradições.

Em 1913, Júlia apresenta uma República abastecida de interesses privados: o interesse por aquilo que era público emergia apenas na condição do benefício privado. Como sinais dos novos tempos, em tão pouco período de existência, a República já apresentava os seus vícios, como no diálogo a seguir, ocorrido em um dos salões:

“[...] Ele não é águia; não chega mesmo a ter talento, mas é ambicioso e esperto...E, como a esperteza é a qualidade primordial dos tempos que vão correndo, é bem possível que ainda chegue a deputado ou mesmo a ministro...”²⁰⁶

O retiro serrano para a autora também poderia aparecer como meio para se fazerem reflexões de amores mal resolvidos e atribulados; seria um esconderijo para as fugas amorosas. O isolamento poderia, além disso, ser um artifício para os encontros

²⁰⁵ Luiz Edmundo. *Rio de Janeiro de meu tempo*, p. 289.

²⁰⁶ Júlia Lopes de Almeida. *A Silveirinha*, p. 21.

proibidos que, condenado pela sociedade, guardaria os segredos íntimos de amores ocultos entre casais.

Em “*Natureza e cultura no Brasil*”, Luciana Murari utilizou, para sua pesquisa, quatro correntes de pensamentos brasileiros do século XIX e XX sendo que duas se alinham mais ao nosso trabalho. A primeira corrente era formada por intelectuais que,

*“corporificados pelas doutrinas evolucionistas e positivistas que estabeleciam a ciência e a técnica como fundamentos da transformação, e que moviam não apenas os intelectuais ligados à monarquia, [...] como também as elites e classes médias urbanas formadas pelas escolas técnicas e pelas faculdades de direito, pelos privilegiados de divulgação do racionalismo europeu do século XIX.”*²⁰⁷

Já a segunda corrente de intelectuais, conhecidos como geração de 1870,

*“formada sob a égide do ativismo, que na visão de grande parte da intelectualidade brasileira representava a ruptura definitiva com o passado colonial e a ascensão a um patamar mais elevado na escala evolutiva das sociedades, e o abolicionismo, que estabelecia a livre oportunidade e a igualdade formal dos homens no mercado de trabalho, tornando-se as idéias-força da militância que formou alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros da época”.*²⁰⁸

As florestas, o sertão e o campo tornam-se meios para pensar a natureza do homem brasileiro por meio da literatura. Quando focaliza na discussão acerca do campo, a historiadora analisou varias obras que trataram do assunto e, mais especificamente, mencionou a obra epistolar “*Correio da Roça*”, publicada em 1913 (Rio de Janeiro, editora Francisco Alves).

Luciana Murari recuperou o pensamento de Júlia pelo seu

²⁰⁷ Luciana Murari. *Natureza e cultura no Brasil, 1870-1922*, p. 62.

²⁰⁸ *Idem. Ibidem.*, p. 62.

*“tom messiânico e a linguagem religiosa, o conteúdo doutrinário, a crença absoluta na eficácia dos programas reformistas adotados segundo princípios científicos, o elogio da técnica e das atividades práticas, a valorização do trabalho no campo como fonte de riqueza material e purificação espiritual, o discurso moralizador na definição dos papéis sociais e da ética do trabalho, aliados ao mais estrito racionalismo na definição de soluções para os grandes problemas do campo brasileiro – tudo isso somado a um diagnóstico dramático da realidade nacional – não eram, entretanto, exclusividade da literatura social libertária”.*²⁰⁹

O fato de Júlia desejar reformas nos campos brasileiros a tornava uma crítica do descaso e abandono pela má utilização das terras, mesmo porque a romancista reiteradamente compara o Brasil com países desenvolvidos que se utilizavam de tecnologias para aprimorar suas produções. Contudo, seus ideais fogem da “natureza” cultural e social brasileira a qual pretende impreterivelmente transformar. Graças a esse deslocamento de Júlia, conseguimos compreendê-la na sua ética do trabalho, seu discurso moralizador, sua crença na eficácia dos programas reformistas e seus princípios científicos de acordo com que apontou Luciana Murari.

A obra de Júlia Lopes tem início com epígrafes de sua autoria. De conteúdo altamente revelador de suas crenças, é carregada de ênfase na transformação no campo, redenção deste por meio do trabalho mas, em particular, a sensibilização da mulher, chamando-a para o esforço intelectual, utilização do conhecimento e, fundamentalmente, de seu empenho com vistas a um resultado positivo e edificante.

“Faze florir pelo esforço do teu trabalho e pelo influxo do teu amor a terra que pisas e conhecerá a felicidade”; “Não fazer nada é a melhor maneira de se sentir a gente envelhecer, morrer!”; “... o campo brasileiro será eternamente triste se a mulher

²⁰⁹ Luciana Murari. *Op. Cit.*, p. 291.

*educada que o habita não se interessar pela sua fartura e a sua poesia...”; “Que mundo de idéias e de sentimentos o trabalho e a natureza despertam em nós!”.*²¹⁰

Todo o romance *Correio da roça* foi escrito como se duas amigas se comunicassem através de cartas, conhecidos como: “romances epistolares”. Maria morava na cidade com suas quatro filhas mas, com sua súbita viuvez e dívidas deixadas por seu marido, viu-se obrigada a mudar completamente de vida e cuidar do único bem que lhe restara, o *Remanso*, uma fazenda abandonada e um pequeno sítio localizado a meia légua da residência principal do *Remanso*, denominado *Tapera*. As condições do sítio eram muito semelhantes às do *Remanso*: arruinado, tomado pelo mato e sem qualquer vestígio de civilização. Desolada, Maria se corresponde com a amiga Fernanda que, ao retornar de uma viagem da Europa ao Rio de Janeiro, passara a dar conselhos à colega, iniciando-se assim uma nova amizade, epicentro da obra.

As primeiras cartas de Maria eram repletas de melancolia e queixas: morar longe do Rio de Janeiro parecia a elas às filhas o fim do mundo. Estas sentiam falta da vida urbana com as idas aos bailes, teatros e das novidades da última moda européia estampadas nos jornais e revistas. Em resposta a Maria, Fernanda, de modo nada sutil, manda as meninas *plantarem batatas*. Em outras palavras, Júlia Lopes, por meio da personagem Fernanda, procuraria apontar como a vida urbana poderia ser superficial, se todo o conhecimento absorvido e propiciado pela leitura, música, teatro, não revertessem a um bem maior. Em contrapartida, no campo, havia muito por fazer: cultivar as terras, deixando-as mais produtivas; organizar a criação de animais, tornando-os mais sadios e rendosos; construir escola para instruir os filhos dos colonos ou as crianças do campo; construir hospitais, abrir estradas, fazer chegar água encanada,

²¹⁰ Júlia Lopes de Almeida. *Correio da Roça*. p. 5.

eletricidade, buscar mais braços e profissionais que pudessem auxiliar nas melhorias do *Remanso* e de *Tapera*.

Ao longo das cartas de Fernanda, de acordo com os problemas ou novas conquistas feitas por Maria e suas filhas, a amiga lança incansáveis idéias e alternativas para ocupar não apenas o tempo das mulheres, mas entusiasmá-las, deixando evidente que não havia tempo para sentimentos melancólicos e que a edificação do campo era uma tarefa extremamente nobre, tarefa para aqueles que tinham espírito combativo, aqueles que não se esmoreciam com as primeiras dificuldades.

Todavia, por baixo desse pensamento, Júlia talvez intencionasse mostrar a relevância da produção do solo brasileiro, enfatizando que a mulher tinha, sim, que se apresentar como mais um braço, mais uma cabeça a atuar no campo.

Em *Correio da roça*, o campo estava carente de novas alternativas. Para torná-lo produtivo, a saída poderia estar nos novos conhecimentos técnicos e científicos, também promovidos pelo governo, cuja incumbência seria a de oferecer suporte aos produtores com técnicos especializados e orientações para a aquisição e importação de máquinas.

Nesse momento, discutia-se sobre a necessidade de ter pequenas propriedades rurais e torná-las produtivas, sendo que não só as revistas especializadas em agricultura como também os jornais discutiam o tema, tendo o assunto uma abrangência nacional.

Com a expansão cafeeira, os conhecimentos técnicos e científicos tornaram-se fundamentais para aumentar a produtividade e qualidade do produto, sendo que parte dessas informações era divulgada por revistas especializadas desde o final do século XIX. Os produtores eram contemplados por uma grande variedade de temas e reportagens que abordavam desde a máquina mais adequada para as terras de cultivo do café, tipos de grãos, orientações quanto ao comércio do grão, calendário agrícola,

companhias exportadoras chegando a discutir até contratos e orientações legais de trabalho com os colonos.

A *Revista Agrícola* (1897-1908) discutia a divisão das grandes propriedades com a diversificação de culturas, indicando a relevância dos pequenos produtores para o mercado nacional. O romance de Júlia se harmonizava com as propostas de incentivo ao pequeno proprietário, muito embora não entrasse em detalhes de como seria feita a distribuição de terras.

Valorizando as culturas locais e sua produção, a autora passou a escrever para a revista *Chácaras e Quintais*, desenvolvendo temas que apresentavam afinidade com a terra, como: o cultivo de flores, hortas, adubagem do solo, cuidados para evitar pragas, plantação de árvores frutíferas, necessidade de higiene no campo como meio de prevenção às doenças; atingindo certamente neste instante um novo público leitor: a mulher.

As cartas trocadas entre Fernanda à Maria além de levar entusiasmo para a amiga constituíam uma verdadeira cartilha de como tornar o campo/terra produtivos com o auxílio dos padrões modernos da tecnologia. Instruída pela revista “*Chácaras e Quintais*”, Fernanda/Júlia escreve:

“Sem ser proprietária rural, só pelo mero capricho da curiosidade, assino uma revista brasileira – “Chácaras e Quintais”- que me dá algumas informações preciosas, as quais se aceites o meu plano, te irei transmitindo nas minhas cartas, a pouco e pouco”.²¹¹

A revista *Chácaras e Quintais* vinha sendo publicada desde 1910 e pertencia ao conde-editor Amadeu Barbiellini, que contratou Júlia Lopes a partir do episódio em que

²¹¹ Júlia Lopes de Almeida. *Correio da roça*, p.15.

a escritora fez menções à revista em seu romance *Correio da roça*. Barbiellini, entusiasmado com os resultados de maior vendagem da revista, afirmou que ela “*deveu-se em grande parte à participação de Júlia Lopes de Almeida, responsável pela conquista do público feminino*”.²¹² Denota-se, a partir da afirmação de Barbiellini, que o romance *Correio da roça* veio implementar as vendas da revista, evidenciando a recepção que Júlia Lopes possuía, como escritora pelo público feminino. Supomos o mesmo, ou aproximadamente o mesmo público que passou a ler a revista *Chácaras e Quintais*.

O episódio tem sua curiosidade, pois eram os jornais e as revistas os meios que auxiliavam a divulgação do nome de escritores e de suas obras. Era a partir de colunas ou dos cadernos de jornais e revistas que os escritores apareciam semanalmente com seus contos, crônicas e romances para, posteriormente, de acordo com sua recepção, editarem suas obras por uma editora. Foi o que se deu com o próprio romance *Correio da roça*, publicado primeiramente em série no jornal *O Paiz*.²¹³

Seria no campo que a prosperidade brasileira também se manifestaria: o cultivo das terras à moda colonial, ou como foram estabelecidas ao longo do Império, não dava mais conta das necessidades modernas nem dos interesses comerciais, políticos e ideológicos daqueles que queriam atualizar o Brasil em relação a outros países mais desenvolvidos.

Uma fazenda ou terras mal cuidadas tornavam-se um espaço estéril, em que a fome e a miséria se alojariam, animais morreriam pela falta de cuidados e as pragas se alastrariam, proliferando-se livremente com o abandono. Como símbolo de atraso e de

²¹² Ana Luiza Martins. *Op. Cit.*, p.558.

²¹³ Brito Broca. *Op. Cit.*,p. 223.

irracionalidade, para a escritora, o trabalho escravo também pertencia a esses ambientes abandonados.

As fazendas rendosas, onde o trabalho, via de regra, prosperava, tinham auxílio e orientação do governo e de profissionais especializados. No romance de Júlia, aquelas fazendas ou propriedades modernas não se utilizavam do trabalho escravo, mas de trabalhadores assalariados, com ganhos que reverteriam a todos os interessados pelo progresso e bem estar no campo e, conseqüentemente, para aqueles que viviam nas cidades. A tecnologia estava a serviço do agricultor; o campo interagiria com a cidade pelas estradas de ferro, pela construção de açudes, de escolas rurais, hospitais, servidos de água e energia elétrica. Os animais seriam bem tratados com vacinas e alojamentos adequados, os pomares, hortas e plantações, por sua vez, seriam planejados de acordo com a qualidade do solo e do clima:

*“as lavouras transformam-se. As idéias não param. É preciso acompanhar o tempo, e não ficar anquilosada num meio que se agita...”*²¹⁴, entoava Fernanda.

Mais adiante, Maria demonstra sua alegria quando Eduardo Jorge, afilhado de Fernanda e engenheiro, vindo do ministério da agricultura - aonde fora com a incumbência de encomendar algumas máquinas para o *Remanso* - lhe trouxe a “solução” para seus problemas:

“... rolaram logo por meu colo para o chão vários folhetos brancos, azulados, verdes, cor de rosa, e pude ler de relance os títulos de alguns deles: ‘Para não ter amarelão, carbúnculo verdadeiro e carbúnculo symptomatico, etc.,’. (...) o governo distribui gratuitamente por todos os lavradores e pessoas que pela lavoura se interessem, esses pequenos opúsculos, feitos em linguagem clara, simples, de fácilima

²¹⁴ Júlia Lopes de Almeida. *Correio da roça*. p. 119.

*compreensão e bom ensinamento, indicando os meios pelos quais os fazendeiros podem tornar higiênicas as suas plantações, nédio o seu gado, feliz o seu pessoal”.*²¹⁵

No desfecho do romance, das quatro filhas de Maria, as duas mais velhas se casam com homens bem sucedidos, competentes, envolvidos com a produção do campo, sensíveis ao empenho e dedicação das moças ao *Remanso*. A obra se encerra com o amadurecimento das personagens femininas, o crescimento dessas mulheres, por encararem o campo como desafio. A elaboração e utilização de diferentes estratégias do conhecimento tornaram as mulheres mais fortes, concentradas em suas atividades e aptas para constituir uma família. Júlia se utiliza o campo/terra também como metáfora de nação. As terras e as mulheres estão férteis e assim ambas estão prontas para dar continuidade a uma nova geração de produtores, engenheiros, avicultores, pecuaristas, filhos de uma geração esclarecida e liberal.

O fato de o romance ser escrito em formato epistolar tem sua curiosidade: contemporânea do telefone, a autora escolhe a comunicação entre “as amigas” feita pela carta, meio mais lento de comunicação, mas que envolve outras sutilezas para o leitor.

O diálogo se dá “apenas” entre duas pessoas – remetente e destinatário -, sendo o tom primeiro o de confidências, desabafos e segredos, propiciando empatia entre o leitor do romance e suas personagens. Posteriormente as cartas ganham forma instrutiva, com conteúdos direcionados ao esclarecimento da importância de plantar e tornar a terra produtiva, sendo que o retorno não seria apenas financeiro, mas também auxiliaria a formação e constituição de um ser diferenciado.

Como seria o homem do campo para Júlia? Qual sua importância? A carta de “Maria” a Fernanda, como veremos, contém grande parte das expectativas reformadoras da autora.

²¹⁵ *Idem., Ibidem.*, p. 121.

Primeiramente Júlia procura diluir a imagem de que o trabalho do campo é elementar e que portanto, para ele, não se faz necessário o uso da inteligência o que não ocorre com o trabalho urbano, visto como mais digno ou superior.

Em segundo lugar, a necessidade de se fixar no campo, tornando a atividade algo duradouro: tornar-se-ia importante criar vínculos na região em que se trabalha e mora. Para tanto, é necessária a constituição de uma família que, além de assinalar a provável permanência do indivíduo no local, teria um caráter formador, possibilitando, a seus próprios filhos continuidade dos mesmos valores. A autora, representada por Maria na carta, enfatiza a necessidade de propagar a educação à população do campo, vista como carente e desinformada quanto às práticas mais modernas de cultivo da terra. Concluindo, as mulheres no campo tornam-se fundamentais: elas atrairiam pela sensibilidade e características acolhedoras aqueles que resistissem às novidades e alternativas.

“[...] É então bem verdade que a lavoura pode ter seduções mesmo para os espíritos superiores? A primeira pessoa que me fez acreditar nisso foste tu; a última, o Eduardo Jorge. Vou te falar da segunda que é o meu genro. Este rapaz, que é de uma simplicidade de trato verdadeiramente encantadora, não parece abalado por ambições desmedidas, mas absolutamente convencido de que a sua vida e a da família que fundou vão ser baseadas na felicidade dos que trabalham com boa vontade e com justiça.

Basta entrar na sua casa para se perceber que ele ama sua profissão de agricultor. O seu lar não tem um aspecto frio, de coisa provisória, que se seja obrigado a suportar por necessidade e sujeição. Ali tudo tem feição definitiva que dá conforto à vida. [...] Ele percebe que levou para casa, na mulher, uma colaboradora operosa para a felicidade do seu futuro. Não é uma menina piegas nem exigente; é uma mulher penetrada do desejo de ser boa e de fazer o bem. A sua doçura, a sua inteligência o seu

espírito educativo melhorarão a sorte da gente rude que rodeia a sua propriedade, e dentro de poucos anos a influência das qualidades morais e intelectuais de Cecilia terão feito milagres nesse torrão ainda tão inculto em que ela foi viver.

É para isso que precisamos educar as nossas filhas. Nestes dois anos de trabalho, de experiência, de necessidade, as minhas adquiriram uma perspicácia espantosa. Estou convencida de que não é uma pasmaceira dos colégios que forma almas. Os ideais precisam de terreno amplo e livre em que se debatam e possam criar raízes. Este do campo é maravilhoso para isso. A minha grande mágoa é não as sentir germinar em grande parte das nossas fazendeiras, já que talvez fosse demasiada ambição desejá-los em todas... E acredito que estaria nisso a salvação da vida, ainda estúpida e melancólica, do nosso interior. Toda a mulher forma um ambiente em redor de si, mais facilmente do que o homem. Se ela tem gosto, se tem educação e se tem energia, esse ambiente será sugestivo dessas qualidades e produzirá grandes benefícios em todos que dela se aproximarem. Irradia-me na consciência a certeza de que transmiti a minhas filhas essa compreensão dos seus destinos.

Adeus. Um grande abraço de tua...

Maria. ²¹⁶

Temos, portanto, no mínimo duas formas diferentes de acesso ao leitor: primeiro a carta íntima, confessional, particular e acessível a poucos olhos; depois, temos, na mesma carta, o aspecto instrutivo, de teor impessoal, que pode ser portada por mais pessoas além do primeiro endereçado. A carta, nesse segundo momento, ganha uma dimensão pública tal qual uma revista periódica, sugerindo a possibilidade de ser portada por engenheiro, técnico, comerciante, enfim por qualquer um que esteja vinculado a seu teor informativo ou se importe com o tema. A carta/manual não contém

²¹⁶ *Idem.*, *Ibidem.*, pp.129-132.

nada de privado, podendo ser inclusive transmitida para qualquer outro que queira se beneficiar de tais instruções e encampar seu teor operatório. Dessa forma, o romance, de conteúdo também informativo, passaria a ser categorizado não apenas como romance, mas também como manual de instruções. A autora aponta as oportunidades de seu tempo, sugerindo, além do cultivo da terra, a criação de animais, seguindo o formato já comentado.

*“Galinhas do país há-as muitas por ai, [...] entretanto, quando as comprares, repare nas condições do seu tratamento e da sua saúde. Uma galinha tuberculosa arruinaria a saúde de todas as outras, [...] essa espécie de doença é combatida com o creosoto, sob diferentes formas: injeções, inalações, etc.,[...] entretanto, dir-te-ei que não debes consentir em que as crianças da colônia freqüentem o lugar das aves; lembra-te que o croup é de origem aviaria e pode ser facilmente transmitido da gosma da galinha à mucosa de uma boca infantil[...]”.*²¹⁷

O romance é um portador das crenças de Júlia. As cartas no romance e o tempo para a leitura em si exigem um leitor comprometido, silencioso, compenetrado, mas ativo. Teria que ser um leitor sensível aos problemas e oportunidades de seu tempo, que busque informações freqüentemente, que seja inquieto e ativo. O aspecto privado das cartas no romance sensibiliza o leitor, preparando-o para as adversidades e, ao mesmo tempo, cria empatia com a causa.

Quanto à abordagem pública, a autora não se furta da tarefa de instruir os leitores do romance, atualizando-os com as necessidades e possibilidades oferecidas pelo país, pelas iniciativas governamentais e por meio de revistas de sua época. Valoriza os profissionais especializados, indicando-os como necessários ressaltando que, nos países ricos, também era assim.

²¹⁷ *Idem., Ibidem., p.80.*

Além de almejar uma população sadia e próspera, a não ocupação do solo e sua frágil produção constituíam um problema grave para alguns intelectuais. No *Correio da roça* de 1913, a autora indicava a não permanência, o provisório, o nomadismo como fragilidades de nossa produtividade e economia, podendo comprometer a formação de nosso povo.

O mesmo tema aparece anos depois em outra obra de Júlia, *Jardim florido*, de 1922, como uma forma de alertar que o desapego e descuido com a terra por ignorância, desamor e recusa de melhores recursos técnicos também se refletiriam num desapego pela pátria.

Cabe ainda acentuar que o estilo epistolar nas obras da romancista não deixava de expressar o desejo da autora de aproximar-se de suas leitoras, tentativa de impedir uma resistência à leitura e vencer pela intimidade. É o caso do exemplo a seguir, extraído do *Livro das Donas e Donzelas*²¹⁸:

“Minhas boas amigas, donas e donzelas, velhas e meninas, perdi o endereço de algumas de vós; outras... rezemos-lhes por alma, estão mortas; de sorte que esta carta, de incerta direção, pretende ir até as portas do céu, na ondulação do acaso e da saudade.

Nós, as mulheres, não temos sempre a facilidade de bem exprimir os sentimentos por palavras; eles parecem-nos por demais sutis e complexos; elas insuficientes e fraquíssimas. Dizem que há para todas as coisas expressões precisas, de inquestionável exatidão; a língua modula no som, e inalterada, a essência da mais rara alegria ou do mais terrível desespero. Mas essa é a interpretação dos fortes; a nossa dilui-se, numa gota incolor e inodora, que é como um chuveiro em uma rosa, se nasce da alegria;

²¹⁸ O livro *Donas e Donzelas* foi editado por Francisco Alves nas capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais simultaneamente no ano de 1906.

ou, se vem da dor, como um floco de neve em uma brasa, que apaga a luz e deixa a nu o carvão.”²¹⁹

Demonstrando atenção ao seu principal público leitor, o feminino, Júlia procurou alertar sua leitora que havia recursos diferenciados na linguagem para se chegar ao mesmo objetivo. A escritora argumentava que o pensamento objetivo e constituído de racionalidade e pragmatismo nem sempre era o melhor caminho para se aproximar ou convencer o leitor (a) e - também sugere a escritora - não seria o melhor meio para estabelecer uma comunicação entre as mulheres. Onde Júlia queria chegar? Ela acreditava que a persuasão entre as pessoas dar-se-ia inclusive pelos sentimentos, pelos aspectos sutis da subjetividade, do caminho tortuoso e afetivo, possivelmente captando em sua época aspectos da cultura brasileira. A autora confia na idéia de que as sutilezas poderiam trazer mais ganhos que o argumento ou pensamento formal. Nessa direção conclui seu texto, utilizando-se da lágrima como caminho para quebrar as resistências e revelarem-se outras essências: *“a nossa (a palavra) dilui-se, numa gota incolor e inodora, que é como um chuvisqueiro em uma rosa, se nasce da alegria; ou, se vem da dor, como um floco de neve em uma brasa, que apaga a luz e deixa a nu o carvão”*.

Temos como hipótese que a literatura seria, para Júlia, a intermediação entre a realidade e os ideais. A literatura não relacionaria apenas o escritor ao leitor, mas também seria um meio difuso, inexato, impreciso, repleto de impressões e sentimentos reveladores de uma nova interpretação da realidade até então não vista pela razão do leitor/receptor.

Outro aspecto sofisticado e literário da obra de nossa escritora: Fernanda, o *alter ego* de Júlia Lopes no “*Correio da roça*”, em carta à Maria se dizia “*dotada de uma alma virgiliana*”, numa clara referência a Virgílio, poeta latino, personagem que

²¹⁹ Júlia Lopes de Almeida. *Op. Cit.*, p. 8.

acompanhava Dante até o inferno na obra *A Divina Comédia*, e que, de acordo com Arnold Hauser, nas *éclogas*

“o aspecto bucólico descreve a paz dos campos, o abrigo seguro do grande mundo e a generosa felicidade dos apaixonados. Já não se trata, porém, do ideal de uma vida idílica, frugal e contemplativa que o artista tem no espírito, mas o ideal arcaico da identidade entre natureza e civilização, beleza e espiritualidade, sensualidade e inteligência.”²²⁰

Este seria o segredo, a chave da metáfora literária que se instalou entre Júlia e a sua leitora mais atenta. Fernanda, como Virgílio da *Divina Comédia*, teria o papel de acompanhar as almas até o inferno, para uma posterior redenção destas almas infelizes que, após suportarem e combaterem o inferno dantesco do atraso, após terem ardido nas chamas da barbárie, ressurgiriam pelo esforço, suor, avizinando-se desse modo da falta da fé, para merecer o alento. Depois da imersão, não se encontraria mais uma *Tapera*, outrora esquecida e selvagem mas, sim, uma renomeada de *Ressurreição*, onde se enxergariam terras prósperas e produtivas, como que saindo de um demorado pesadelo. As nuvens são dissipadas e agora os olhos – dos brasileiros - estavam abertos (não estão mais costurados, como na obra de Dante, quando este se encontrava no inferno): podem ver um futuro, despertados pelo avanço e visão humanista da autora.

Com a perspectiva de demonstrar às leitoras brasileiras a abrangência do cultivo da terra, fosse o campo, pomares ou jardins, a própria autora salientava que a sua não era uma obra para os grandes cultivadores, “mas aos inexperientes de boa vontade e, sobretudo, à mulher que no Brasil ainda não parece suficientemente interessada pela cultura dos campo, e dos seus jardins”.²²¹

²²⁰ Arnold Hauser. *História social da arte e da literatur*, p. 511.

²²¹ Júlia Lopes de Almeida. *Jardim florido*, p. 19.

Nossa suspeita está na utilização de recursos metafóricos existentes na linguagem que Júlia se utilizou, pois a frase indicada não necessariamente se refere à plantação ou cultivo de flores, mas, a nosso ver, a autora poderia estar se referindo ao desinteresse que as mulheres geralmente tinham pelo conhecimento, meio importante para esta como tentativa de abrir alguns “olhos”.

Júlia Lopes realizou uma pesquisa abrangente sobre os benefícios da agricultura. Em sua obra *Jardim florido e jardinagem* (1922), a autora completou o tríptico que propusera a si mesma escrever: sobre a vida e a cultura dos campos, no livro *Correio da roça* (1913); sobre a cultura dos pomares e sobre a arborização no livro *A árvore* (1916), escrito em colaboração com seu filho Afonso Lopes de Almeida e sobre a cultura das flores, este de jardinagem, *Jardim florido* (1922) com a supervisão de Vicente Del Bosco.

Jardim florido começa com uma visão histórica da importância dos jardins em diferentes épocas e para diferentes personalidades. Seu ponto de partida deu-se com os gregos como Anacreonte, Homero; quanto aos romanos, menciona Plínio e seus elogios ao jardim de Crasso;

“[...] *Semíramis, a formosa entre as formosas, rainha da Assíria e fundadora de Babilônia, fez de seus jardins suspensos a sua maior glória, construindo em seus terraços, em forma piramidal, eles se comunicavam entre si por suaves rampas [...]*”²²²

A autora passa pela Idade Média, Renascimento, menciona os jardins chineses que inspiraram os ingleses; chega à França, e trata da sofisticação dos jardins de Versalhes, Chantilly e Campos Elíseos. Como conclusão desse primeiro histórico e da primeira parte de sua obra, Júlia reflete de forma *evolucionista* para sua leitora:

²²² Júlia Lopes de Almeida. *Op. Cit.*, p. 9.

“[...] a flor vem cumprindo no mundo a sua missão santíssima de maravilhar a vista e serenar o espírito do homem. Assim, na atormentada agitação da vida moderna, um jardim não é só um motivo de arte e ostentação, mas também de apaziguamento e de elevação moral [...]”.²²³

Quanto à segunda parte de sua obra, mantendo o tom sempre amigável, mas professoral, a autora relata a sua participação junto à primeira exposição de flores no Brasil, cuja abertura seria em 1902. “Seria”, porque um dia antes da abertura da exposição o local desabou impedindo sua realização. Qual seria o sentido da exposição? Por que tanto empenho?

Primeiro. Demonstrar a diversidade da flora brasileira, e indicar o quanto os brasileiros ignoravam a sua própria natureza. Segundo, demonstrar que havia estudos científicos relacionados às plantas medicinais, por exemplo. Terceiro, que as flores têm preço no mercado econômico, tanto as de aplicação medicinal, ornamental, quanto àquelas que podem trazer rendimentos, como as seringueiras e laranjeiras. Para demonstrar a relevância e fundamento do que apresentava, Júlia indicava o jornal francês *Le Figaro* (27/11/1913), que registrou que a França conseguiu, só no ano de 1913, a soma de 220 milhões de francos na comercialização e visitação de sua exposição. Quarto motivo para a realização da exposição. A escritora defendia a idéia de que a apreciação das flores e o seu cultivo sensibilizariam as pessoas mais rígidas, e embrutecidas. A natureza para a autora teria este aspecto restaurador e reconstrutor das virtudes, reduzindo até mesmo os vícios humanos. Para Júlia, as flores estavam ligadas ao equilíbrio e formação de valores morais e na tentativa de se tornar mais convincente para o seu leitor, a autora apontava uma segunda pesquisa feita na França que afirmava

²²³ *Idem., Ibidem.*, p. 13.

que “*nos operários que têm jardim e que se ocupam com ele o alcoolismo desapareceu completamente*”²²⁴, e assim, suas famílias vivem na mais absoluta paz.

A terceira e última parte da obra a autora se concentrou na *Jardinagem*. Como se fosse um verdadeiro manual de jardinagem, a autora apresenta a correspondência das estações climáticas européias com as estações brasileiras; explica as diferenças entre os solos e o seu tratamento com produtos químicos como zinco, cobre; alerta quanto ao efeito da poeira nas folhas, drenagens, adubos, vento, calor; indica ainda material para jardinagem e como cuidar das mãos após o trabalho.

Júlia encerrava conclusivamente:

*“Como se depreende destas simples palavras, a flor é considerada pelos modernos sociólogos como um instrumento de moralização e de progresso, e os múltiplos benefícios que ela presta, quer aos psiquiatras, quer aos industriais, vem ajuntar ao seu prestígio de fascinação e de beleza, uma outra glória, até aqui ignorada...”*²²⁵

Em sua obra *Jardim Florido*, Júlia procurava apresentar o tema com empenho didático. Fazia parte de sua intenção como escritora demonstrar ao seu leitor, sem que ele percebesse, o quanto este ignorava. Com a intenção de guiar seu aprendiz, a autora indicou as civilizações mais antigas e complexas até as mais modernas e sofisticadas, utilizava-se para isso de episódios históricos e de personagens de representação mais significativa no senso comum dada suas lideranças sociais, freqüentemente descritas nos livros escolares ou mesmo oferecidas nas narrativas dos romances.

²²⁴ *Idem., Ibidem.*, pp.21-22.

²²⁵ *Idem.,Ibidem.*, p.23.

Segundo Leonora de Luca, Júlia pesquisou durante anos para compor o manual e chegar à precisão técnica do volume.²²⁶ A jardinagem era compreendida pela escritora como uma atividade que exigia conhecimentos específicos científicos e econômicos; exigia inteligência e estudos aplicados para maior conhecimento e aproveitamento das especificidades do solo brasileiro, correspondendo, ao esforço empenhado, elevação moral, um apego maior ao solo nacional, auxiliando na fixação domiciliar, evitando assim o nomadismo, errância e o desapego à família e à pátria, herança digna das verdadeiras civilizações que cultivaram a arte de plantar.

Tal era a extensão e abrangência da jardinagem e cultivo da terra para Júlia, que lhe permitia um olhar de maior eficiência do campo e modernização da produção agrícola. Para os centros urbanos, o ajardinamento das praças, ruas seria mais que um embelezamento como efeito paisagístico; as cores, os odores e os formatos das diferentes flores e árvores nos jardins, viriam num auxílio civilizatório e terapêutico ao homem metropolitano, aprimorariam o seu espírito e beneficiariam seu corpo lhe propiciando um bem-estar.

No início do século XX, quando ocorriam as reformas urbanas, Júlia tinha como modelo a cidade ornada por jardins, bem como a sugestão de construção de creches, proposta que defendeu com frequência nos jornais cariocas. De acordo com Norma Telles:

“O Morro de Santo Antonio, na capital Federal, não foi arrasada devido à oposição feita por ela nos jornais [...] Esteve envolvida com o caminho aéreo para o Pão de Açúcar, o Mercado das Flores foi sua obra, assim como a primeira exposição de flores organizada na cidade. Foi ela quem teve a idéia e lutou para que hortências

²²⁶ Leonora de Luca. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*, p. 66.

*fossem plantadas às margens do rio canalizado em Petrópolis. Fez campanhas de creches[...].*²²⁷

Evidenciando que “*em Santo Antonio, oiteiro pobre, apesar da situação em que encrava na cidade, as moradas são, em grande maioria feitas de improviso, de sobras e farrapos, andrajosas e tristes como seus moradores*”.²²⁸

As hortas atenderiam a economia doméstica e a jardinagem renderia benefícios para a saúde física, entendendo-se a jardinagem como um exercício saudável e desencorajador da preguiça.

Quando foi publicada a obra *Jardim florido*, a popularidade dos esportes era debatida e exaltada entre os médicos e intelectuais; conforme Wilson Martins, “*entre os esportes menos violentos, sem prejuízo da vida ao ar livre, pode-se incluir com certeza, a jardinagem*”.²²⁹ Saúde e esportes formavam um binômio, mas também significavam uma reação a valores decadentes, ao sorumbático, pálido, cansado e obscuro, como se configurava a postura dos boêmios do final do século. “[...] *em outras palavras, a literatura brasileira da época deseja ser fortemente literária; ao conhecimento da terra, ao aproveitamento dos temas brasileiros, acrescenta-se o postulado do conhecimento lingüístico e da riqueza idiomática*”.²³⁰

²²⁷ Norma Telles. *Op. Cit.*, p. 436.

²²⁸ Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 248.

²²⁹ Wilson Martins. *História da inteligência brasileira*, p.265.

²³⁰ *Idem.*, *Ibidem.*, p.205.

4. Novos perfis para crianças e mulheres: a obra de Julia Lopes e os primeiros anos da República.

“Realizei o meu sonho: aprendi a ler; e desde o dia em que comecei a ler corretamente senti-me fortalecido e como que amparado por mim mesmo. Era tempo.”²³¹

4.1. Os dilemas dos livros infantis.

Os livros infantis, num primeiro momento, passariam a ser o altar de fé da autora, pois seria por meio deles que se dariam os primeiros passos de avanço na sociedade brasileira. Júlia não foi a única nem a primeira a se lançar nessa empreitada; outras escritoras e escritores foram na mesma direção. Tinham em mente a necessidade de uma formação ajustada aos valores nacionais, tinham ciência de que os livros editados em Portugal não correspondiam mais aos nossos valores nem mesmo ao português falado no Brasil. Fazia-se necessário conhecer a natureza brasileira, para valorizá-la e protegê-la; pretendia-se criar vínculos mais sólidos entre as crianças (futuros cidadãos) e um sentimento cívico com base nas escolas.

No que diz respeito ao universo da produção de literatura infantil, Edgar Cavalheiro demonstrou, com clareza em seu trabalho, as lacunas existentes nos trabalhos publicados no início do século XX, apontando a existência de um público leitor insatisfeito com aquilo que lhe era oferecido, tal a estranheza com a linguagem e com o ambiente apresentado pelos autores estrangeiros.

A inadequação dos textos é assim apresentada por Cavalheiro:

²³¹ Júlia Lopes de Almeida, *Histórias da nossa terra, op. Cit.*, p. 172.

“As traduções portuguesas eram enfadonhas e carregavam um linguajar lusitano que por vezes impossibilitava a compreensão do texto por crianças brasileiras. Edgar Cavalheiro citando Afonso Schmidt dá a dimensão dessa situação:

‘ De noite, na mesa de jantar, à luz do lampião belga que pendia do teto, eram freqüentes estas conversas:

- Papai, que quer dizer palmatória?

- Palmatória é um instrumento de madeira com que antigamente os mestres-escola davam ‘bolos’ nas mãos das crianças vadias...

O pai botava os óculos, lia o trecho, depois explicava:

- Pelo assunto, neste caso, deve ser – castiçal. Parecido, não? Como um ovo com um espeto!

Minutos depois, a criança interrompia novamente a leitura.

- Papai, que é caçoula?

- Caçoula, que eu saiba, é uma vasilha de cobre, de prata ou de ouro, onde se queima incenso.

- Veja aqui na história. Não deve ser isso...

O pai botava os óculos de novo e lia, em voz alta: ‘O bicho de cozinha deitou água fervente na caçoula atestada de beldroegas, e asinha partiu na treita dos três mariolas [...]’. ²³²

Não podemos perder de vista que, em meio às preocupações legítimas de educação existentes entre os intelectuais, havia outra preocupação: a de que os livros

²³² Edgar Cavalheiro. *Monteiro Lobato. Vida e obra*. p. 145-146. Apud Patrícia Tavares Raffaini; *Pequenos poemas em prosa. Vestígios da leitura ficcional na infância, nas décadas de 30 e 40*. São Paulo. FFLCH- Doutorado em História. 2008. p. 39-40.

fossem adotados pelas escolas e vendidos em grande escala. Dessa forma, livreiros, editores e autores teriam motivos para comemorar a aceitação e recepção de seu empenho. Assim, alguns jornais do Rio de Janeiro, no ano de 1907, exploram, por diferentes razões, o lançamento do livro da escritora Júlia Lopes, *Histórias de nossa terra* (editado no Rio de Janeiro pela editora Francisco Alves, em 1907).

Três artigos foram publicados em diferentes jornais cariocas assim que se lançou o livro de Júlia. O primeiro foi escrito pelo próprio editor do livro, Francisco Alves, no jornal *Gazeta de Notícias*; o segundo, publicado no jornal *O Século*, e o terceiro, em *A Notícia*. Todos os jornais circulavam no Rio de Janeiro e nenhum deles escondia a simpatia pela autora ou pela obra, como veremos:

Gazeta de Notícias, 27 de maio de 1907, por Francisco Alves:

“-Dona Júlia Lopes de Almeida acaba de nos dar mais um livro do seu formoso e inigualável talento: Histórias de nossa terra.

A ilustre escritora já escreveu do sofrimento, do amor e das alegrias da vida em romances de estranho brilho, já deu desprendidamente conselhos às noivas, donas e donzelas.

Fala agora às crianças da sua terra, da sua pátria e todo o livro é uma longa e suave [ilegível no documento] capaz de convencer [...]”-.

Em 21 de maio de 1907, o jornal *O Século* publicou artigo escrito por Sílvia Marques.

“Aí está um livro modesto na sua aparência, de poucas páginas, sem citações indigestas, que vale, sob o ponto de vista da utilidade prática, por todos os tratados contendo, em afirmações dogmáticas (...)

Não se destina ao prazer dos sábios, mas à educação de crianças, à formação da inteligência e do coração dos que têm de preparar no futuro (o futuro como esperança é o sonho dos acordados) melhores dias ao Brasil e às suas instituições políticas, seriamente comprometidas pelo desamor e pela corrupção.

Tratando-se de um livro escrito expressamente para as escolas primárias, vazado no mais acrisolado patriotismo e obedecendo a todas as condições exigidas nesse gênero de literatura, a moral no fundo, a correção na fórmula e o escrúpulo na escolha dos assuntos, é de estranhar não viesse amparado por um parecer laudatório de algum conselho superior de instrução.

[...] Dona Júlia Lopes, escritora consagrada pelo seu próprio mérito, pensou em boa hora que, mesmo independente de acordo prévio com qualquer comissão investida de poderes para a outorga de privilégios de livros didáticos, valia a pena consagrar alguns momentos [...]. Em todos os temas que compõem o volume, há a lição de civismo, que é a moral coletiva, e o exemplo de abnegação pelo próximo, que é uma das moralidades, da moral individual”.

O jornal carioca, *A Notícia* teve seu artigo escrito por J. dos Santos, em 24 de maio do mesmo ano que os anteriores.

Histórias da nossa terra, por Júlia Lopes.

[...] “-Como a literatura escolar é mais rendosa, muitos se dedicam a ela só para fazer dinheiro, sem pensar, porém, que mais do que toda a outra, ela requer simultaneamente muita escolha de bons assuntos e muita escolha de bom estilo. Estilo claro, simples, acessível aos alunos, mas que ao mesmo tempo lhes possa servir de modelo. É isso que raramente possuem os fabricantes de livros escolares.

Felizmente, de quando em quando, algum homem de letras, de grande valor, pensa em suprir essa falta. Entre nós, Olavo Bilac e Coelho Neto têm publicado alguns volumes nesse gênero [...].”

Depois que o autor do artigo comenta que no exterior, grandes personalidades da literatura se dedicaram à tarefa de escrever para as crianças, vêm os elogios à obra de Júlia.

Os artigos nos diferentes jornais têm em comum a indicação da obra *Histórias de nossa terra*, mas é curioso que, no primeiro artigo, o de Francisco Alves, - “*pioneiro do livro didático no Brasil*”, segundo Afrânio Peixoto - e o editor da obra em questão, também deu ênfase às outras obras escritas pela escritora (*Livro das noivas e Donas e donzelas*), além de apresentar elogios ao seu último lançamento. Não que a autora não tenha méritos, mas a impressão que nos causa é que o editor não perdeu a oportunidade de elogiar a mais recente obra e propagandear as demais. Seu espírito comerciante e sensato foi anunciado da seguinte forma por Afrânio Peixoto:

*“Alves sentenciou um dos princípios de ética editorial. Todo homem inteligente tinha o direito a editar um livro. Sem êxito, não insistiria no segundo, pois negociante não queria nem forçar o público, nem falir; obtido o sucesso criara o autor, automaticamente, o direito a editar o segundo livro, e assim por diante”.*²³³

Quanto à produção de literatura infantil no Brasil, Marisa Lajolo e Regina Zilberman reforçaram nosso parecer quanto ao forte tino comercial de Francisco Alves:

“Tampouco os editores ficaram insensíveis ao novo filão que se abria para seus negócios, inevitavelmente magros num país de tantos analfabetos. Começaram a investir no setor infantil e escolar, a ponto de mais tarde Monteiro Lobato, procedendo

²³³ Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p.213.

*de forma semelhante à frente da Companhia Editora Nacional, justificar o segundo plano da literatura em suas publicações, invocando o precedente da tradicional Livraria e Editor Francisco Alves”.*²³⁴

Durante muitos anos, Júlia teve suas obras editadas por Francisco Alves,²³⁵ sendo que o editor seguia os conselhos de seu amigo, Teófilo das Neves Leão, uma das maiores autoridades da época em educação, e secretário da Educação na gestão de Prudente de Moraes.²³⁶ Em seu primeiro passo como editor, Francisco Alves, que tinha talento comercial, mas não tinha verba suficiente para montar o negócio, em momentos difíceis, teve a colaboração e o incentivo de escritores que se cotizaram para abrir a editora. Em suas relações mais próximas, encontravam-se Teófilo das Neves, Sylvio Romero, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Afrânio Peixoto, Olavo Bilac, José Veríssimo, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Olavo Freire e a romancista Júlia, que já tinha obras publicadas por outras editoras, mas que, por sua diligência e dedicação, era uma de suas autoras prediletas.²³⁷

Compreende-se que os intelectuais tinham clareza de que os editores e livreiros eram fundamentais como divulgadores e distribuidores de suas respectivas obras, e Alves entrou no circuito como intermediário e amigo confiável em sua área. Talvez por reconhecimento aos intelectuais, em 1917, Francisco Alves deixou em seu testamento parte de sua fortuna para a Academia Brasileira de Letras sob a forma de premiações.

²³⁴ Marisa Lajolo, Regina Zilberman. *Literatura infantil brasileira; história e histórias*, p. 29.

²³⁵ Segundo Hallewell, a história editorial de Júlia Lopes, uma importante romancista da época, não deixa de ser típica. Seus *Contos infantis* (1886) e *Viúva Simões* (1897) foram ambos publicados em Lisboa. A Garnier publicou *Ánsia eterna*, em 1902, mas *A intrusa* (1908), *Eles e elas* (1910) e *Correio da roça* (1913) saíram pela Alves, que continuou a reeditar suas obras anteriores até a terceira edição de *Amor cruel*, em 1928, apesar de Leite Ribeiro ter publicado *A isca* (1922). In: Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p.221.

²³⁶ Laurence Hallewell. *Op. Cit.*, p, 209.

²³⁷ *Idem.*, *Ibidem.*, p, 214.

*“Sem herdeiros necessários, ele desejava dar destino útil aos seus bens; consultando a esse respeito o advogado da firma, que era o acadêmico Rodrigo Otávio, este o aconselhou a constituir um fundo para que, com as rendas, a Academia Brasileira distribuísse prêmios que estimulassem o desenvolvimento das letras nacionais.”*²³⁸

No artigo escrito por Silvia Marques no jornal *O Século*, ao mesmo tempo em que a jornalista exaltava as qualidades cívicas e nacionalistas do livro, realizava um desabafo quanto aos descaminhos educacionais e políticos no Brasil. A jornalista demonstrava, ao longo de seu artigo, que a saída para o país estava na educação, e Júlia pactuaria com a mesma idéia na escolha dos temas, educando as crianças para que estas se importassem com o Brasil, característica que os intelectuais não reconheciam em seus políticos contemporâneos.

Em meio aos intelectuais que pensavam a educação no Brasil da virada do século, José Veríssimo acentuava o coro dos descontentes, expressando sua crença acerca dos livros nacionais:

*“Um material escolar não só feito por brasileiros, o que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”.*²³⁹

Veríssimo vem encorpar o grupo daqueles intelectuais que acreditavam que, pela educação dar-se-ia uma regeneração do Brasil, e as crianças representavam a possibilidade de uma sociedade ainda sem vícios ou vínculos com aquilo que se pretendia ultrapassar. No entanto, seria necessário, para Veríssimo, que os autores dos livros infantis descrevessem as paisagens, fauna e flora brasileiras; relatassem os

²³⁸ Wilson Martins. *Op. Cit.*, p. 253.

²³⁹ José Veríssimo. *A educação nacional*, p.6.

costumes regionais, atentando para as suas diferenças e indicando que este era nosso diferencial: éramos constituídos por distintas expressões e comportamentos e todos faziam parte da mesma nação.

O artigo de J. dos Santos no jornal *A Notícia* tem aspectos interessantes. Primeiramente, criticou a ambição dos editores de desejarem ganhar dinheiro sem qualquer preocupação com as necessidades educacionais e pedagógicas apontadas pelos intelectuais em revistas, livros e artigos de jornais. Aparentemente, apenas os editores de livros eram desonestos, insensíveis à formação da criança brasileira, distribuindo livros escolares sem qualquer critério, partindo do princípio de que o que existia era o suficiente. Faz-se necessário recorrer mais uma vez a Patrícia Raffaini:

“Muitos livros têm sua primeira edição somente como um livro de contos ou de poesias voltados à infância, para, em segundas edições, serem recomendados como livros de leitura para algumas séries específicas do ensino primário. Provavelmente os autores escreviam um livro já pensando em sua comercialização voltada para a escola, mas só aparece impresso com a referida recomendação a partir da sua segunda edição. Podemos imaginar que uma recomendação oficial para o uso didático deveria elevar as tiragens de determinado livro, fazendo com que o autor vendesse seus direitos por quantias maiores que as convencionais”.²⁴⁰

Santos apontou como positiva a produção dos escritores que enxergavam, em suas obras, as necessidades históricas e contemporâneas brasileiras. Por isso, Santos elogiava Olavo Bilac e Coelho Neto, com os *Contos pátrios* (1904), e Júlia com *Histórias de minha terra*, dada a linguagem, temas e simplicidade de abordagem, em oposição à literatura produzida anteriormente, de linguagem nefasta, exaustiva e pouco patriótica.

²⁴⁰ Patrícia Tavares Raffaini. *Pequenos poemas em prosa, vestígios da leitura ficcional na infância, nas décadas de 30 a 40*, p. 45.

Contudo o articulista do jornal *A Notícia* em nenhum momento responsabilizou ou indicou o desejo dos escritores no passado - ou em seu presente almejem ganhar mais. Ora, se o livro escrito para o público infantil fosse bem recomendado, vimos que havia possibilidade de ele ser adotado nas escolas. Acreditamos que esse fato muito provavelmente agradasse aos intelectuais. Se a hipótese for válida, podemos entender melhor os esforços empreendidos e os interesses implicados entre autores e editores.

Além dos elogios do editor Francisco Alves e de escritores contemporâneos a Júlia, o empenho de seu marido Filinto de Almeida, que pertencia à Academia Brasileira de Letras, tem de ser considerado. Filinto de Almeida fazia parte do grupo de intelectuais “bem assentados”. Dividia sociedade da revista literária *A Semana* (1880-90) com Valentim Magalhães e partilhava das reuniões promovidas por José Veríssimo (proprietário d’*A Revista Brasileira*) e Lúcio Mendonça. Filinto comparecia ainda às reuniões com intelectuais de relevância no meio, como: Coelho Neto, Olavo Bilac, Afonso Celso, Taunay, Machado de Assis, para discutir, à época, a possibilidade de constituir uma academia de letras no Brasil.²⁴¹

Alcançado o objetivo, quando formada a Academia de Letras, cujos nomes foram indicados pela República, constava o nome de Filinto de Almeida figurando entre aqueles escritores considerados mais representativos de nossa produção literária.

Alessandra El Far, que explora as entranhas da Academia de Letras em sua formação, sinalizou:

“um grupo específico de homens de letras constituiu e usufruiu os símbolos da imortalidade e da tradição literária, no viés institucional, para conferir aos seus

²⁴¹ Alessandra El Far. *A encenação da imortalidade*, p.15.

*integrantes o reconhecimento social e a legitimidade de seus projetos no amplo processo de formação da nacionalidade brasileira”.*²⁴²

Uma vez que foi vedada a entrada de Júlia Lopes na Academia de Letras, a autora se beneficiou indiretamente dos prestígios que esta conferia aos seus membros. O reconhecimento agregado aos intelectuais que ocupavam as cadeiras acadêmicas abria-lhes caminhos junto às instituições governamentais, ampliando suas perspectivas de atuação.

A obra *História de minha terra* de Júlia Lopes foi elaborada para crianças de idade escolar, e seu conteúdo reforçava aspectos morais e civis atendendo predominantemente as necessidades que os intelectuais acreditavam ser relevantes para a formação dos jovens estudantes brasileiros. Estruturada como se fosse um diário, em que uma criança se passa por narrador e protagonista das histórias, a criança/aluno contará o sentimento de gratidão que tem pela família, pela escola e pelo país em que vive. O primeiro capítulo é uma descrição da *bandeira brasileira*; o seguinte trata sobre a *Nossa língua*, mais adiante, sobre o *Amor da pátria*; em seguida, *Depois da batalha*, *Coragem*, *A fábrica*, *República*, *O avô* e em cada um desses capítulos há *cartas* numeradas, assemelhando-se a um diário infantil.

Quando J. dos Santos comenta a simplicidade com que as situações são apresentadas ao público infantil pela autora, possivelmente estava se referindo ao recurso escolhido por Júlia Lopes: o de uma criança conversar com outra. A identificação do leitor com o narrador parece criar cumplicidade e aproximação entre ambos, conforme veremos a seguir, na carta VI:

“-Minha irmã.

²⁴² *Idem., Ibidem.*, p. 17

Aracaju, 13 de maio, à noite.

A nossa professora disse ontem que nos esperaria hoje ao meio-dia na escola, para levar-nos a um passeio no campo [...]

Antes de sairmos, a professora, ordenando silêncio, perguntou:

- Sabem qual é o acontecimento que celebramos hoje?

Mais de uma voz respondeu alto: A redenção dos cativos!

*- Isso mesmo. É em regozijo desta data gloriosa que levo hoje a gozar da liberdade do campo.”- [...]*²⁴³

A propósito do emprego do uso da carta em uma obra dirigida para o público infantil, cumpre assinalar que a autora valorizava, em seu texto, a espontaneidade da escrita infantil, criando diálogos curtos e objetivos; validando aspectos da história nacional, reforçando os princípios da República e da condição humana por meio de uma moral civilizadora.

Embora, a prática dos intelectuais elogiarem-se mutuamente em discursos, ou em artigos de jornais, bem como, a Academia de Letras Brasileira abrir acessos aos poderes institucionais configurando o prestígio de seus integrantes, nos instiga a legitimidade que o livro *História de nossa terra* teve junto ao público de leitores de Júlia. Fica como problema a ser resolvido, pois o livro foi adotado pelas escolas públicas brasileiras e reeditado desde 1907 a 1930. Contudo, o livro veio atender as preocupações acerca dos valores, conteúdos e linguagem debatidas no período e suas reedições, em tão extenso tempo, poderia significar que a obra constituía afinidade junto ao seu jovem público leitor.

²⁴³ Júlia Lopes de Almeida. *Histórias de minha terra*, p.163.

4.2. Conhecer o idioma para pertencer ao Brasil.

Por sua vez, aqueles intelectuais que buscavam em nosso passado as heranças genéticas ou a gênese de nossa identidade nacional, entendendo que a soma das diferenças regionais constituía nossa nação, assimilaram às diferentes formas de se expressar no Brasil e aderiram a elas, utilizando expressões regionais como meio de firmar as raízes de nosso pluralismo cultural, distinguindo assim o Brasil de outras nações.

Júlia identificava-se com o grupo de intelectuais que acreditavam na aderência das expressões idiomáticas e culturais. Em romances e contos, a escritora recorria às expressões empregadas por negros, em aldeias de pescadores, como por exemplo, ocorre em *Cruel Amor* ou, ainda, pesquisava expressões utilizadas pelos ciganos como vimos em *A casa verde*, inserindo-as ao longo de algumas narrativas. Ao final do livro, o leitor encontrava uma lista de expressões que equivaliam ao português.

No entanto, Júlia partilhava da idéia de que, enquanto as crianças estivessem em fase de alfabetização, não deveriam ter acesso a livros que contivessem expressões ou palavras pertencentes à língua portuguesa informal.

Em seu livro de contos “*Histórias da nossa terra*”, a escritora dedicou o conto “Nossa língua” especialmente à língua portuguesa, conferindo ao trabalho conotação patriótica. A narração do conto se dava por um adulto, que lembrava um dia especial na escola. No interior de uma sala de aula repleta de crianças, um senhor distinto e idoso que em outros tempos fora professor, ao término da aula, voltou-se para as crianças e, dirigindo-lhes a palavra, fez uma defesa da língua portuguesa. O narrador então repete aquela frase que gravou em sua memória na infância:

“Falar bem a própria língua, não é uma prenda, é um dever!”²⁴⁴

Júlia não fez apenas uma defesa da língua como meio de expressão mas, como em outros contos da mesma obra, afirma, por meio do uso do idioma, o nacionalismo e o sentimento patriótico. A criança em formação era um reduto de crenças para a autora, que acreditava ser sadio o meio que dirigia o conhecimento em “condições ideais”, sem erros, sem vícios e abundante em exemplos virtuosos.

Quanto aos adultos, esses, em tese, já teriam passado pelo processo escolar. Sendo assim, teriam mais discernimento, e seus valores estariam mais sólidos, da mesma forma que seu vocabulário. Partindo dessa premissa, as diferentes expressões e palavras estrangeiras, ou “amalgamadas”, poderiam ser utilizadas até mesmo como meio de diferenciar personagens e regiões.

No romance *A casa verde*, por exemplo, a tutora de Mary, Mme. Girad, empregava constantemente expressões em Frances; -“ *Je pense aux choses qui sont mortes...*”; uma anarquista se anunciava pelo idioma italiano: “*ammazzatti! Patroni!*”; os ciganos terão uma página dedicada ao seu vocabulário: *cair* = comer, *bengue* = demônio, espírito mau, *calin* = cigana.

A linguagem trazia em si um entrelaçamento de tempos e de culturas. Além das expressões africanas, havia na *Belle Époque* as expressões dos imigrantes espanhóis, italianos, franceses, ingleses, orientais e aqueles de origens árabes. Nosso idioma era uma babel em expressões culturais, de sociabilidade eclética. A manifestação espontânea de nossa diversidade lingüística era a maior evidência da pluralidade e diversidade existente no Brasil. Os intelectuais dividiam-se em grupos distintos, e seus pontos de vistas correspondiam, muitas vezes, a suas práticas e inserções das respectivas produções sociais e culturais. Para alguns, não lhes faltava repertório;

²⁴⁴ *Idem., Ibidem.*, p, 14.

carecia- lhes romper com a estrutura mental que os formou, pois ela era o maior entrave para adquirir uma sintonia mais fina com aquilo que lhes causava estranheza e que, ao mesmo tempo, era-lhes fugidio.

Outro grupo de escritores freqüentava bares, caracterizados por uma vida tomada pela boêmia, muitas vezes marcada pela precariedade financeira apesar dos talentos existentes. A rotina marcada pelo teatro de revista, propagandas, jornais produzia textos de gênero humorístico, cuja escrita era, sobretudo, menos formal. Apesar do mal-estar que se sentia com as incoerências da República, esse grupo de intelectuais enfrentava a adversidade com, instrumentalizando-se da paródia como meio de representar e expor a história brasileira, conseguindo por vezes adentrar os momentos mais fugazes de seu tempo.

A despeito de suas obras, Júlia não se utilizava de expressões tidas como “incorretas” para o público infantil, estabelecendo que as crianças teriam que aprender, primeiramente, a escrever na norma tida como correta. Por isso, escolhia com cuidado o vocabulário, os conteúdos cívicos e incentivava o respeito aos mais carentes. Nas obras dirigidas ao seu público adulto, entretanto, a autora se permitia escrever tal e qual as pessoas ouviam e falavam nas ruas do Rio de Janeiro, eram os *nhôs-nhôs* e as *nhá-nhás* sonoros, em meio ao *zum-zum-zum* da cidade.

Com base nas palavras de Erich Auerbach,²⁴⁵ também refletimos sobre a diferença que se verifica entre a linguagem falada e a escrita, mas sob outra perspectiva: a linguagem escrita também possui uma sinuosidade própria, que pode ser empregada como meio de alcançar os leitores:

“Numa carta familiar, o estilo se aproxima por vezes da linguagem falada; no momento em que se escreve a estranhos e, sobretudo, quando se escreve para o público,

²⁴⁵ E. Auerbach, *Introdução aos estudos literários*, p. 45.

a diferença se torna muito mais acentuada. A escolha das expressões é mais cuidada, a sintaxe mais completa e mais lógica; as locuções familiares, as formas abreviadas espontâneas e afetivas, que abundam na conversação, tornam-se raras; tudo aquilo que a entonação, a expressão do rosto e os gestos dão a compreender quando se fala e se escuta, o texto escrito deve completar por via da precisão e da coerência do estilo.”²⁴⁶

O meio escrito exigia uma postura distinta da narrativa organizada pela oralidade, muito mais difundida no Brasil, dado o alto número de analfabetos. Mas, utilizar na escrita as diferentes expressões populares traria também à nossa literatura a aproximação do erudito ao popular. Entretanto, a apropriação do que vinha a ser popular pelo erudito seria uma forma de conversão cultural e, no aspecto político, uma aproximação do que vinha a ser nacional.²⁴⁷

Para além do engrandecimento idiomático e literário, o texto escrito exigiria um entendimento diferenciado e complexo em relação à estrutura da língua falada, dadas as possibilidades que a entonação de voz e os gestos somam à compreensão ou entendimento do comunicado. O escritor exigia uma sofisticação maior de seu leitor, como o que era certo e errado; a ortografia, o significado das palavras tentavam tornar natural a leitura e estabelecer, pela palavra escrita, a fixação da palavra oral.²⁴⁸

No romance *Cruel amor* (1911), Júlia criou personagens pescadores. No vilarejo em que se passa a trama, a população tinha origens humildes, sendo que havia apenas

²⁴⁶ *Idem., Ibidem.*, p.48.

²⁴⁷ Os romances de Júlia Lopes, *Amor Cruel*(1926), *A Intrusa* (1908) e *Memórias de Marta* (1899),fazem forte referência à importância de ler, disseminando a idéia de que a inserção no mundo social dar-se-ia pela sensibilização do conhecimento formal. Em especial no romance *Amor Cruel*, a autora utilizou expressões populares, linguajar simples, de acordo com seus principais protagonistas, de uma vila de pescadores,. Mas a mesma estratégia não é empregada em contos infantis, dada a sua crença na necessidade do uso correto da linguagem ao longo da alfabetização da criança.

²⁴⁸ Vejo como importante acrescentar a obra de Maria de Lourdes Eleutério, *Vidas de romances. As mulheres e o exercício de ler e escrever* e a obra *A formação da leitura no Brasil*, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman. Norma Telles, *Escritoras, escritas, escrituras*. In: *História das mulheres no Brasil*, pois as obras apresentam o esforço para a alfabetização, significado e representação da escrita no Brasil e trata da dificuldade da sobrevivência dos intelectuais, homens e mulheres.

um poeta, imaginoso e romântico. Culto, o que se constatava pelo uso formal da linguagem, a personagem fazia um contraponto com a população local quanto à forma de se expressar. A autora cria situações em que o poema do singular personagem escritor é musicado pelos pescadores e cantado pela voz pura de uma mulher da vila; o poema musicado revelava a essência do espírito daquelas pessoas do vilarejo, daqueles que genuinamente pertenciam à terra.

O poema, em norma culta, era transformado pela sonorização da música em linguagem oral. A escrita de Júlia foi o meio pelo qual o leitor tomou contato com os recursos da linguagem escrita formal, comunicando-se com ambos os universos, tomando contato com a diversidade da língua portuguesa e com as múltiplas identidades existentes na cultura brasileira.

No entanto, a vila dos pescadores passa por ameaças. Barcos equipados com redes maiores, mais fortes, ameaçam a profissão artesanal daqueles que ainda teciam suas redes e conheciam caprichos, mistérios e ameaças da pescaria. A norma culta significaria uma apropriação da cultura popular, manteria a tradição pelo registro escrito, e não necessariamente a subtração da tradição pelo moderno.

Em meados do século XIX, mais um país se alinhou ao quadro da população alfabetizada, superando até mesmo alguns países europeus. Nos Estados Unidos, 90% da população branca era alfabetizada e os leitores de livros, jornais e revistas já superavam o britânico.²⁴⁹ No Brasil, seria apenas na segunda metade do século XIX que ocorreria um aumento do público leitor. Mesmo assim, não existia uma política de alfabetização, o que, aliás, era fonte de constante preocupação para os escritores e editores nacionais.

²⁴⁹ Hélio Seixas Guimarães. *Os leitores de Machado de Assis*, p.64.

Segundo Ana Luiza Martins, na passagem do século XIX para o XX, novos números quanto ao quadro de leitores existentes no final do Império foram registrados. Houve um lento, mas gradual crescimento de leitores devido a um número maior de mulheres que se alfabetizaram.

*“Confirmando tendência já registrada nas últimas décadas do Império, a mulher leitora constituía maioria, pois para cada grupo de mil mulheres o número de alfabetizadas mais que dobrou entre 1872 e 1920, enquanto que, para o sexo oposto, o mesmo indicador viu-se multiplicado, tão somente, por 1,7”.*²⁵⁰

No entanto, segundo Hélio Seixas, mesmo os escritores mais consagrados, como José de Alencar e Machado de Assis, tinham dificuldade de difundir suas obras.

*“[...] não era apenas o gênero que mimetizava de maneira apologética ou crítica os mecanismos de funcionamento do liberalismo econômico e da sociedade burguesa. Surgindo em países que viviam intensos processos de urbanização e alfabetização, o romance era também uma forma literária dirigida para o público burguês, condição da sua existência, sobrevivência e também o seu fim”.*²⁵¹

Quem eram os editores e os leitores destes consagrados escritores? Hélio Seixas aponta que os escritores se encontravam em difícil situação devido ao restrito público leitor apresentado como o *público burguês*. E os editores, quem eram eles? Autores de peso equivalente a escritores como Machado de Assis e José de Alencar geralmente tinham suas obras publicadas pelo editor Garnier ou Francisco Alves. Como eram editadas as obras por Garnier, onde ficava a livraria? Para responder a essas questões, recorreremos à pesquisa de Alessandra El Far, realizada em catálogos, atas, correspondências, anúncios de jornais e literatura produzida na época pelos próprios

²⁵⁰ Ana Luiza Martins. *Revistas em revista*, indicando dados pesquisados por Ana Maria Infantsi., p. 200.

²⁵¹ Hélio Seixas Guimarães. *Op. Cit.*, p.63

escritores. Alessandra apresenta dados relevantes para compreender o comércio de livros no Rio de Janeiro, na vidade do século XIX e XX.

A autora indica que a localização da livraria era um diferencial para a sua comercialização. As livrarias e comércios que se localizavam no centro da cidade como, por exemplo, na Rua do Ouvidor e adjacências, faziam parte de um comércio de luxo. As lojas do centro eram freqüentadas por um público mais abastado, que apreciava o comércio bem ornado e organizado e, passeando por esse local, aqueles que gostariam de comprar um livro diferenciado, pela qualidade de impressão ou pelo autor, poderia entrar na livraria de Garnier ou na Francisco Alves.

Os livros editados por Garnier, Laemmert ou Alves, dependendo do autor e sua aceitação pelo público leitor, teria uma edição e divulgação diferenciadas. Com capas bem acabadas ou mesmo mais luxuosas, as obras de Júlia Lopes, *O Livro das Noivas* e *Donas e Donzelas*, foram editadas pela gráfica de Francisco Alves, que tinha uma prática muito semelhante à de Garnier, atraindo os bolsos mais endinheirados.

*“Com perspicácia, Garnier ofereceu aos nossos literatos o nome da famosa livraria francesa de seu irmão, mas, em contrapartida, limitou seus prelos àqueles que contavam com uma reputação já garantida, criando, dessa maneira, um circuito de promoção de dupla via, ou seja, por um lado os escritores alcançavam um considerável prestígio por contar com o mesmo selo da Garnier de Paris; por outro lado, ao editar os ícones das letras nacionais, Garnier trazia para si o requinte e o bom gosto pertencentes a um grupo seletivo de intelectuais”.*²⁵²

Na obra *“Páginas de sensação”*, Alessandra El Far sustenta que o comércio de livros não se dava apenas no centro, mas nas proximidades do centro e em bairros mais distantes. O comércio livreiro, de acordo com Alessandra, era instável: as lojas abriam e

²⁵² Alessandra El Far. *Páginas de sensação*, p. 39.

fechavam, alternando seus endereços em um curto espaço de tempo. Não eram espaços luxuosos; ao contrário, eram lugares simples, que concorriam com os sebos e banquinhas de obras empoadas por ficarem ao céu aberto. Poder-se-iam encontrar obras empilhadas pelo chão, cadeiras, mesas e estantes; se encontravam-se obras dos mais diferentes gêneros inclusive aquelas de teor erótico ou pornográfico, não recomendadas “às mulheres de boa família”.

Nesses lugares mais afastados, de ruas mais estreitas, os livros também eram mais barato, o papel de má qualidade. Tinham suas encadernações ou brochuras mais simples, de edições muitas vezes descuidadas. Nos sebos eram vendidos livros usados por preços acessíveis. Os vendedores se utilizavam de artifícios para atrair seus leitores como bordões e promoções de coleções ou de revistas. Dada a localização desses pontos de vendas de livros, os leitores sentiam-se mais à vontade, por conseguirem preservar um pequeno anonimato para a compra de obras de baixa qualidade literária ou tidas como proibidas.

Em *Alma encantadora das ruas*, de João do Rio, a estratégia utilizada para vender livros usados por ambulantes ou bancas tinha sua semelhança com a utilizada pelos pequenos livreiros e sebistas. Eram estrangeiros analfabetos, ou com algum conhecimento da leitura, ex-escravos, brasileiros desempregados que, com suas vendas, conseguiam alguma renda. João do Rio os apresenta:

“Há os alegres, um turbilhão deles, que apregoam dois dias na semana para descansar os outros cinco [...] Cada sujeito desses pode passar a vida bem. As livrarias vendem baratíssimo os livrescos procurados. Em cada um, os vendedores ganham, no mínimo, seiscentos por cento. [...] Daí, todo dia aumentar o número de camelôs de

livros, vir começando a formar-se essa próspera profissão da miséria que todas as cidades têm [...]”²⁵³

Alessandra procurou apontar que, no Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República, ocorreu um aumento de produção editorial diversificada e significativa. Houve uma expansão do público leitor cujos gostos também se diversificaram para diferentes gráficas, tipografias, livrarias ou sebos. Além de uma variedade literária para todos os gostos, também havia livros para todos os bolsos.

4.3. Escrevendo para mulheres virtuosas

O amor se configurava em proteção à família, e proteger os seus, em primeira instância, significava cuidados com a saúde. Exigiam-se das mulheres atitudes cautelosas com a higiene nos alimentos, nas roupas, na escolha das panelas, empregados, lavatórios; higiene pessoal e perseverança na manutenção de tais hábitos. As orientações de Dona Júlia estavam nos romances, mas também foram especialmente dirigidos para as futuras mães, noivas, donas e donzelas.

Na primeira página do primeiro número da revista *A Mensageira*, de 1897, Júlia escreve:

“A mulher brasileira conhece que pode querer mais do que até aqui tem querido; que pode fazer mais que do que até aqui tem feito. [...] Os povos mais fortes, mais práticos, mais ativos e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objeto de ornamento”.

²⁵³ João do Rio. *A alma encantadora das ruas*, p. 139.

Em 1896, portanto, um ano antes do artigo publicado na revista *A Mensageira*, o *Livro das Noivas*²⁵⁴ já havia sido lançado no mercado de livros. Era uma obra singular, voltada exclusivamente para o que se imaginava ser o gosto feminino. O livro era encapado com tecido acetinado em tom azul claro, tinha ainda um lírio branco contornado de dourado e, com a mesma cor, era escrito o título e o nome da autora. Com frequência, encontravam-se, na primeira página da obra, dedicatórias direcionando o livro como presente para uma futura noiva e, no final, liam-se no sumário os temas eleitos pela autora como fundamentais às noivas ou ao público-alvo. O volume era dividido em três partes. A primeira tratava de assuntos como: o dia do casamento, saber ser pobre, a roupa branca, a poesia da vida, os doentes, os livros, belas artes, concessões para a felicidade, os bailes, as jóias, os pobres, falta de tempo e carta a uma noiva; a segunda parte tratava de temas mais específicos: a ordem da casa como: a mesa, a cozinha, os animais, os criados, notas de uma *ménagère*, floricultura, horticultura e sala de visita. A terceira parte era de aconselhamentos como redigir uma carta, ser mãe, entre dois berços, as crianças, educação, carinhosa hospitalidade e carta de uma sogra.

No *Livro das Noivas*, cada tema tinha uma ilustração e assim Júlia procurava escolher diferentes formas de cativar e atingir a sua *amiga* leitora. Quando escrevia, utilizava-se de formas sóbrias, cautelosas e acolhedoras, com a intenção de abrir um diálogo; com a atmosfera confidencial e íntima, procurava despertar sensações em sua leitora para manter o clima de privacidade.

O formato de carta era o recurso privilegiado da escritora. O aconselhamento destacava a relevância do bom senso intermediado pela educação, pelo moral e civismo. Para a escritora, a noiva tinha que exercer um papel aglutinador. Valorizava a inteligência das mulheres, incentivando-as a não exercer uma função ornamental, a

²⁵⁴ A primeira edição do *Livro das Noivas* foi impressa em 1896 e a terceira edição, foi feita em 1914, no Rio de Janeiro, orquestrado por Francisco Alves.

compreender que seu papel era fundamental para a constituição de algo novo no seio da educação familiar. Assim, em um dos capítulos do *Livro das Noivas*, a autora lamenta o fato de as mulheres brasileiras se restringirem apenas à leitura de folhetins e não valorizarem os escritores nacionais nem saberem encadear uma conversa acerca de uma boa literatura. A justificativa para tamanha ignorância estava no fato de os pais no passado proibirem suas filhas de ler livros, até dos bons autores, impedindo dessa forma que essas soubessem escolher.

Júlia apresenta a relevância de uma boa leitura, indicando alguns autores:

“O livro é um amigo; nele temos exemplos e conselhos, nele um espelho onde tanto as nossas virtudes como nossos erros se refletem. Repudiá-lo seria loucura; escolhê-lo é sensato.

A estante de uma mulher de espírito e de coração, isto é, de uma mulher habilitada a aprender a conservar o que leu; que saber que isto a instrui, a torna apta para dirigir a educação de seus filhos, dando-lhe superioridade e largueza de vistas; a estante de uma mulher inteligente e cuidadosa, que ama seus livros, não como um mero adorno de gabinete, mas como a uns mestres sempre consoladores e sempre justos, essa estante é um altar aonde o seu pensamento vai, cheio de fé, pedir amparo numa hora de desalento, e conselho num momento de dúvida.”

Em seguida a escritora recomenda os escritores a serem lidos e necessários em uma biblioteca: *“Michelet, Spencer, Edgard Quinet, Dr. Garnier”*, e termina o parágrafo: *“Vamos minhas amigas, comecemos a ler, mas com cuidado”*.²⁵⁵

Além de orientar as leitoras quanto às necessidades domésticas, o *Livro das Noivas* pretendia situar mais especificamente as atribuições educativas e formativas que

²⁵⁵ Júlia Lopes de Almeida. *Livro das Noivas*, p. 37.

a mulher tinha dentro de sua família, incentivando a necessidade de desenvolver o conhecimento e se educar pela leitura.

“A nossa desgraça está, portanto em que o elemento decorativo continua a predominar quer se trate do adorno do corpo, quer das conquistas do espírito!

Sem consultar vocações nem vontades, exige-se, em geral, que todas as moças toquem piano, cantem, saibam fazer sala em francês...

Não nos passa pela idéia que uma senhora se possa dedicar a um estudo sério e poderoso, no doce recolhimento do seu gabinete, com o mero intuito de transmitir um dia aos filhos as suas observações e os seus trabalhos, dando-lhes uma educação despreziosa e sólida.

Isso é que nos parece ridículo! Uma mulher interessada por botânica! Uma mulher dada ao estudo das línguas, da matemática, da física ou da história natural!”

256

Qual seria a necessidade de escrever um livro para mulheres que tivessem que cuidar de sua casa, filhos, maridos e jardins? As mulheres já não recebiam tais instruções dentro de suas casas por meio de suas mães, irmãs ou tias? As atividades da casa não eram dadas como naturais dentro da educação tradicional? As mulheres estariam mudando suas atitudes no final do século XIX? Por que instruir-se pelos livros? O crescimento das cidades, acompanhado por uma onda de novidades, inclusive ler, convocava a mulher para os novos tempos; para a escritora, a alfabetização parecia se integrar à visão de progresso. Ou seja, a percepção de uma nova configuração da mulher também passava pela aquisição da leitura, metamorfoseando-se como o conjunto da sociedade com a finalidade de construir um futuro melhor.

²⁵⁶ Júlia Lopes. *Op. Cit.*, p. 202.

Segundo a obra *Perfil da mulher brasileira*²⁵⁷ de Antonio Austregésilo, médico e membro da Academia de Letras,

“a mulher contemporânea brasileira tem aflorado à tona do nosso progresso [...], quer na literatura, ciência, nas artes, como na música, pintura, escultura etc... e, sobretudo no magistério, em que se notam verdadeiras revelações pedagógicas”.²⁵⁸

A leitura entraria para a norma do comportamento da mulher da *Belle Époque*. Instruir-se e dominar o curto tempo em meio às ofertas de uma vida urbana orientaria as leitoras nas novidades apresentadas pela modernidade. Não apenas uma nova mulher surgia, mas uma nova configuração de família se fazia presente. Júlia, ao longo de seus conselhos, não perdia de vista que a família era um elemento fundamental para a sociedade, se solidamente constituída no presente. O futuro, em correspondência aos projetos anteriormente estabelecidos, seria profícuo.

Com a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, seu adensamento populacional, a dinamização das relações sociais, culturais e econômicas, foram abertas diferentes perspectivas de ocupação dos espaços públicos e privados. A vida social tornava-se atraente nos salões de festas, bailes, jôquei clube, passeios pelos bulevares, teatros, praças e parques.

Apesar de as mulheres ainda não saírem sozinhas às ruas, era possível vê-las, fosse ao lado de sua sogra, da mãe, do irmão, ou de um parente mais velho; de acordo com a cultura vigente, era recorrente as moças se casarem cedo,

“[...] arranjava casamento em Petrópolis, onde passava elegantemente o verão. Era assinante do Lyrico, habituée do cassino Fluminense, do Colomby Club, do Parque

²⁵⁷ Antonio Austregésilo Lima. *Perfil da mulher brasileira*. p. 36.

²⁵⁸ *Idem., Ibidem.*, p. 38.

*Fluminense [...] Não perdia espetáculos de companhias francesas, espanholas, italianas, inglesas ou alemãs”.*²⁵⁹

Ampliavam-se as possibilidades de novas convivências, experiências e encontros, sendo que a vaidade feminina era abastecida ou incrementada por cabeleireiros, costureiras, chapeleiros e modistas. Portanto, ficar em casa poderia significar uma renúncia à atração que a vida urbana exercia sobre seus cidadãos, especialmente as mulheres. A pergunta que se fazia era: em prol do quê as mulheres tinham que renunciar às atrações da vida pública, uma vez que no passado foram mantidas nos interiores dos lares?

Júlia parece ter captado uma defasagem entre a mulher e os novos tempos. Sua obra forneceria indícios quanto ao que se haveria de fazer para atualizar a mulher em face de sua contemporaneidade. Mas nos perguntamos: para qual mulher Júlia se dirigia? A escritora escrevia para jornais, revistas e publicava livros, mas nem todas as mulheres tinham o mesmo interesse ou possibilidade de leitura, ora devido ao índice de analfabetismo, ora devido à pouca familiaridade com o conhecimento letrado uma vez que, no passado recente, não se incentivava a leitura à maioria das mulheres nem mesmo existiam recursos financeiros para a aquisição de livros. Portanto, qual o perfil de mulher era atingido pela escrita de Júlia? Primeiramente, compartilhando do ponto de vista de Susan Besse, registre-se que:

“nas classes médias urbanas, as famílias começaram a encarar a educação feminina (pelo menos até a escola secundária) como essencial para o preparo das filhas para enfrentar as novas contingências econômicas da vida. Como a expansão da economia urbana deslocava gradativamente a produção do lar para o mercado, as

²⁵⁹ Luiz Edmundo. *Op. Cit.*, p. 336.

*famílias precisavam de dinheiro para comprar bens e serviços que tradicionalmente haviam sido fornecidos pelos membros femininos da casa”.*²⁶⁰

Todavia, verificamos que apenas uma pequena parcela das mulheres tinha acesso aos clubes, teatros, jôquei, costureiras de *mesdames*, ou numerosos bens de consumo, pois tais locais eram frequentados por famílias mais abonadas, cujos recursos permitiam ter um lazer, educação e outros cuidados diferenciados. Não era o caso da maioria da população feminina na passagem dos séculos XIX e XX.

No entanto, se, mesmo de uma forma tímida, houve crescimento e estímulo para a educação da classe média urbana em meio a uma inflação, o conteúdo estabelecido nos romances e alguns contos de Júlia vinham na direção de auxiliar na economia doméstica, compreendendo que educar não significava necessariamente emancipar-se, mas estabelecer uma dinâmica de colaboração mútua e ativa dentro da família.

Temos como hipótese que o público-alvo de Júlia era a mulher urbana que valorizava de alguma forma as atividades domésticas, de formação católica, zelava pela sua família e estava aberta às modificações. Essas mulheres supostamente pertenciam a um segmento intermediário social, mas suas origens poderiam ser as de uma elite empobrecida, ou ainda, poderiam ser mulheres oriundas de segmentos pobres que conseguiram sair de sua pobreza dadas as novas contingências econômicas modernas.

No entanto, ainda eram mulheres que mantinham hábitos que não atendiam ao seu presente, pois não bastava manter tradições culinárias, bordar, costurar ou tocar um instrumento de acordo com o que lhes era oferecido nas escolas quando as freqüentavam. Possivelmente era um público de leitoras de romances nacionais e estrangeiros, que resistia ao trabalho dentro ou fora de seus lares, pois o trabalho ainda tinha, em sua concepção, resíduos de uma atividade exercida por escravos num passado

²⁶⁰ Susan K. Besse. *Modernizando a desigualdade*, p. 123.

muito recente. No entanto, a vida urbana impunha novos ritmos e necessidades: as mulheres trabalhavam dentro e fora de suas casas se assim fosse necessário, ocupando profissões como: enfermeiras, operárias, cozinheiras, professoras, costureiras, lavadeiras, trabalhando em lojas e outros segmentos do comércio de acordo com as novas oportunidades ofertadas pela expansão ou encolhimento econômico.

No entender de Júlia, as mulheres que já tinham passado pela alfabetização ou pela escola deveriam acrescentar aos seus estudos novas atitudes por meio de uma leitura mais atualizada, instituindo ou articulando com o presente um conhecimento mais aberto, ou seja, um conhecimento adepto aos estudos científicos, estabelecendo a partir dessa estrutura e conteúdo, parâmetros que dessem condições para questionar as superstições “folclóricas” e não se restringindo a um conhecimento de utilização “ornamental”.

Cabe neste momento reforçar que

*“a comunidade intelectual do Brasil, profundamente influenciada pelo movimento eugenista, considerava a educação feminina essencial para o aprimoramento da saúde das mulheres e para prepará-las para atender às exigências, que eram cada vez maiores, da maternidade competente e da administração eficiente de seus lares. Considerava-se que somente mulheres com adequada educação intelectual, profissional, cívica, moral e doméstica seriam capazes de cumprir a ‘missão sublime’ de proteger a saúde, alimentar as mentes e formar o caráter dos futuros cidadãos”.*²⁶¹

Nos cuidados com a casa e orientação da saúde e educação das crianças, a autora desejava a compreensão do que vinha a ser *higiene e asseio*, exigindo de sua leitora maior sofisticação e elaboração do conhecimento. A higiene viria, no entender da escritora, pelo desdobramento ou contato com um conhecimento científico mais

²⁶¹ Susan K. Bessa. Op.cit., p. 123.

complexo, útil às donas de casa. Pode-se compreender, a partir desse viés, a importância da *instrução* doméstica.

No *Livro das Noivas*, o roteiro de conselhos de Júlia tinha uma semelhança muito grande com aqueles proferidos pelos médicos, sendo que estes não se limitavam a dar orientações restritas aos cuidados da saúde. Segundo o médico Felipe Néri Collaço, em sua *Enciclopédia de conhecimentos indispensáveis na vida prática*, deveria ser cuidada:

“a *habitação* (limpeza, asseio, construção, decoração, destruição de insetos, iluminação, escolha de lustres, sofás, papel de parede); *os vestidos e as roupas da casa* (como lavar, engomar, tirar nódoas, marcar roupa, arrumá-las nos armários, escolher linhas e máquinas de costura, etc.); *a alimentação*; *a higiene em geral*; *educação das crianças*; *os usos e deveres de sociedade* (polidez, da recepção de visitas, das cartas formais e informais, dos bailes e reuniões, das palavras e frases proscritas e admitidas diante de estranhos); e *receitas culinárias*”²⁶².

A partir da obra de Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*, que trata particularmente da questão da higiene como um meio para normatizar a sociedade brasileira, entremeada com a ordem médica e científica presente em diferentes níveis sociais e culturais, o comportamento humano revertia-se em maior disciplina, vigilância e repressão.

“A *educação moral foi, do mesmo modo, bem-sucedida* [...]. *Criou a figura do indivíduo contido, polido, ‘bem comportado’, cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do gentleman, do petit-bourgeois europeu. Mas, à custa de*

²⁶² Felipe Néri Collaço. *O conselheiro da família brasileira* – enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática. Rio de Janeiro, B. Garnier. 1883. Apud: Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*, p. 114.

uma crescente tendência à autocalpalização, que se tornou a marca registrada do sujeito ‘civilizado’”.²⁶³

A historiadora Margareth Rago também trouxe contribuições para a nossa análise quanto à presença médica como reguladora da sociedade na virada do século XIX para o século XX. Em suas obras - *Do cabaré ao lar – a utopia disciplina* e *Os prazeres da noite* - deparamos com a aproximação da análise da historiadora com a do psiquiatra Jurandir Freire quanto ao esforço higienista e disciplinar regulando a moral social no final do século XIX. Na República, com a divulgação das idéias positivistas e do darwinismo social de Spencer, a ação higienista intensificou-se, tornando-se mais incisiva, decorrente da reurbanização das cidades, do crescimento das indústrias, do comércio, dos espaços de lazer, intervindo e regrido os diferentes segmentos sociais.

Particularmente nas obras de Rago, os operários e as prostitutas representavam, para as elites, a corrosão social pela via da promiscuidade. Considerados seres rudes, os operários e as prostitutas eram os responsáveis pelas doenças do corpo e da moral; ameaçavam o equilíbrio familiar, evocando os vícios, as emoções, a sensualidade, exortando da ordem pretendida o cidadão contido e civilizado.²⁶⁴

Como as prostitutas continuavam a percorrer a cidade, tinham em seu encalço, além de seus habituais fregueses, os policiais e os sanitaristas,

“que investigavam seus hábitos, diagnosticavam suas ‘doenças’ e tentavam regulamentar a profissão. Em nome do ‘perigo venéreo’, domesticavam a sexualidade feminina. Para os médicos, a mulher pobre que se prostitui se iguala a uma criança selvagem que precisa de proteção superior”.²⁶⁵

²⁶³ *Idem., Ibidem.,p.16*

²⁶⁴ Margareth Rago. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar e Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*.

²⁶⁵ Norma Telles. Escritoras, escritas, escrituras. In: *História das mulheres no Brasil*, p. 429.

Consideradas precárias em seu juízo, as prostitutas eram responsabilizadas pelos males da saúde da cidade e, assim, ou eram aprisionadas em calabouços ou eram encaminhadas para sanatórios. Para o Estado, elas eram infratoras de códigos morais previstos pela lei; para os sanitaristas, eram mulheres com desvios mentais que inspiravam cuidados e, graças aos devidos cuidados médicos e suas orientações, reabilitadas, teriam a oportunidade de retorno à sociedade.

No entanto, havia outras intenções para se internarem algumas mulheres, amplamente exploradas nos contos de Júlia: eram internadas em manicômios ou confinadas em conventos filhas ou esposas que representassem ameaça moral. Quando não havia acordo entre os pais e a filha na escolha de um pretendente ou apresentava-se uma gravidez, a fuga de casa se tornava uma alternativa. Na tentativa de se evitarem comentários viperinos, sentindo a moral da família ameaçada, as filhas ou as esposas eram cruelmente apartadas de sua família e da sociedade e, assim afastadas, aguardava-se que fossem lentamente esquecidas em seu isolamento.

Os conventos nos romances e contos de Júlia serviam para diferentes fins. Tornavam-se semelhantes aos sanatórios quando se pretendia um afastamento compulsório feminino, no caso de a moral da família se encontrar ameaçada; mas também era um espaço escolhido quando ocorria uma frustração amorosa. Para apontar os excessos individualistas, a escritora também indicava os conventos para aquelas mulheres que não queriam responsabilidades sociais, tais como cuidar dos pais quando esses envelheciam e adoeciam. Júlia apontava que os conventos eram lugares para poucas mulheres, somente as imbuídas do autêntico espírito religioso, que cuidassem dos doentes, moribundos, das crianças carentes e órfãs, instruídas e dedicadas às tarefas sociais. Nesses casos, seriam as mais indicadas para o convento.

Não pactuando com a intolerância e excessos patriarcais, resíduos de tempos em que as mulheres eram isoladas em alcovas para assim manterem sua honra e virgindade, a autora explora em seus contos as condições de se experimentar a vida urbana: poderia ser um risco a maior exposição das mulheres, mas também indicava que, para viver em sociedade, elas teriam que exercitar sua autonomia de acordo com o que lhes fosse exigido.

O asseio seria a adequação ou o ajuste à educação civilizada, viria na contramão dos desregramentos, dos vícios, do desperdício e do exagero; aquilo que era limpo e arrumado (cozido, lavado e engomado) continha em si o valor do esforço humano, o predicado feminino norteador dos cuidados com a família e higiene.

A matriz seria uma casa de poucos móveis, simples, mas limpa, com janelas abertas para a entrada de luz e ar, ornada com vasos modestos de flores coloridas, toalha de renda ou crochê sobre a mesa como um meio para se identificar o temperamento e o grau de instrução de seus donos. A literatura de Júlia sugeria personagens de caráter sensato, de poucas palavras, diretos e francos, trabalhadores, sensíveis à justiça social e com apreço à instrução. O asseio organizava e regrava a vida daqueles que moravam em um lar bem cuidado, refletia como espelho o espírito talhado de seus habitantes, além de alinhar o indivíduo aos cuidados normativos.

Podemos considerar que algumas obras da escritora preenchiam os requisitos em que o asseio vinha como sinônimo de virtude em diferentes momentos de sua produção. Dos romances *Família Medeiros* (1891) e *A intrusa* (1908). Seleccionamos algumas passagens que, abordando a questão ou o tema, chamou-nos particular a atenção.

Família Medeiros, primeiramente publicado no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em 1891, e posteriormente sob forma de livro, em 1919 (segunda edição)²⁶⁶, narra o conflito interno dos Medeiros a partir do momento que a sobrinha Eva passou a conviver com a família, morando na fazenda de seu tio, após a morte de seu pai.

O Sr. Medeiros era um escravocrata; sua esposa dócil era de poucas opiniões, e o casal tinha duas filhas jovens que eram educadas por uma tutora alemã. O filho mais velho, Otávio, estudou engenharia na Europa, com grande esforço financeiro feito pelo pai, porque a fazenda passava por dificuldades.

Quando Otávio volta para casa, surpreende-se com a presença da prima Eva, e observa que esta, de extrema vivacidade, é habilidosa porque cuida com primor do pomar, dá de comer para as galinhas, gosta de conversar sobre literatura com a tutora das meninas, trata delas com carinho e toma atitudes de proteção aos escravos da fazenda. Entretanto, as ideias abolicionistas de Eva provocam grande tensão no Sr. Medeiros, que a julga uma liberal arrojada demais para uma moça. Seus costumes por vezes ultrapassavam a compreensão do fazendeiro e patriarca.

Avançando no enredo do romance, o leitor descobre que Eva tem autorização para, de tempos em tempos, visitar a fazenda de seu falecido pai (irmão do Sr. Medeiros) e verificar o que se passava por lá, uma vez que a fazenda estava sendo administrada por um amigo íntimo (Paulo), criado com ela como se fosse um irmão. Verificamos que a fazenda é o avesso daquela onde ela vive com seu tio: além de próspera e produtiva, os empregados trabalham como colonos, morando na fazenda ou propriedade com suas famílias saudáveis porque havia organização, limpeza e capricho, como vemos a seguir pela voz de seu primo:

²⁶⁶ Afrânio Coutinho (org.), J. Galante de Sousa. *Enciclopédia da literatura brasileira*. p. 196.

“Ali tudo era diferente e tinha um cunho original e alegre. A mobília, de palha com espaldares claros, disposta artisticamente; o divã de linho de ramagens vivas, a um canto, perto de uma jardineira de cortiça, [...] o piano alto, coberto de casimira cinzenta com aplicações de seda; o violoncelo ao lado do piano, junto de uma estante de mosaico, [...] enfim, revelavam que a mão que os dispusera tinha tato artístico, tão raro nas residências campestres.”²⁶⁷

Eva era a responsável pela arrumação e caprichos da casa, mas à forma de Júlia, ela também representava a (primeira) mulher (modelo), inovadora, ousada e inauguradora de fronteiras pouco exploradas pelas mulheres leitoras que buscava atingir.

Como contraponto à prosperidade de Mangueiral, a escritora descreve as fazendas vizinhas:

“Que diferença entre o Mangueiral e as outras fazendas dos arredores! Comparava-a com a de Medeiros! Santa Genoveva era o que são geralmente todos os sítios paulistas: grande casarão, cercado de terrenos sem cultura, nem flores nas janelas, nem uma árvore a sombrear-lhe a porta! Isolada como uma sentinela medrosa, a olhar com desconfiança para todos os lados! A horta, o jardim e o pomar, acumulados numa só área, separada da habitação por um longo terreiro nu, cheio de calor. No interior da casa, o mesmo desconforto; raros móveis, nenhuma elegância. No corredor, negrinhos em camisa; na sala de jantar, comprida e sombria, algumas redes, uma mesa e uns bancos toscos [...]”²⁶⁸

Quais as intenções de Júlia? Além de abordar os problemas relacionados à escravidão, como era a mulher do campo para a escritora? Parecia ser o avesso da

²⁶⁷ Júlia Lopes de Almeida. *A Família Medeiros*. p. 67-68.

²⁶⁸ *Idem.*, *Ibidem.*, pp. 201-202.

mulher instruída e educada. Sem gosto pelas cores das flores ou de seu cheiro; vivia em casas insalubres, não apresentava muito empenho para os ornamentos e cuidados com a casa, demonstrava ainda desinteresse pela educação dos filhos. A mulher rural para Júlia, não tinha ambições, era uma abandonada, sem vaidade, sabia remendar roupas e, com as poucas variedades de alimentos disponíveis, perpetuava o que aprendera com sua mãe ou antepassados e assim instruía os escravos da casa. Enfim, o retrato que Júlia descrevia das mulheres que moravam no campo era o de pessoas que não tinham uma perspectiva transformadora.

Para a autora, o contraste entre as mulheres do campo, de vida rural, e as mulheres que habitavam a cidade, espaço de modernização mais intensa, era marcante. Tal contraste revelava a intenção de demonstrar que a diferença entre ambas gestava-se na educação.

No romance *A Intrusa*, a fórmula era a mesma: reiteravam-se em outro enredo, em outro espaço, as mesmas idéias. Porém o leitor é surpreendido pela escritora quando levado pelo título – *A Intrusa*. Prematuramente pode-se pensar em alguém que vem invadir e ameaçar; pode-se idealizar uma personagem destrutiva e enganadora. No entanto, ao acompanhar o romance, o leitor vai percebendo que Alice, nomeada como *intrusa* por aqueles que não a queriam dentro da casa de um viúvo, nada tinha de negativo, pois suas ações iam na direção daquilo que elevava o espírito, instruía. Gerenciava uma casa que não tinha mais a presença de uma mulher madura como *ménagère*. Assim Júlia Lopes invertia a estória, surpreendendo o seu leitor, que gradativamente percebe que a ameaça estava naqueles que nada queriam mudar.

Alice apreciava os escritores clássicos e tocava piano. Como tutora de Glória, era responsável pelos cuidados do lar e educação da menina, que, enquanto vivia aos cuidados da avó, não sabia fazer um crochê e não tinha curiosidade pela leitura.

Refletindo sobre as mudanças sutis na educação de Glória, o padre Assunção (conselheiro e amigo íntimo da família) observava:

*“Que espécie singular de mulher era aquela que, com tão alto senso de moral, se sujeitava ao papel de governanta da casa de um viúvo só? Humilhada em sua posição, maltratada por aquela menina orgulhosa, ela ia chamando habilidosamente a sua simpatia para os pobres e os infelizes”.*²⁶⁹

Quanto ao viúvo, Argemino, chamava-lhe a atenção outros aspectos da governanta: seu gabinete reluzia de asseio, a mesa era posta com capricho e bom gosto, na caderneta de despesas do mês o saldo era positivo. Assim se expressava com o amigo:

*“Tu, que és mais observador, repara: está tudo luminoso, tudo límpido, tudo bem arranjadinho... hein? Há outra atmosfera nesta casa; estou melhor aqui do que parte nenhuma, porque em tudo me parece haver o propósito de me ser agradável. Abre essa gaveta, e verás como está bem arrumadinha a minha roupa branca”.*²⁷⁰

Zelo, bem estar eram uma combinação importante para a permanência de um homem em sua casa. Júlia explorava, em sua obra, a convicção de que um lar agradável refletiria uma atmosfera de bem estar familiar; os cuidados domésticos viriam como uma espécie de proteção e, com tal arranjo, despertaria o desejo de permanência e estabilidade entre aqueles que conviviam no mesmo espaço. Cuidar da casa era uma forma de proteger física e moralmente a família. Se, entretanto, a casa fosse descuidada, seus residentes também se apresentariam da mesma forma, buscando assim seus prazeres fora de seu núcleo, desgovernadamente, ou mesmo em outros lugares que o acolhesse ou lhe aprovesse.

²⁶⁹ Júlia Lopes de Almeida. *A Intrusa*, p. 109.

²⁷⁰ *Idem., Ibidem.*, p. 99.

Explicitamente a autora transmite sua mensagem quanto a todos os procedimentos necessários para propiciar a educação e o conhecimento; implicitamente, Júlia inverte a ordem das coisas para demonstrar a ameaça que representa a dificuldade e resistência às mudanças.

De fato, as mulheres heroínas nas obras de Júlia teriam que possuir virtudes morais, mas algumas personagens também eram apresentadas como sensuais e, portanto, desejadas. Aparentemente imprevisíveis, as personagens tornavam-se voluntariosas e, por caprichos, emaranhavam-se em dificuldades que faziam parte da trama literária.

Eva, do romance *Família Medeiros*, zelava por seus ideais abolicionistas, mas não enxergava que aquele que mais a amava dava apoio às suas atitudes e ideais em sua própria fazenda *O Manguieiral*. De olhos fechados para a sua subjetividade afetiva, padecia por não encontrar o homem que amava. Encontrou-o apenas nas últimas páginas do romance.

Em *A Falência*, a principal protagonista, Camila, se declara uma personagem forte apenas no final da obra; recuperando sua moral no momento em que enviúva, sem amante nem suporte financeiro, encontra o seu lugar longe das sedas que vestia e perto das filhas, que passou a educar.

Em grande parte do romance, Camila figura como anti-heroína. Sua personagem sustenta o *clímax* da tensão do romance, pois se cercava de hedonismo, frugalidades e aparências ao lado de seu amante, enquanto seu marido se suicidava porque não suportava a idéia de deixar a família na ruína por causa de sua ambição afoita. Afligia Theodoro a idéia de ver sua frágil esposa na pobreza, sem conforto. Acreditava na imaturidade de sua mulher. Todavia, os prazeres de Camila eram fáceis de serem reconhecidos pelo leitor: tinha conforto em uma luxuosa casa, amparo econômico de

seu marido (que esporadicamente a trocava por outra), desfrutando da paixão e charme de seu amante. Por ser superficial e frívola, a personagem no romance não poderia ser premiada ou ficar sem punição e assim Júlia Lopes atormenta a personagem com todas as condenações sociais: Camila ficou na miséria, viúva, sem o amante e quase perdeu a guarda das filhas.

Na reconstrução da personagem, Júlia Lopes atribuiu uma tarefa enobrecedora a Camila: após um mergulho em sua consciência, a personagem se sentiu preparada para dar algum exemplo para suas filhas ainda pequenas - iria trabalhar e alfabetizá-las.

A personagem de Mary, da obra *A casa verde*, era o resultado de duas raças: filha de um inglês com uma brasileira, oscilava entre razão e emoção. Ao longo a trama, corria o risco de se casar com a personagem mais abominável e mau caráter da trama. Ao ocultar a verdade de seu pai, viu-se refém de seu próprio erro, apenas solucionado-o com a revelação dos fatos.

Perfil mais complexo de personagem feminina se verifica em *Viúva Simões*. A Sra. Simões, quando viúva, demonstra um humor azedo, que exigia a perfeição de seus empregados no ordenamento e tarefas do lar. Rígida consigo, agia de igual forma com aqueles que a cercavam. Revelando frieza apesar da juventude, a Sra. Simões gradativamente vai perdendo sua rigidez quando aparece a sua porta uma antiga paixão. A personagem redescobre sua sensualidade, passa a abrir pequenos sorrisos, fica mais desatenta à casa e pensa até mesmo em retirar o retrato do morto, pendurando em área central da casa. Ao longo da trama, a personagem só é tratada por *viúva* ou sra. Simões. Na torturante condição de viúva, a personagem se viu impedida de apaixonar-se pelo homem que, no passado a deixara. Como revide, casou-se sem amor, solitária, tornou-se uma “viúva”.

Nos contos, Júlia deixa o leitor sem fôlego, encerra os episódios sem deixar a trama definida, sem uma conclusão. *Ânsia eterna*²⁷¹, publicado por H. Garnier em 1903, contém trinta contos da escritora e, em grande parte deles, o tom naturalista e de fantasia predomina na narrativa do conto: “*In Extremis*”.

Enquanto uma jovem se empoa em frente a um espelho, seu marido, Dr. Seabra, médico reconhecido e bem mais velho que ela, avisa-a de que era hora de partir. A jovem coloca a última flor em sua roupa e despede-se de seu bebê recém-nascido. No percurso até o teatro, o marido teme, mas dá o recado: Bruno Tavares está muito mal de saúde e não tem muito mais tempo de vida. Laura treme e empalidece, o Dr. Seabra pede para que mude o curso do carro e se dirijam à casa do doente. Bruno ainda era jovem, amigo de Laura. Conversavam sobre assuntos comuns, próprios da idade, riam, passeavam e trocavam impressões de peças de teatro e recitais. O médico, pela experiência de vida que tinha, sabia que o amor que Laura sentia por ele não era tão fresco se comparado com o que nutria por Bruno.

Ao chegarem à casa do moribundo, a mãe deste avisa aos visitantes que o doente não come mais nada, consegue apenas engolir líquido, mesmo assim, só consegue beber leite humano. As empregadas e amas de leite se recusam com repugnância a amamentar um adulto, Bruno não tem mais forças, Laura olha para seu marido com sofrimento e este consente que sua esposa dê, ao doente, os últimos goles de leite existentes no seio de sua amada.

Qual seria a reação de uma jovem ao ler o conto *In Extremis*? Para os mais moralistas, o conto não era aconselhado. Mas vimos, em momentos anteriores, que a

²⁷¹ Os contos encontrados em *Ânsia eterna* são: “Ânsia eterna”, “O caso de Ruth”, “A rosa branca”, “Os porcos”, “O voto”, “E os cisnes?”, “Sob as estrelas”, “A primeira bebedeira”, “A casa dos mortos”, “As histórias do conselheiro”, “A caolha”, “In extremis”, “A boa lua”, “Esperando, Incógnita”, “A alma das flores”, “Onda de ouro”, “O último raio de luz”, “A morte da velha”, “Perfil de preta”, “A nevrose do cor”, “As três irmãs”, “O véu”, “Pela pátria”, “O Dr. Bermudes”, “A valsa da fome”, “O futuro presidente”, “O último discurso”, “No muro”, “As rosas”.

leitura erótica tinha a sua procura e interesse. Qual nossa hipótese? Supomos que a personagem feminina, dentro da narrativa naturalista, tenha características mais virtuosas que eróticas: note-se que houve o consentimento do marido, um médico, que releva a atitude de sua esposa, apesar de seus sentimentos por ela. Todavia, o leitor está livre para fazer as interpretações que estão ao seu alcance, portanto ele pode achar erótico o doente sugar o seio de sua amada platônica. A personagem feminina, por seu turno, destitui-se de desejos e torna-se plena de virtudes. Júlia criou uma situação extrema por meio da qual provavelmente queria demonstrar virtudes, mas exigia, de sua leitora, em especial, algo improvável.

5. Considerações finais: da fragilidade dos julgamentos literários

Dentre os contos publicados na obra *Ânsia eterna*, “Os porcos” viria a ganhar certa notoriedade, em parte obtida pela sua repercussão no meio intelectual brasileiro. Mas não exatamente por conta de suas qualidades literárias. A trama curta, dedicada a Arthur de Azevedo, de fato não escondia sua veia naturalista. A história se passava em uma fazenda, local em que uma cabocla – Umbelina²⁷² - se descobria grávida. O vaticínio de seu pai, logo ao início dava o tom do desenrolar do enredo: ele daria seu neto aos porcos assim que nascesse. Essa tensão é a que predomina ao longo das poucas páginas do conto. Em seu desfecho, percebendo o momento do parto, Umbelina busca refúgio na mata, aparentemente buscando se dirigir rumo à casa do amante, filho de seu patrão que a renegava. Antes disso, porém, dá a luz a um bebê que logo lhe suga o seio. Umbelina, no entanto, está fatigada e adormece. Ao despertar, a cena que vê é a de um porco devorando a pequena criatura.

O conto “Os porcos”, foi publicado por H. Garnier em 1902, mesmo ano em que o escritor Graça Aranha veio a lançar seu *Canaã*. Em uma de suas passagens nessa obra, o escritor também fazia referência ao caso que dava mote ao conto de Júlia. Em outro momento, Aranha também se valia de uma trama aparentemente obtida no contato com “Os velhos”, conto de Coelho Neto, publicado na obra *Sertão* em 1897. Em ambas as menções, o autor não se deu ao trabalho de citar as fontes.

O silêncio foi quebrado, mesmo que por uma via privada, através uma carta enviada por Félix Pacheco, diretor do *Jornal do Comércio* - periódico em que Júlia

²⁷² O nome se refere às plantas dicotiledônias, isto é, em que originam-se dois galhos de um único caule. Lembramos que Julia Lopes devotava interesse à botânica. No entanto, essa referência também deve se remeter ao naturalismo esposado por Arthur Azevedo.

também veio a colaborar - a José Veríssimo. Pacheco, afirmava então que Graça Aranha tinha plagiado o *conto dos porcos* de Júlia.²⁷³

O mesmo José Veríssimo foi destinatário de outra epístola, desta vez remetida por Graça Aranha. O escritor então rebatia a acusação de Pacheco, afirmando que na qualidade de juiz municipal do Porto de Santa Leopoldina, teria obtido a fonte no exame de um processo de infanticídio cometido por Guilhermina Lübke, no ano de 1889. Aranha então justificou-se nos seguintes termos:

“Achei muita graça na ligeira censura pelo Felix Pacheco, de que imitei a Júlia Lopes na cena dos porcos. Asseguro-te que nem por sombras sabia eu da existência de tal conto, nem que o mesmo processo tenha sido usado em nossa literatura. Mas que eu o soubesse, onde a imitação? Dificilmente aquela criança morreria por um processo inédito. Lembre-me o Felix Pacheco um nesse caso, que vou citar-lho já tratado em qualquer livro”.²⁷⁴

O episódio do plágio foi retomado, quando em entrevista com Júlia Lopes, João do Rio, em *O momento literário*, de 1908, buscava sondar as fontes de “*tão penetrante realidade*”, em especial na obra *A viúva Simões*. Em resposta, Julia Lopes apontou:

*“Onde? Mas é uma história inventada(...) Não há trabalho meu, com exceção dos “Porcos” e de A família Medeiros, que não seja pura imaginação”*²⁷⁵

Essa polêmica, tão comum na virada para o século XX, pode sugerir os contornos da ambiência literária num meio precário como era o brasileiro. Sendo de fato uma apropriação de concepções alheias, tal situação pode sinalizar que, na ausência de um público leitor, quem se preocuparia com a descoberta de um plágio?

²⁷³ Wilson Martins. *História da inteligência no Brasil, 1897-1914*, p. 202.

²⁷⁴ *Idem., Ibidem.*, p. 202.

²⁷⁵ João do Rio. *O Momento Literário*, p. 29

Rarefeito o meio de leitores, os escritores se liam, elogiavam uns aos outros, se atacavam, se protegiam, dependendo de seus cabedais políticos e da interlocução entre suas “capelinhas”.

A propósito do restrito número de leitores, Olavo Bilac escreveu:

“Que o meu bom amigo João do Rio ponha a mão na consciência – se é que alguém pode por a mão nessa imaterial senhora – e diga, com franqueza, se é ou não verdade que nós vivemos a escrever quase exclusivamente para os oficiais do mesmo ofício!”.²⁷⁶

Júlia Lopes se encontrava na geração de escritores que se tornaram “profissionais das letras”. Como apontamos anteriormente, houve um crescimento relativo do número de leitores no início do século XX. Apesar das queixas constantes dos escritores, este crescimento também se revelou pelo aumento de livrarias, jornais e revistas. Existia ainda, alternativas para a sobrevivência dos escritores, talvez não muito bem vistas pelo meio intelectual: eram as propagandas, anúncios em jornais, revistas e mesmo panfletos. No entanto, algumas delas foram criadas por escritores consagrados e até mesmo engalanados pela Academia Brasileira de Letras.

Esse ambiente cifrado talvez possa trazer luz para outros tipos de sociabilidade, não diretamente remetidas às elaborações intelectuais. Na passagem do século XIX para o XX, os homens de letras costumavam frequentar diferentes bares, confeitarias, livrarias, buscando talvez uma interlocução que não encontravam em seus ambientes profissionais, distantes daquilo que intuía como cogitações mais abstratas. No caso de Júlia Lopes, sua inserção era restrita aos ambientes privados. Assim, durante quase vinte e um anos, a escritora oferecia sua casa junto ao seu marido: o “Salão Verde”.

²⁷⁶ *Apud.* A. L. Machado. *Estrutura social da república das letras*, p. 118.

O grupo de intelectuais que se reunia em sua residência, era aproximadamente o mesmo que escrevia na revista *A Semana*, de Valentim Magalhães e Filinto de Almeida. Outros, por sua vez, integravam a Academia Brasileira de Letras ou colaboravam para a *Revista Literária* do já mencionado José Veríssimo.

Afrânio Coutinho, em sua obra, *No hospital das letras*, observou esse aspecto, aparentemente ainda presente:

*“Há no Brasil, em todas as épocas, um grupo literário que constitui, por assim dizer, o grupo oficial, pois é o que domina a vida literária. Ocupa as posições chaves, os suplementos, os lugares administrativos de onde podem distribuir vantagens e favores. Houve tempo em que esse oficialismo dominava a Academia, daí ter sido esta na época o centro da vida literária. Mais tarde, foram surgindo outros centros e se transferindo a sede de comando. E, de acordo com isso, outros grupos passaram a dominar e conseqüentemente a distribuir a glória literária consoante as suas preferências. Novos ídolos substituíram aqueles que a Academia entronizara, muitos dos quais hoje inteiramente olvidados”.*²⁷⁷

Frequentavam o Salão Verde, Lúcio Mendonça, João Luso, Felix Pacheco, Francisco Alves, Araripe Júnior, Coelho Neto, Olavo Bilac. Por outro lado, aqueles que se sentiam excluídos, buscavam criar o seu grupo, por vezes de características rivais, caso de Luis Murat e Artur Azevedo, que fundaram *A Vida Moderna*, revista literária de curta duração, como de resto a maioria dos semanários.²⁷⁸

Júlia estava bem assentada, se assim podemos nos referir, ao grupo que a acolhia. Seus convites eram retribuídos por ao menos dois outros espaços literários muito disputados pela cena intelectual do período em que viveu. O salão de Laurinda Lobo,

²⁷⁷ Apud. A. L. Machado Neto. *Estrutura Social da república das letras*. p. 126

²⁷⁸ Brito Broca. *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp. 1933, p.13.

no Rio de Janeiro, era um dos mais disputados no meio artístico e intelectual, pois a anfitriã, além de bem relacionada nos meios políticos, exercia muitas vezes o papel de “mecenas”. Em São Paulo, na Vila Kyrial, encontrava-se outro ambiente sofisticado. Promovido por Freitas Vale, reciprocamente recebia em sua casa, intelectuais e artistas cariocas e paulistas. Vale recebeu na Vila Kyrial duas gerações distintas de intelectuais, que variaram de Olavo Bilac a Mario de Andrade.

Como vimos, Júlia Lopes tinha proximidade com os poucos editores da época, dentre eles, alguns que se destacavam como Francisco Alves e Garnier. Ambos eram editores e livreiros que por sua vez, também eram bem relacionados, não apenas com os intelectuais, donos de jornais ou revistas, mas também com autoridades vinculadas ao Estado.

Francisco Alves era um dos maiores editores de livros didáticos no Brasil. Em 1907, Alves publicou *Histórias da nossa terra* de Júlia Lopes, alcançando mais de 21 edições, até 1930. Quando o livro era publicado, os jornais e as revistas faziam comentários, geralmente apologéticos. Tanto para os editores como para os escritores, os jornais e as revistas, significavam um importante meio de divulgação de suas obras.

Além da suposta habilidade da escrita, o intelectual, quando bem associado e articulado aos diferentes meios (políticos, editores, donos de jornais e revistas) poderia espreitar que suas chances de reconhecimento seriam mais bem estimadas.

Em se tratando de Júlia Lopes, além de seu talento literário, reconhecido por seus contemporâneos e pela recepção futura, pode ser que outros elementos tenham vindo a contribuir para a sua acolhida pelo parco meio editorial do período em que viveu. Nesse sentido, sua sociabilidade pode ser reveladora de parte do sucesso que veio a conhecer.

No entanto, sua presença como escritora poderia ser somente possibilitada pela existência de sua rede de sociabilidade enquanto viveu. Ou seja, a autora talvez viesse a depender dos vínculos frágeis que são aqueles que costumam dar suportes aos que se descobrem como vocacionados às letras em nosso país.

Cerca de vinte anos após a polêmica sobre as apropriações indevidas de Graça Aranha, Coelho Neto veio a publicar um artigo no *Jornal do Brasil*, a 29 de junho de 1924, intitulado “Garrafas Vazias”. Rememorava o acontecido, remetendo-se diretamente a Graça Aranha:

“Um deles, e bem inteligente e engraçado, que mais hoje, mais amanhã, terá a sua poltrona na Academia, disse há dias que a minha obra não é senão uma adega de ... garrafas vazias. Garrafas vazias, sim, mas são minhas, lá estão os rótulos com a data do engarrafamento. Também meu é o pequeno copo em que bebo, podendo eu dizer de mim o que disse de si Alfred de Musset: Mon verre n’est pas grand, mais je bois dans mon verre.

Se as minhas garrafas estão vazias é porque uma delas, uma pelo menos, foi desenvolvida por um galfarro que lhe escorropichou o vinho. E assim como se meteu na minha adega, andou pelas propriedades de Dona Júlia Lopes. O vinho, ou zurrapa, que foi trasfegado de uma de minhas garrafas, é um vinho tinto, negro, marca urubu, vinho de uma das minhas cepas, ou novelas, intitulada “Os Velhos”. Dona Júlia Lopes, essa teve prejuízo maior porque de sua criação foi-se toda uma vara de porcos; e tanto o meu carrascão ou, digamos, a minha urubusada, como os cevados da romancista d’A Família Medeiros, passaram-se para as terras férteis de Canaã e lá figuram. O Moisés que os conduziu não achou indignos de entrarem no êxodo, tanto que os tirou do Passado fazendo-os emigrar para o Futuro, onde os instalou, a uns em carniça humana, e dando aos outros o mesmo cevo com que se fartava gulosamente nas terras

*da dona. Que diabo! Atraía os urubus e porcos com fartum macabro e carne tenra de recém-nascidos encharcada em molho amniótico; sirva-se de tudo à vontade, mas não saia com escândalo, a dizer dos donos cobras e lagartos, pavoneando-se com o que lhes arrancou”.*²⁷⁹

O que se passava entre Coelho Neto e Graça Aranha? Por que retomar a questão do plágio quase vinte anos depois? Aranha encontrava-se alinhado na década de vinte, ao grupo dos modernistas. Coelho Neto, a esta altura, vinha sendo lançado à vala comum dos escritores ultrapassados pelas suas tendências. A diferença entre ambos, menos que devida ao estilo ou à qualidade de suas produções, poderia talvez ser remetida aos distintos grupos em que privavam proximidade.

A arbitrariedade do critério de acolhimento e esquecimento dos escritores ou intelectuais brasileiros, de acordo com Foot Hardman, pode talvez propiciar alguns equívocos:

“a) exclusão de amplo e multifacetado universo sociocultural, político, regional que não se enquadrava nos cânones de 1922, em se tratando, embora, de processos intrínsecos aos avatares da modernidade; b) redução das relações internacionais na cultura brasileira a eventuais contatos entre artistas brasileiros e movimentos estéticos europeus, quando na verdade, o internacionalismo e o simultaneísmo espaço-temporal já se tinham configurado como experiências arraigadas na vida cotidiana do país; c) definição esteticista para o sentido próprio de modernismo, abandonando-se, com isso, outras dimensões políticas, sociais, filosóficas e culturais decisivas à percepção das

²⁷⁹ Brito Broca. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas. Vida literária do realismo ao pré-modernismo*, pp. 448-449.

*temporalidades em choque que põem em movimento e fazem alterar os significados da oposição antigo/moderno muito antes de 1922”.*²⁸⁰

Será que as “igrejinhas” se rearranjaram, deixando fora de seu grupo os seus desafetos, e, assim se estabeleceram a partir de suas próprias convicções? Ou os projetos e crenças destes intelectuais do início do século, entre eles Júlia, estavam demasiadamente circunscritos à sua época e de fato não atendiam mais aos novos tempos conclamados pelos modernistas?

Seria este o motivo do apagamento da presença de Júlia Lopes que sequer consta das obras de referência que visam mapear a produção literária brasileira?²⁸¹

Segundo Francisco Foot Hardmann,

*“[...] Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas, desde então, construíram modelos de interpretação, periodizaram, releram o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 1922”.*²⁸²

Antes de Júlia morrer em 1934, a escritora chegou a ver vários de seus livros reeditados: o romance, *Memórias de Marta*, *Cruel Amor*, *A Intrusa* e os contos escritos no livro, *Ânsia eterna* e ainda os livros de *Contos Infantis* e *Histórias de nossa terra*, com mais de 21 edições (1907 a 1930).

Acreditamos que houve uma continuidade de práticas culturais e sociais em que os distintos grupos, dentre eles os intelectuais modernistas, se moviam mais por intermediações pessoais do que por motivos republicanos, em seu *strito senso*. Este então poderia ser o motivo, quase aleatório, ao menos distante dos cânones da crítica

²⁸⁰ Francisco Foot Hardman. Os antigos modernos. In; *Tempo e História*, p. 290.

²⁸¹ A *História concisa da literatura* brasileira de Alfredo Bosi, a *História da literatura brasileira* de Massaud Moises, *A literatura brasileira – origens e unidade* de José Aderaldo Castelo e *A formação da literatura brasileira* de Antonio Cândido, não fazem uma menção sequer a Julia Lopes de Almeida.

²⁸² Francisco Foot Hardman. Op. Cit., p.290.

pretensamente constituída, para não mais se ouvir, ou ler as obras de Júlia Lopes de Almeida.

6. Bibliografia

Obras de Júlia Lopes de Almeida

Memórias de Martha. Tribuna Liberal, Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1889 (microfilme na Biblioteca nacional do Rio de Janeiro).

_____. Sorocaba, Casa Durski, 1899. (o volume contém, além do romance, mais três títulos, tipo de contos: “Nhá Tudinha, L’embarras Du choi”, “ Prólogo de um romance”).

Memórias de Marta. Paris: Livraria Francesa e Estrangeira. Truchy-Leroy. (correspondência da escritora confirma em 1930 como ano da reedição).

A família Medeiros. Rio de Janeiro, 1892 (inicialmente publicado em folhetim no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, entre outubro e dezembro de 1891, posteriormente publicado e encadernado no Rio de Janeiro: *Empresa Nacional de Publicidade*, 1919).

A Falência. Rio de Janeiro. Oficina de Obras d’A Tribuna, 1901.

A Intrusa. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1908 (publicado em folhetim no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1905; 2. Edição Porto: Livraria Simões Lopes, 1935. A terceira edição tem introdução e estabelecimento do texto por Elódia Xavier. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro; Fundação Biblioteca Nacional, 1994).

A isca. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922 (quatro novelas: *A isca*, *O Homem que olhava para dentro*, *O laço Azul* e *O dedo do velho*).

A Silveirinha. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914. (primeiramente publicado em folhetim no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1913. Ver edição revista, Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997, introdução de Sylvia P. Paixão).

A viúva Simões. Lisboa: Antonio Maria Pereira Editor, 1897 (publicado primeiro no folhetim na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1895; nova edição revista, Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999).

A casa verde. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1932 (em colaboração com Filinto de Almeida e publicado no *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, de 18 de dezembro a 16 de março de 1898, com pseudônimo comum de “A. Julinto).

Correio da Roça. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913 (romance epistolar, primeiramente publicado em folhetim no jornal *O País* de 7 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910; ver 7 ed. com introdução de Sylvia Perlingeiro Paixão. Rio de Janeiro: INL/ Presença, 1987)

Cruel Amor. Rio e Janeiro: Francisco Alves, 1911 (publicado Primeiramente em folhetim no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1908)

Memória de Marta. Sorocaba: Durski, 1889 (publicado em folhetim pela *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro.

Pássaro tonto. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1934.

Contos

Ânsia eterna. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903 (a última versão, revista pela autora, traz modificações e foi publicada no Rio de Janeiro: *A Noite*, 1938.

Contos Infantis. Lisboa Editora, 1886 (obra em verso e prosa por Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida; adotada nas escolas primárias brasileiras, esta coletânea teve 17 edições sendo a última em 1927)

Era uma vez.... Rio de Janeiro. Editora Jacintho Ribeiro dos Santos. 1917 (conto infantil)

Histórias da nossa terra. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1907 (são contos infantis e tiveram 21 edições, sendo a última em 1930).

Traços e iluminuras. Lisboa: Tipografia Castro&Irmão, 1887.

Teatro

A Herança. Rio de Janeiro. Tipografia do Comércio, 1909 (peça em um ato representada em 4 de setembro de 1908 no Teatro d Exposição Nacional Comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos na cidade do Rio de Janeiro).

Teatro. Porto Renascença Portuguesa, 1917 (três peças: *Quem não perdoa*, *Doidos de amor* e *Nos jardins de Saul*).

Crônicas

Eles e elas. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1910 (coletânea publicada no jornal carioca *O País*, de 1907 a 1909, nas colunas, "reflexões de um marido", "Reflexões de uma esposa", e "Reflexões de uma viúva").

Livro das donas e donzelas. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1906

Livro das noivas. Rio de Janeiro, 1896

Outros escritos

A árvore. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1916 (coletânea de crônicas e poemas com Afonso Lopes de Almeida).

Jardim florido, jardinagem. Rio de Janeiro. Leite Ribeiro. 1922 (livro sobre jardinagem).

Jornada no meu país. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1920 (relato de uma viagem ao sul do Brasil em 1918, desenhos de Albano Lopes de Almeida).

Ensaaios e conferências

"Brasil - Conferência pronunciada por la autora em la Biblioteca Del Consejo Nacional de "Mujeres de la Argentina"., Buenos Aires, 1922.

"Cenas e paisagens do Espírito Santo". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 75, 2 parte. pp. 177-217 (monografia descrita de uma viagem feita a Espírito Santo em 1911).

"Maternidade". Rio de Janeiro: Olívia Herdy e Cabral Peixoto, 1925 (obra pacifista, publicada primeiramente no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, datando de agosto de 1924 até agosto de 1925)

"Oração à bandeira". Rio de Janeiro. Olívia Herdy de Cabral Peixoto, 1925 (publicada no final do ensaio "Maternidade", a oração foi proferida pela autora no campo de São Cristóvão ao entregar aos alunos da Escola Militar

uma bandeira que lhe havia sido presenteada pelas senhoras brasileiras em 07 de setembro de 1922.

"Oração a Santa Dorotéia". Rio de Janeiro Francisco Alves, 1923 (conferência proferida para celebrar a atividades literárias patrocinadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, No auditório do Instituto Nacional de Música, no início do século XX)

Traduções e conferências

"Les Porcs". Revue de l'Amérique Latine, tome XVII, n87. Paris, Mars 1929.

"Lês Roses". In: deux Nouvelles Brésiliennes (tradução de Jean Duruau).
Dunkerque: Imprimiere du Commerce (G. Gilbert), 1928.

Artigos em jornais e revistas

A Bruxa (1897)

A Estação (1888-1891)

A família, São Paulo e Rio de Janeiro (1888-1889)

A mensageira, São Paulo (1898-1900)

A Semana (1885-1887, 1894).

Almanaque Gazeta de Notícias (1897-1898)

Almanaque Literário de São Paulo (1884)

Correio de Campinas

Diário de Campinas

Estado de São Paulo

Gazeta de Campinas

Gazeta de Notícias (1888-1894)

Ilustração Brasileira

Jornal do Comércio

Kosmos

Nosso Jornal, Rio de Janeiro (1919-1920), parceria e Cacilda Martins.

O Mundo Literário

O País (1907-1912). Júlia Lopes publicou nesse jornal aproximadamente trinta anos, mas devido a um incêndio a maior parte de seus textos foram destruídos segundo depoimento de seu filho Afonso Lopes de Almeida.

Revista do Brasil

Revista dos Novos, São Paulo (1885-1886)

Revista feminina, São Paulo (1915-1917).

Obras relacionadas a Júlia Lopes

ALMEIDA, Filinto de. *Lyrical*. Rio de Janeiro Typ. Maximino & C.; 1887.

AMADO, Gilberto. *A chave de Salomão e outros escritos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1914.

AUSTREGÉSILO, A..^a *Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1923.

BROCA, Brito. *A vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1975.

_____. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas. Vida literária do realismo ao Pré- Modernismo*. Campinas Editora UNICAMP. 1991.

_____. *Teatro das letras*. Campinas. Editora Unicamp. 1993.

_____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. São Paulo. Livraria e Editora Polis Ltda. 1979.

_____. *Horas de Leitura*. Campinas. Editora Unicamp. 1992.

BRUNO, Ernani Silva. *O romance paulista de uma autora carioca*. D. O.Leitura, v.3, n 23, junho.1984.

CÁTIA, Toledo Mendonça. Júlia Lopes de Almeida: “A busca da Liberação Feminina pela Palavra.” *Revista Letras*. Curitiba, n.60 Jul/dez.p.275-295, 2003

CELSO, Afonso. Homenagem à Dona Júlia Lopes de Almeida. In. *Revista Acadêmica Brasileira de Letras*, v. 48,p. 259-262, abr. 1935.

CIZOTTO, Belline, Ana Helena. “Maria Amália Vaz de Carvalho e Júlia Lopes de Almeida: vozes femininas?”. *Via Atlântica*. São Paulo-USP. V.2, p.42-57, 1999.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romances*. Rio de Janeiro. Topbooks. 2005.

FONSECA, Annibal Freire da. *Filinto de Almeida e Roberto Simonsen*. Rio de Janeiro. Publicação: Academia Brasileira de Letras. 1952.

- FONTES, Meirella de Abreu. *Visões de Júlia Lopes. Sobre a maternidade x seu próprio testemunho ?* monografia ,UFF. 2001.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo. EDUSP.1985.
- LAJOLO, Marisa. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- LOPES, Maria Angélica. "Júlia Lopes de Almeida e o trabalho feminino na burguesia", *Luso-Brazilian Review XXVI*, University of Wisconsin, 1989.
- LUCA, Leonora De. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*. Campinas. Iniciação Científica/ IFCH, UNICAMP, 1995.
- LUCA, Leonora De. *Feminismo e Iluminismo em Júlia Lopes de Almeida*. Ci&Ttop. Recife, vol.25,n 2,jul/dez.1997.
- _____, "O feminismo possível de Júlia Lopes de Almeida". *Caderno Pagu*. Campinas. n. 12;pp275-299, 1999.
- _____, "Feminismo e Iluminismo em Júlia Lopes de Almeida". *Ciência & Trópico*. Recife. Vol. 25.n.2 jul/dez. pp.213-236, 1997.
- MACHADO, Hilda. *Laurinda Lobo. Mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2002.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira: 1897-1914*. Vol.5. São Paulo. Cultrix. 1978.
- MENDONÇA, Lúcio de. *As três Júlias*. Almanaque Brasileiro Garnier, vol.5, p.246-249, 1907.

- MOREIRA, Nilza M. B. *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. São José do Rio Preto, 1998. p. 224. Tese (Doutorado em letras) instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- OS AUTORES da casa verde. *A Gazeta*. São Paulo, 14 de junho, 1922.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994.
- SALOMONI, Rosane Saint-Denis. Atualização dos textos, introdução, atualização cronológica e notas. Júlia Lopes de Almeida. *Memórias de Marta*. Santa Cruz do sul. Edunisc. 2007.
- SILVA, Maurício. Júlia Lopes de Almeida e o poder doméstico. *Letra e Letras*, Uberlândia, n 13. p.119-126, juá./jul. 1997.
- SANTOS, Maria Margarete dos. *Os Jardins abençoados de um Franciscano – Discurso sobre a leitura de Frei Pedro Sinzig: 1915-1923*. Mestrado em História FFLCH-USP. 2005.
- SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances: Guia para as consciências*. 2 Edição. Petrópolis. Vozes. 1923.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2 edição. Rio de Janeiro. Edições do Graal, 1977.
- STANISLAVSKI. Cleila de Fátima Siqueira. “Uma leitura de Contos Infantis (1886), de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida. *Leitura: Teoria e Prática*. Ano 21 março.pp15-27.2003.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras; in; *História das mulheres*. (Org.) Mary Del Priore. São Paulo. Ed. Contexto. 2006.

UM ASPECTO inédito da personalidade de D. Júlia Lopes de Almeida. *A Gazeta*, São Paulo, 09 de junho, 1939.

VERÍSSIMO, José. Um romance da vida fluminense. In; *Estudos de Literatura brasileira*. Rio de Janeiro. H. Garnier. 1910.

VICTOR, Nestor. *A crítica de ontem*. Rio de Janeiro. Leite Ribeiro e Maurillo, 1919.

5-Bibliografia Geral

AMED, Fernando José. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na Belle Époque carioca*. São Paulo. Ed. Alameda. 2006.

ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil brasileira*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1968.

AUERBACH, E. *Introdução aos Estudos Literários*. São Paulo. Ed. Cultrix. 1970.

BANDEIRA, Manuel. *Crônicas inéditas I, 1920-1931*. São Paulo. Cosac Naify, 2008.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade; Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo, Edusp. 1999.

BIANCHI, Silvia Soler. *Entre o café e a prosa. Memórias da confeitaria Colombo no início do século XX*. São Paulo. Terceira Margem Editora. 2008.

- BITTENCOURT, Adalsira. *A mulher paulista na história*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal. 1954.
- BORDIEU, Pierre. *As regras arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Cia. das letras, 1996.
- BRADBURY, Malcolm e McFARLANE, James. *Modernismo, Guia Geral*. São Paulo, Cia. Das Letras. 1989.
- BRUNO, Ernani Silva (coord.). *Memória da cidade de São Paulo. Depoimentos de moradores e visitantes. (1553-1958)* São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura. 1981.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo; Livraria José Olympio Editora, 1954. 3 vols.
- CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial, crônicas da Belle Époque paulista*. São Paulo Ed. Senac. 2000.
- _____. *Musa impassível*. São Paulo. Imprensa Oficial. 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momento decisivos)*, 5 ed., São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/ Itatiaia, vol.2 (1836-80), 1975.
- CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo. Ed. Humanitas. 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Cia das Letras. 1990.
- CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (Organizadores). *História da Leitura no mundo Ocidental*. São Paulo. Vol. 1 e 2. Editora Ática. 1998.
- COSTA, João Cruz. *História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. 1956.

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1979.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril; Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Cia das letras. 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1986.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo. Cia das Letras. 2003.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de Leituras*. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa. Difel. 1988.
- COSTA, João Cruz. *História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. 1956.
- COSTA, Renato da Gama-Rosa. Arquitetura e saúde do Rio de Janeiro.; In; *História da Saúde no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz. 2008.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1983.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República, História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Guanier (1903-1914)*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1;2;3. Imprensa Nacional. 1938.

- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *De esfinge e heroínas: a condição da mulher letrada na transição do fim do século*. São Paulo. Edusp, 1990.
- FAR, Alessandra El. *Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo Cia. das Letras. 2004.
- _____. *A Encenação da imortalidade*. Botafogo. FGV Editora. 2000.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida- A utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo. Ed. Alameda. 2009.
- GOODY, Jack e Yan WATT. *As conseqüências do letramento*. São Paulo. Paulistana Editora. 2006.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo. Cia. das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis. O romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo. Edusp. 2004.
- HARDMANN, Francisco Foot. "Antigos modernistas". In NOVAES, Adauto (org) *Tempo e História*. São Paulo. Cia. das Letras. 1992.
- HARDMANN, Francisco Foot. *Nem Pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- HAVELOCK, Eric. *A musa aprende a escrever, reflexões sobre a oralidade e a literancia da antiguidade ao presente*. Lisboa. Ed.Gradiva. s/d.
- INCAO, Maria Ângela D'. Mulheres e a família burguesa. In; *História das mulheres no Brasil* (Org.) Mary Del Priore. São Paulo. Ed. Contexto. 2006.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos Históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto/Ed. PUC do Rio. 2006.
- LACERDA, LÍlian de. *Álbum de Leitura. Memórias de Vida, histórias de leitoras*. São Paulo, Ed. Unesp. 2003.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil, história & histórias*. São Paulo. Ed. Ática., 1985.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A Formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática. 1998.
- LEITE, Miriam Moreira. In; *A Mulher na literatura*. (Org.) Ana Lucia Gazolla. Vol. 3. Belo Horizonte. UFMG. S/d.
- LIMA, L. Costa. *O controle do imaginário e a literatura comparada*. In: ROCHA, J. C. C.; COSTA, L. V. (Ed.). *Literatura comparada: questões e perspectivas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo. Brasiliense s/d.
- LOBO, Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo. Ed. Hucitec. 2001.
- LOURO, Glaucira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto. 2006.
- LOWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta da Melancolia, o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Ed. Vozes. 1995.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo. UNESP. 1999.

- MACHADO NETO, Antonio Luis. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo. Grijaldo e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras; in: *História da vida privada no Brasil*, vol. 3; São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-11922)*. São Paulo. Edusp/Imprensa Oficial. 2001.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo, Cia das Letras, 2005.
- MICHELET, J. *A Mulher*. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1995.
- MONCORVO, Emília. *A luta*. Rio de Janeiro. Ed. Garnier. 1911.
- MORAES, José Geraldo Vince de. *Cidade e Cultura urbana na Primeira República*. São Paulo, Atual. 1994.
- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo. Ed. Alameda. 2009.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo, Cia das Letras. 1993.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PEIXOTO, Afrânio. *Panorama da literatura brasileira. 1500-1940*. Rio de Janeiro. Companhia Editora nacional. 1940.

- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e Saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo. Ed. Nacional. 1975.
- PEREIRA, Lucia Miguel. *A leitora e seus personagens*. Rio de Janeiro. Ed. Graphia. 2005.
- PINTO, Maria Inez M. Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1994.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto/Unesp. 2000.
- RAFFAINI, Patricia Tavares. *Pequenos poemas em prosa. Vestígios da leitura ficcional na infância, nas décadas de 30 e 40*. São Paulo. Doutorado, FFLCH, História. 2008.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite, prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1991.
- RAMOS, Ricardo e MARCONDES, Pyr. *200 anos de Propaganda no Brasil*. São Paulo, Ed. Meio & Mensagem, 1995.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo. Cia. das Letras. 1997.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio; uma biografia*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1996.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A Dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas Ed. Unicamp/Fapesp .2003.

- ROMERO, Silva. *Alvéolos de Osório Duque Estrada*. Rio de Janeiro. Ed. Serafim José Alves. 1896.
- ROQUETTE, J.I. *Código do bom-tom*. (org.) SCHWARCZ, Lilia. São Paulo. Cia das Letras. 1997.
- ROMERO, Silvio *Compêndio de História da Literatura Brasileira* – edição comemorativa com colaboração de RIBEIRO, João; Organização; Luiz Antonio Barreto.- Rio de Janeiro: Imago Ed., Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1991.
- _____. A dimensão cômica da vida privada na República. In; *História da vida privada no Brasil*; vol. 3; São Paulo; Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Raízes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos Primeiros Tempos do Rádio*. São Paulo. Cia das Letras. 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- SCOTT, Ana Silva Volpi. Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820-1930. *Revista Oceanos*. Portugueses no Brasil Independente; n 44, out/dez. 2000.
- SENNA. Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro 2 edição. G Ermakoff. Casa Editora. 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão. Tensões Sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense. 1983

- _____. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo, Cia das Letras. 1992.
- _____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*, vol. 3; São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios.* Rio de Janeiro. Zé Mario Editor e Distribuidor de Livros Ltda. 2002.
- SILVA, Mozart Linhares da. (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil.* Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 3 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia, raça, gênero e nação na América Latina.* Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz. 2005.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafos de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil.* São Paulo. Cia das Letras. 1987.
- TRAVASSOS, Nelson Palma. *Nos bastidores literatura,* São Paulo. Brasiliense. 1944.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical, História Cultural e polêmicas literárias no Brasil.* São Paulo. Cia das Letras. 1991.
- _____. *História da Leitura, ensaios.* Campinas Ed. Unicamp. 1995.
- VERÍSSIMO, José. *Crítica.* Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora. 1958.
- _____. *A educação Nacional.* Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves. 1906.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ltda. 2004.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo. Cia das Letras. 1996.

WISSENBACH, Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível; in; *História da vida privada no Brasil*, vol.3; São Paulo, Cia. das letras, 1998.